



Relatório & Contas 2016



Índice

A.		A Empr	esa	!
	l.	Men	sagem do Presidente	I
	2.	Que	m Somos	3
		2.1.	Missão, Objetivos e Políticas	3
		2.2.	A Empresa	4
		2.3.	Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais	5
		2.4.	Posicionamento	9
		2.5.	Carteira de Participações e Sucursais	10
		2.6.	Síntese de Indicadores	11
;	3.	Reco	nhecimentos/Prémios	11
4	4.	Dest	aques do Ano/ Principais Acontecimentos	12
В.		Relatór	io de Gestão	30
	١.	Linha	s Estratégicas	30
2	2.	Enqu	adramento	34
		2.1.	A Envolvente	34
		2.2.	O Sector	35
		2.3.	A Regulação	42
3	3.	O N	egócio	47
		3.1.	Introdução	47
		3.2.	Abastecimento de Água	48
		3.3.	Águas Residuais	51
		3.4.	Resíduos Industriais	52
		3.5.	Outros Negócios	53
4	4.	Suste	entabilidade	54
		4.1.	Enquadramento	54
		4.2.	Stakeholders /Partes Interessadas	56
		4.3.	Gestão do Risco	56
		4.4.	Atividade Operacional	
		Infraest	ruturas	59
17	de	março d	e 2016 Relatório e Contas 2016_ Pág	inal 12

Opera	ção		72
Sistem	a de Sus	tentabilidade Empresarial	83
Come	rcial		85
4.5.	Gestão	o do Capital Humano	86
4.6.	Finance	eira	89
4.7.	Evento	s Posteriores ao Fecho	92
4.8.	Cumpr	rimento das Orientações legais	93
5. Pers	spetivas l	Futuras	103
6. Cor	nsideraçõ	bes Finais	104
7. Pro	posta de	Aplicação de Resultados	104
8. Ane	exo ao Re	elatório	105
9. Rela	atório do	os Administradores não Executivos	111
C. Demoi	nstraçõe	s Financeiras do Exercício de 2016	113
I. Cor	ntas Indiv	riduais	113
1.1.	Ativida	de económica da Águas de Santo André, S.A	118
1.1.	I. Intro	odução	118
1.1.2	2. Ativ	idade	118
1.1.	3. A cio	onistas	118
1.1.4	4. Apro	ovação das Demonstrações Financeiras	118
1.2.	Política	s Contabilísticas	119
1.2.	l. Base	es de apresentação	119
1	.2.1.1.	Novas normas e alterações de políticas	119
1.2.2	2. Con	versão cambial	125
1	.2.2.1.	Moeda funcional e de apresentação	125
1	.2.2.2.	Transações e saldos	125
1.2.3	3. Ativi	idade concessionada e regulada	126
1	.2.3.1.	Introdução	126
!	.2.3.2.	Enquadramento – atividade concessionada (IFRIC12)	126
I	.2.3.3.	Classificação da infraestrutura	127
1	.2.3.4.	Amortizações	128
lelatório e C	Contas 20	16 Página_ii 17 de março	de 2016 a - fil M

1.2.3.5.	Acréscimos de gastos para investimentos contratuais	i129
1.2.3.6.	Valor Residual	129
1.2.4. Ativ	os fixos tangíveis e intangíveis	129
1.2.4.1.	Direitos de utilização de infraestruturas	129
1.2.4.2.	Ativos Fixos Tangíveis	129
1.2.4.3.	Outros Ativos Intangíveis	130
1.2.5. Ativ	os e passivos financeiros	130
1.2.5.1.	Classificação de ativos financeiros	130
1.2.5.1	.1. Empréstimos e contas a receber	130
1.2.5.1	.2. Investimentos detidos até à maturidade	131
1.2.5.1	.3. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por	resultados131
1.2.5.1	.4. Ativos financeiros disponíveis para venda	131
1.2.5.2.	Passivos financeiros	132
1.2.6. Clie	entes e outras contas a receber	132
1.2.7. Inve	entários	133
1.2.8. Cai	xa e equivalente de caixa	133
1.2.9. Imp	aridade	133
1.2.10.	Capital	134
1.2.11.	Dividendos a pagar	134
1.2.12.	Subsídio do governo	134
1.2.13. F	Provisões, ativos e passivos contingentes	135
1.2.14. F	iscalidade	135
1.2.15. F	Rédito	136
1.2.16.	Frabalhos para a própria empresa	137
1.2.17.	Gastos e Perdas	137
1.2.18. E	eventos subsequentes	137
1.3. Polític	as de gestão de risco	138
1.3.1. Fato	ores de risco	138
1.3.2. Rise	co de crédito	138
1.3.3. Risc	co de liquidez	139
	co de liquidez	1.1
março de 2016	R	Relatório e Contas 2016_ Página iii/. 16

1.3.4	Risco de fluxo de caixa e de justo valor associado à taxa de juro	140
1.3.5	. Risco de capital	140
1.3.6	. Risco regulatório	140
1.4.	Estimativas e Julgamentos	140
1.4.1	. Provisões	141
1.4.2	. Ativos intangíveis	141
1.4.3	. Imparidade	141
1.4.4	. Provisões para impostos sobre o rendimento	142
1.5.	Instrumentos financeiros por categoria	142
1.6.	Ativos fixos tangíveis e intangíveis	143
1.6.1	. Ativos fixos tangíveis	143
1.6.2	. Ativos intangíveis	143
1.6.3	. Movimentos do período	143
1.7.	Investimentos financeiros	144
1.8.	Impostos diferidos	144
1.9.	Inventários	145
1.10.	Clientes	145
1.11.	Estado e outros entes públicos	147
1.12.	Outros ativos correntes	147
1.13.	Caixa e bancos	148
1.14.	Capital	148
1.15.	Provisões	149
1.16.	Fornecedores e outros passivos não correntes	149
1.17.	Acréscimos de gastos de investimento contratual	150
1.18.	Subsídio ao investimento	150
1.19.	Fornecedores correntes	150
1.20.	Outros passivos correntes	151
1.21.	Imposto sobre o rendimento	151
1.22.	Vendas e prestação de serviços	153
1.23.	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	154
ório e Co	ontas 201 6 P ágina_ iv	17 de março de 2016 . AZ M

	1.24.	Fornecimentos e serviços externos	154
	1.25.	Gastos com pessoal	154
	1.26.	Depreciações, amortizações e reversões do exercício	155
	1.27.	Provisões e reversões do exercício	155
	1.28.	Perdas por imparidade e reversões do exercício	155
	1.29.	Outros gastos operacionais	156
	1.30.	Outros rendimentos e ganhos operacionais	156
	1.31.	Gastos financeiros	156
	1.32.	Rendimentos financeiros	156
	1.33.	Saldos e transações com entidades relacionadas	157
	1.34.	Compromissos	157
	1.35.	Ativos e passivos contingentes	158
	1.36.	Informações exigidas por diplomas legais	159
	1.37.	Rendimento garantido	160
	1.38.	Eventos subsequentes	160
2.	Rela	atório e Parecer do Fiscal Único	162
3.	Cer	tificação Legal de Contas	164
			144

Índice de Figuras

Figura I- Cadeia de Valor da atividade de produção e distribuição de Água Potável	9
Figura 2 - Cadeia de Valor da Atividade de produção e distribuição de Água Industrial	9
Figura 3 - Cadeia de valor da atividade de recolha e tratamento de Água Residual	9
Figura 4 - Cadeia de valor da atividade de receção e confinamento de Resíduos Industriais	10
Figura 5 - Limpeza da Praia Costa Norte de Sines	19
Figura 6 – Visita CMS à caixa de reunião da Barbuda	21
Figura 7- Reunião da Comissão de Acompanhamento	22
Figura 8 – Comemoração do 14.º aniversário da AdSA	23
Figura 9 - Participação na Feira SANTIAGRO	24
Figura 10 - Comemoração do dia Mundial do Ambiente	25
Figura II - Dádiva de Sangue	26
Figura 12 – Distribuição de água da torneira com suporte a aguadeiros	27
Figura 13 – Jantar de Natal Colaboradores	28
Figura 14 - Natal Crianças AdSA	29
Figura 15 - Qualidade de água para consumo humano	45
Figura 16 - Rede de Distribuição	49
Figura 17 – Rede de Abastecimento	50
Figura 18 - Rede de Água Residual	51
Figura 19 – Esquema do RESIM	53
Figura 20 – Lixiviados	53
Figura 21 - Esquema de relações com partes interessadas	56
Figura 22 - Classes e categorias de riscos	57
Figura 23 - Matriz de nível de risco	57
Figura 24 - Adutora entre o Nó da Petrogal e a ZILS Norte	60
Figura 25 - Fecho da Malha ZILS Norte - Ponto A	61
Figura 26 - Reparação do Emissário Submarino da ETAR da Ribeira dos Moinhos	62
Figura 27 - Substituição das Comportas da ETAR de Ribeira dos Moinhos	62
Figura 28 - Remodelação da Obra de Entrada do Emissário de Santiago do Cacém	63
Figura 29 - Remodelação da Caixa de Reunião da Barbuda	64
Figura 30 - Alteração do Depósito de Lamas Oleosas do TROG da ETAR de Ribeira dos Moinhos	64
Figura 31 - Execução de Gradil, Varandins e Barreiras de Proteção na ETAR de Ribeira dos Moinhos	65
Figura 32 — Execução de Portões e Janelas no Edifício II da ETAR de Ribeira dos Moinhos	65
Figura 33 - Construção da Caixa de Entrada da ETAR de Ribeira dos Moinhos	66
Figura 34 - Tanque de Receção e Regularização de Lixiviados e Fossas Sépticas	66
Figura 35- Manutenção Preventiva aos mecanismos do Tanque de Remoção de óleos e Gorduras da ETA	AR de
Ribeira dos Moinhos	70
Figura 36 – Inspeção com recurso a CCTV de um coletor	70

Figura 37 - Reparação da conduta de distribuição de água para a EDP	70
Figura 38 — Recuperação da estrutura e substituição das bombas de recuperação de drenos da ETA	de
Morgavel	70
Figura 39 - Reparação de rotura na conduta adutora Dn500 no centro urbano	71
Figura 40 – Trabalhos de Inspeção aos grupos eletrobomba da ZONA I	71
Figura 41 - Produção mensal das captações de Água Subterrânea	72
Figura 42 - Água subterrânea captada no período de 2014 a 2016	73
Figura 43 - Volumes captados no Rio Sado em 2016	76
Figura 44 - Volume de água captada na EE Ermidas do Sado	77
Figura 45 - Volume armazenado na albufeira de Morgavel no período de 2014 a 2016	77
Figura 46 - Volumes produzidos na ETA Morgavel	
Figura 47 - Volumes distribuídos em Monte Chãos	78
Figura 48 - Distribuição dos volumes recolhidos em função da tipologia de água residual, em 2015	80
Figura 49 - Volumes afluentes à ETAR no período de 2013 a 2015	80
Figura 50 - Cumprimento dos parâmetros de descarga	
Figura 51 - Evolução dos Resíduos Recebidos de 2014 a 2016	82
Figura 52 - Distribuição de RH por Nível Etário	
Figura 53 - Idade Média de RH no triénio	
Figura 54 - Distribuição de RH por Género	88
Figura 55 - Distribuição de RH por Habilitações Literárias	
Figura 56 - Distribuição de RH por Vínculo Laboral e Género	89
Índice de Quadros	
Quadro I - Órgãos Sociais do Mandato I (2013/2015)	
Quadro 2- Órgãos Sociais do Mandato 2 (2016/2018)	8
Quadro 3- Principais indicadores da AdSA de 2014 a 2016	Н
Quadro 4 – Distribuição de Água Potável em Baixa	48
Quadro 5 – Distribuição de Água Industrial	
Quadro 6 – Abastecimento de Água Potável em Alta	49
Quadro 7 – Abastecimento de Água Industrial	
Quadro 8 - Dados Águas Residuais	51
Quadro 9 - Número de determinações analíticas efetuadas por captação subterrânea em 2016	74
Quadro 10 - Pontos de entrega de água para consumo humano e respetivos caudais abastecidos	75
Quadro II - Volumes de água produzida e fornecida	75
Quadro 12 - Volume de água residual recolhida (2014-2016)	.79
Quadro 13 - Volumes faturados por área de negócio	86
Quadro 14 - Valores faturados por área de negócio	86
Quadro 15 - Distribuição de RH por Habilitações Literárias	
	.88
17 de marco de 2016 Relatório e Contas 2016 Página	.88
17 de março de 2016 Relatório e Contas 2016_ Página	.88
17 de março de 2016 Relatório e Contas 2016_ Página	.88

Águas de Santo André, S.A.

Quadro 16 - Rendimentos e ganhos	89
Quadro 17 = Gastos	90
Quadro 18 - Resultados	90
Quadro 19 - Ativo	9
Quadro 20 - Capital Próprio	9
Quadro 21 - Passivo	92
Quadro 22 – Encargos financeiros com Financiamento	95
Quadro 23 – Passivo Remunerado	96
Quadro 24 – PMP	96
Quadro 25 – Plano de Redução de Custos (PRC)	100
Quadro 27 - Demonstração da posição financeira	4
Quadro 28 - Demonstração de Resultados e do Rendimento Integral	115
Quadro 29 - Alterações do capital próprio	11 <i>6</i>
Quadro 30 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	117
Quadro 31 - Decomposição de caixa e seus equivalentes	118
Quadro 32 - Concessão, prazo e indexante	127
Quadro 33 - Investimento do Contrato de Concessão	128
Quadro 34 - Ativos financeiros bancários e Rating	139
Quadro 35 - Fluxos de caixa contratuais	139
Quadro 36 - Instrumentos Financeiros por categoria	142
Quadro 37 - Ativos fixos tangíveis	143
Quadro 38 - Ativos Intangíveis	143
Quadro 39 - Movimentos de ativos	143
Quadro 40 - Investimentos financeiros	144
Quadro 41 - Impostos diferidos	144
Quadro 42 - Inventários	145
Quadro 43 - Clientes	145
Quadro 44 - Clientes - municípios	145
Quadro 45 - Clientes - município - total da dívida	146
Quadro 46 = Total da dívida por vencimento dos municípios	146
Quadro 47 - Clientes - outros - total da dívida	146
Quadro 48 - Total da dívida por vencimento (outros)	147
Quadro 49 - Estado e outros entes públicos	147
Quadro 50 - Outros ativos correntes	147
Quadro 51 - Caixa e bancos	148
Quadro 52 - Capital Social	148
Quadro 53 - Resultado por ação	148
Quadro 54 - Movimentos por período do capital social	149

Quadro 55 - Provisões	. 149
Quadro 56 - Movimentos por período das provisões	. 149
Quadro 57 - Fornecedores e outros passivos não correntes	. 149
Quadro 58 - Acréscimos de gastos de investimento contratual	. 150
Quadro 59 – Subsídio ao Investimento	. 150
Quadro 60 - Movimentos do período de integração de património	. 150
Quadro 61 - Fornecedores Correntes	. 150
Quadro 62 - Outros passivos correntes	. 151
Quadro 63 - Imposto sobre o rendimento	. 151
Quadro 64 - Imposto do Exercício	. 151
Quadro 65 - Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto	. 152
Quadro 66 - Vendas	. 153
Quadro 67 - Prestações de serviços	. 153
Quadro 68 - Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	. 154
Quadro 69 - Forneceimentos e serviços externos	. 154
Quadro 70 - Gastos com pessoal	. 154
Quadro 71 - Quadro de pessoal	. 155
Quadro 72 - Depreciações, amortizações e reversões do exercício	. 155
Quadro 73 - Provisões e reversões do exercício	. 155
Quadro 74 - Perdas por imparidade e reversões do exercício	. 155
Quadro 75 - Outros gastos operacionais	. 156
Quadro 76 - Outros rendimentos e ganhos operacionais	. 156
Quadro 77 - Gastos Financeiros	. 156
Quadro 78 - Rendimentos Financeiros	. 156
Quadro 79 - Saldos e transações com entidades relacionadas 2015	. 157
Quadro 80 = Saldos e transações com entidades relacionadas 2016	. 157
Quadro 8 - Principais Compromissos Assumidos	. 158
Quadro 82 - Ações a correr em tribunal	159
Quadro 83 - Rendimento garantido	160
Quadro 94 Permunameño em désido	160

a-hil

A. A Empresa

1. Mensagem do Presidente

A Águas de Santo André, S.A., presta um conjunto de serviços ambientais invulgarmente diversificado, que aliás é pouco habitual ver-se congregado numa única entidade do setor. Com efeito, a sua atividade focase na gestão de diversos sistemas, concebidos e construídos ao longo das últimas quatro décadas e que permitem dar resposta às necessidades existentes na área de implantação da empresa em termos de captação, tratamento e fornecimento de água industrial e de água para consumo humano, esta nas vertentes em alta (aos dois Municípios servidos) e em baixa (apenas no perímetro urbano de Santo André e ao polo industrial), tratamento de águas residuais industriais e de águas residuais urbanas, bem como o respetivo transporte e descarga no meio hídrico, a que se juntam os efluentes salinos recolhidos de clientes industriais, e ainda a recolha e acondicionamento de resíduos sólidos não perigosos. A empresa encontra-se, portanto, dotada de meios e conhecimento para desenvolver as múltiplas atividades referidas, num território que compreende o polo industrial mais significativo do país, o que configura uma situação ímpar no contexto ambiental, por poder disponibilizar a quase totalidade desse tipo de serviços à região onde se insere.

Em simultâneo, é sabido que o desenvolvimento da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) tem já um historial de várias décadas, marcado por alguma incerteza sobre as perspetivas a longo prazo, estando nitidamente por concretizar na sua totalidade, pese embora continuar a esperar-se o arranque de uma fase mais acentuada de crescimento industrial e concomitantemente urbano (nomeadamente de Vila Nova de Santo André, como cidade planeada com esse objetivo). Alguns sinais desse potencial de evolução são não só as referências da comunicação social, mas também as indicações emanadas de decisores políticos, a existência de projetos em curso de outras entidades, nomeadamente a conclusão definitiva de algumas rodovias (até há pouco parcialmente disponíveis), os projetos da ferrovia e para a extensão do regadio do Alqueva até à região da AdSA, bem como a intenção pública de aumento da atividade do Porto de Sines. Esse crescimento expectável do polo de Sines endereça necessariamente a capacidade da AdSA encarar esses desafios, numa perspetiva de potencial crescimento da sua atividade, mas também com a responsabilidade de ser o *player* indiscutível, na região, para assumir a função de braço ambiental para dar solução às necessidades ambientais que se deparem à região.

A AdSA promove, por isso, um relacionamento com todos os seus stakeholders focado na sua capacitação para disponibilizar os serviços que lhe podem ser solicitados, quer no contexto dos que já desenvolve e que possa interessar incrementar, quer no contexto de novos desafios que possa abraçar, tendo presente que entre esses seus stakeholders se encontram os dois Municípios que serve — Santiago do Cacém e Sines, os seus clientes localizados na ZILS, quer os existentes, quer potenciais novos clientes que perspetivem aí localizar-se, a AICEP Global Parques como entidade que gere esse polo industrial e ainda outras entidades com as quais pode estabelecer ou já estabeleceu relações comerciais / institucionais, como o Porto de Sines, os organismos públicos com intervenção na atividade da empresa, bem como os seus clientes urbanos de Vila Nova de Santo André. Esse relacionamento tem em vista o planeamento mais

Relatório e Contas 2015_ Página I de 179

adequado dos investimentos futuros da empresa, devendo ser desenvolvido em articulação com os stakeholders através das reuniões periódicas que a empresa tem vindo a realizar, o que poderá permitir avançar com alguns empreendimentos em diferentes estágios de avanço, em função da concretização efetiva das necessidades da região.

É neste contexto que a empresa desenvolveu ao longo de 2016 a sua atividade, mantendo a prestação dos serviços acima referidos, em cumprimento das obrigações normativas e legais que lhe estão impostas, e continuou a realizar um conjunto de projetos e obras orientados para o reforço da sua capacidade de resposta, bem como a manutenção dos seus ativos, ao mesmo tempo que se enquadrou nas limitações de gastos decorrentes das orientações governativas que lhe são impostas. Interessa ainda relevar o facto das contas de 2016 terem em atenção um conjunto diversificado de riscos a que a empresa se encontra exposta, o que se traduziu numa deterioração do seu resultado líquido, por comparação com anos anteriores.

Este trabalho foi realizado tendo em vista a plena satisfação das necessidades dos clientes e a salvaguarda dos ecossistemas e proteção do ambiente, por uma equipa de colaboradores motivada e experiente.

Apraz-nos poder registar a exemplar colaboração de todos os stakeholders, em particular, dos clientes, das Câmaras Municipais de Santiago do Cacém e de Sines e demais entidades da Administração Central e Regional.

Joaquim Marques Ferreira

(Presidente do Conselho de Administração)

2. Quem Somos

2.1. Missão, Objetivos e Políticas

Missão

Conforme o Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio (Constituição e Estatutos da sociedade Águas de Santo André, S.A.), e o Contrato de Concessão assinado em 27 de dezembro de 2001 com o concedente (Estado Português – representado pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território), a AdSA - Águas de Santo André, S.A. tem por MISSÃO gerir e explorar o Sistema de Santo André, de forma a assegurar o abastecimento de água às populações abrangidas, em qualidade e quantidade, e a recolha e tratamento das águas residuais das áreas abrangidas, bem como satisfazer as necessidades das indústrias localizadas na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), relativamente a água potável, água industrial, água residual e resíduos industriais.

Objetivos

Os objetivos estratégicos da AdSA - Águas de Santo André, S.A. são:

OE I - Garantir a sustentabilidade económica e financeira da empresa a curto, médio e longo prazo.

Assegurar o presente da empresa e prepará-la para o futuro de forma sólida, com as bases para uma gestão sustentável e proactiva.

OE 2 - Garantir a excelência no desempenho das competências atribuídas.

Assegurar a garantia, fiabilidade e qualidade de serviço a preços competitivos.

OE 3 - Aumentar o nível de proteção de pessoas e património.

Promover o planeamento de emergência e prevenir situações de risco.

OE 4 - Reforçar a prestação de serviços acessórios e iniciar a atividade em novas áreas de negócio (ambientais).

Diversificar a prestação de serviços e aumentar o número de clientes.

OE 5 - Melhorar o conhecimento e a informação sobre os sistemas e o seu funcionamento.

Criar condições para a monitorização dos sistemas e dos processos com vista a uma gestão proativa e eficiente.

OE 6 - Reforçar a participação pública e assegurar o envolvimento dos colaboradores, clientes e das instituições.

Criar e consolidar uma cultura empresarial responsável e uma ligação efetiva à comunidade local e regional.

Relatório e Contas 2016_ Página 3 de 1794-file

Política Empresarial

A AdSA num quadro de respeito integral da legislação e das normas aplicáveis, de modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, assume os seguintes compromissos: antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua a satisfação das necessidades e expetativas dos seus clientes, trabalhadores, restantes partes interessadas e comunidade, nomeadamente através de:

- Promoção e satisfação dos interesses dos clientes e demais Partes Interessadas, nos termos do Contrato de Concessão e outros contratos aplicáveis;
- Estabelecimento e revisão dos objetivos da Qualidade e Ambiente, adequados à natureza das atividades, produtos e serviços da Empresa, atuando sempre de forma a prevenir a poluição ambiental e focalizando esforço na otimização do desempenho energético;
- Estabelecimento e revisão dos objetivos da Segurança adequados à natureza e à escala dos perigos e riscos associados às atividades da Empresa, atuando sempre de forma a prevenir lesões, ferimentos e danos para a saúde, através da implementação de medidas coletivas e individuais;
- Disponibilização de informação e de todos os recursos necessários ao cumprimento dos objetivos da AdSA e proporcionar-lhes uma formação regular e adequada ao desempenho das funções que lhe são atribuídas;
- Promoção da segurança, bem-estar e satisfação dos colaboradores da Empresa em todos os aspetos profissionais e humanos;
- Encorajar a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes e a conceção orientada para a melhoria do desempenho energético;
- Procura da satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento dos requisitos legais laborais, sociais, fiscais e ambientais, incluindo relacionados com a gestão energética, em vigor;
- Sensibilização dos fornecedores no sentido da sua consciencialização e do seu comprometimento para a adesão aos requisitos da Sustentabilidade Empresarial da AdSA;
- Orientação das suas práticas de gestão pelo princípio da Melhoria Contínua, e para o cumprimento dos requisitos normativos adotados, com persistente empenho na melhoria de eficácia do Sistema de Sustentabilidade Empresarial.

2.2. A Empresa

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA), é uma sociedade de capitais públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, a quem foi atribuída a concessão de gestão e exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos de Santo André.

Esta empresa foi constituída por um capital social de € 500.000,00, sendo atualmente de € 1.000.000,00 integralmente realizado e detido a 100 % por Águas de Portugal, SGPS, S.A..

O Contrato de Concessão foi assinado em 27 de dezembro de 2001, em regime de concessão exclusiva

por 30 anos, para a exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, que serve a ZILS, a zona urbana de Vila Nova de Santo André e, parcialmente, os municípios de Sines e Santiago do Cacém.

2.3. Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais, eleitos na Assembleia-Geral de Acionistas realizada no dia 30 de junho de 2016, têm as seguintes competências:

Mesa da Assembleia Geral

A Assembleia-Geral é o órgão que representa o acionista, sendo as suas deliberações vinculativas nos termos da Lei e dos Estatutos. A este órgão competem importantes poderes, como deliberar sobre os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados, a apreciação da administração e fiscalização da sociedade, a alteração dos estatutos, transformação e dissolução da empresa, a emissão de obrigações, o aumento de capital, a eleição dos membros dos órgãos sociais bem como a fixação das remunerações dos Órgãos Sociais.

Tendo em conta o estipulado no n.º I do artigo I4.º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre o acionista ou outros.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral.

Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º do Contrato da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo II.º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

Nos termos do artigo 19.º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem os poderes de gestão e representação da Sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos presentes estatutos e pelas deliberações do acionista.

Relatório e Contas 2016_ Página 5 de 179

Composição dos Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da Sociedade, apresentam, a 31 de dezembro de 2016, a seguinte composição.

Mesa da Assembleia-Geral

- Presidente Paulo Manuel Marques Fernandes
- Secretário Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

- Presidente Joaquim Marques Ferreira
- Vice-presidente Executivo Jaime António Pires Gabriel Silva
- Vogal Não Executivo Alexandra Maria Martins da Cunha Serra

Fiscal Único

Nos termos do artigo 24.º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da sociedade compete a um revisor oficial de contas ou a uma sociedade de revisores oficiais de contas, conforme segue:

- Fiscal único efetivo Ernst & Young, Audit & Associados SROC, S.A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC n.º 1154); e,
- Fiscal único suplente Rui Abel Serra Martins (ROC n.º 1119)

Comissão de Vencimentos

- Presidente João Nuno Marques de Carvalho Mendes
- Vogal Paulo Jorge Pinto da Silva

No ano de 2016, estiveram vigentes dois mandatos, o primeiro terminou a 30 de junho de 2016 e o segundo iniciou-se a 30 de junho de 2016, conforme descrito nos quadros seguintes:

29 de março de 2017 a file

Quadro I- Órgãos Sociais do Mandato I (2013/2015)

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato I	
	Mesa da Assembleia Geral			
Presidente:	Paulo Manuel Marques Fernandes	07/06/2013	2013/2015	
Vice-presidente:	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	07/06/2013	2013/2015	
Secretário:	Ana Cristina Rebelo Pereira	07/06/2013	2013/2015	
	Conselho de Administração			
Presidente não executivo:	Joaquim Marques Ferreira	07/06/2013	2013/2015	
Vogal Executivo:	Manuel Augusto Ruano Lacerda	18/06/2013	2013/2015	
Vogal não executivo: João Manuel da Silva Costa		07/06/2013	2013/2015	
	Fiscal Único			
Efetivo	Ernest & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A. representada pelo:	07/06/2013	2013/2015	
	Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC n° 1119)			
Suplente	Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC n° 1154)	07/06/2013	2013/2015	
	Comissão de Vencimentos			
Presidente:	Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria	07/06/2013	2013/2015	
Vogal:			2013/2015	

^{*}até 30/06/2016

Relatório e Contas 2016_ Página 7 de 179

O	~	^~~~	C : - : -		44 1	_	(2016/2018)
(Binaro	/	TITOTOS	SOCIOIS	a_0	NIANAATA		170110170181

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato 2
	Mesa da Assembleia Geral		
Presidente:	Paulo Manuel Marques Fernandes	30/06/2016	2016/2018
Secretário:	30/06/2016	2016/2018	
	Conselho de Administração		
Presidente não executivo:	Joaquim Marques Ferreira	30/06/2016	2016/2018
Vogal Executivo:	Jaime António Pires Gabriel Silva	30/06/2016	2016/2018
Vogal não executivo:	Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	30/06/2016	2016/2018
	Fiscal Único		
Efetivo	Ernest & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A. representada pelo:	30/06/2016	2016/2018
	Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)		
Suplente	Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC n° 1119)	30/06/2016	2016/2018
	Comissão de Vencimentos		
Presidente:	João Nuno Marques de Carvalho Mendes	30/06/2016	2016/2018
Vogal:	Paulo Jorge Pinto da Silva	30/06/2016	2016/2018

2.4. Posicionamento

Operação - Água Potável



Figura I - Cadeia de Valor da atividade de produção e distribuição de Água Potável



Figura 2 - Cadeia de Valor da Atividade de produção e distribuição de Água Industrial

Operação - Água Residual



Figura 3 - Cadeia de valor da atividade de recolha e tratamento de Água Residual

Relatório e Contas 2016_ Página 9 de 179

Operação - Resíduos Industriais



Figura 4 - Cadeia de valor da atividade de receção e confinamento de Resíduos Industriais

2.5. Carteira de Participações e Sucursais

Não aplicável.

2.6. Síntese de Indicadores

Quadro 3- Principais indicadores da AdSA de 2014 a 2016

Síntese de Dados/Indicadores	2014	2015	2016
Capital Social (€)	1 000 000	1 000 000	1 000 000
Capital Próprio (€)	18 915 662	23 945 374	20 263 206
Ativo Líquido Total (€)	78 896 396	80 783 117	75 411 641
Investimento (€)	524 348	2 834 874	1 750 193
Vendas e Serviços Prestados (€)	13 616 232	14 358 093	13 482 078
Resultados Operacionais (€)	4 261 300	6 929 096	-5 412 036
Resultados Financeiros (€)	66 463	192 974	220 963
EBIT + Amortizações + Provisões - Subsídios (EBITDA Ajustado) (€)	7 658 899	8 812 115	7 949 100
Resultados Antes Impostos (€)	4 327 763	7 122 070	-5 191 076
Resultado Líquido do Exercício (€)	2 582 750	5 116 688	-3 612 359
Números de Colaboradores em 31 de dezembro	65	63	62
Abastecimento de Água			
Número de Clientes	5 637	5 649	5 663
Número de Municípios Abastecidos *	2	2	2
População Residente na Área Abastecida	28 650	28 650	28 650
Acessibilidade Física ao Serviço em Alta (%)	100%	100%	100%
Acessibilidade Física ao Serviço em Baixa (%)	100%	100%	100%
Água Total Fornecida (m³)	14 510 445	15 275 640	14 288 100
Água Total Captada (m³)	23 682 949	6 097 569	20 930 567
Capacidade Diária de Tratamento Água Industrial (m³)	130 000	130 000	130 000
Capacidade Diária de Tratamento Água Potável (m³)	20 000	20 000	20 000
Qualidade da Água para Consumo Humano em Alta (%)	100%	100%	100%
Qualidade da Água para Consumo Humano em Baixa (%)	100%	100%	100%
Tratamento de Água Residual			
Acessibilidade Física ao Serviço (%)	100	100	100
Água Residual Total Tratada (m³)	6 696 606	5 990 970	6 017 408
Capacidade Diária de Tratamento de Água Residual (m³)	43 000	43 000	43 000
Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)	87%	100%	99%
Receção de Resíduos Industriais			
Resíduos Não Perigosos Confinados (ton)	1 615	3 530	I 539

3. Reconhecimentos/Prémios

No ano de 2016, não foram atribuídos prémios nem outro tipo de reconhecimentos, à AdSA.

Relatório e Contas 2016_ Página II de 179

P

4. Destaques do Ano/ Principais Acontecimentos

Destacam-se alguns factos e projetos relevantes de 2016, não só pela sua importância atual, mas sobretudo pelo impacto que alguns deles podem ter para o futuro da empresa, tendo em vista os desafios para os quais se deverá preparar, bem como os empreendimentos decorrentes dos novos paradigmas de gestão que hoje se colocam.

Contexto da atividade

O ano de 2016 foi mais um ano de aprofundamento do estreitamento de relações da empresa com os seus clientes, designadamente com as indústrias da ZILS, com as Câmaras Municipais de Santiago do Cacém e de Sines, com as diversas autoridades nacionais e regionais e com os demais *stakeholders* da região.

Um facto a realçar, no ano de 2016, e infelizmente com impacto na atividade da AdSA foi a evolução da atividade da Artlant, que não incrementou a sua produção em 2016, como se previa, tendo incumprido, no último trimestre do ano, o pagamento do diferencial, relativo ao primeiro quinquénio de laboração, dos valores reais para os mínimos contratualmente estabelecidos e tendo informado a AdSA de que se encontrava com dificuldades financeiras que não lhe permitiam fazer face à fatura desses valores enviada pela empresa, em Outubro de 2016.

Os municípios, tal como em anos anteriores, representaram menos de 10 % do volume de negócios da empresa. A atividade da AdSA está assim centrada fundamentalmente nas grandes indústrias da ZILS e apenas residualmente no abastecimento de água e na recolha e tratamento de águas residuais urbanas. Por outro lado, continuaram a decorrer em 2016 diversas ações judiciais envolvendo os dois Municípios servidos e a AdSA, com várias decisões ocorridas ao longo do ano.

Todas estas questões, levaram a uma necessária reavaliação dos riscos globais da empresa, o que influenciou naturalmente as contas do exercício.

Em 2016, mais uma vez verificou-se que a AdSA tem uma atividade que gera volumes de negócios e resultados sujeitos a uma grande variabilidade, pelo que haverá que salvaguardar o fator risco e analisar alternativas de novos negócios para a empresa com essa premissa de base.

II. Novas oportunidades de negócio

A AdSA continuou a ser abordada por várias empresas, solicitando informação acerca da possibilidade de alargar a sua área de serviço, tendo-lhe sido sobretudo colocada a possibilidade de serem prestados serviços distintos dos que agora presta, como seja a cedência de água para rega para culturas hortícolas em larga escala, com prazos contratualizados significativos, ou para culturas agroflorestais. Note-se, porém, que os pedidos de fornecimento de água para fins agrícolas, que necessariamente teriam como origem a captação de Ermidas do Sado (ao longo do trajeto ou a partir da Barragem de Morgavel) se deparam com o problema da AdSA ter de salvaguardar, em primeiro lugar, a água para as indústrias, armazenada nessa mesma albufeira, cuja capacidade não chega às necessidades médias de dois anos (risco em caso de seca prolongada), sendo que as necessidades agrícolas se colocam em contraciclo com o ano

Relatório e Contas 2016_Página 12 de 179

hidrológico, ou seja na ápoca em que não é possível captar no rio Sado.

A empresa analisou com o acionista estas e outras questões, tendo-se concluído da necessidade de vir a desenvolver uma revisão completa do seu Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF), de forma a incorporar, num estudo desse tipo, a articulação de todas as questões que se vêm colocando nos últimos anos, quer relativas a novas oportunidades de negócio, quer relativas aos investimentos necessários. Relativamente a estes últimos, por via do anexo 1.3 do Contrato de Concessão, ainda estão por realizar os investimentos da responsabilidade do Concedente, na ordem dos 39M€ a preços de 2001, que deveriam ter sido concretizados nos primeiros cinco anos da concessão, mas dos quais apenas se concretizaram cerca de 10M€ (entre 2012 e 2015) por recurso a fundos comunitários e à contrapartida nacional, através da complementaridade e articulação entre Fundos existentes a favor do Ambiente (POVT e FIA). Com base numa revisão do EVEF, será então possível endereçar ao concedente e ao regulador uma proposta de orientação da empresa para novos negócios, incorporando o impacto do risco associado na previsão futura das atividades da empresa.

Neste contexto, releva-se, mais uma vez, a ideia da importância relativa da componente industrial no volume de negócios da empresa. Entretanto, a AdP SGPS está a analisar todas as eventuais alternativas que podem ser adotadas para a empresa, atendendo também à situação financeira gerada pelo incumprimento da Artlant.

III. Situação empresarial

Durante o ano de 2016, a empresa continuou a promover o controlo e racionalização dos gastos operacionais de forma bastante eficaz. Contudo, ao nível da rubrica dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), constata-se um aumento de cerca de 190 mil Euros, relativamente ao ano de 2015, embora continuando a verificar-se uma diminuição desses custos em comparação com o ano de 2010. O motivo do aumento dos FSE no último ano prende-se essencialmente com a necessidade imperiosa de repor a máxima cota de enchimento possível na Albufeira de Morgavel, dado que, como é sabido, a respetiva albufeira tem um volume que apenas garante um período de autonomia inferior a 2 anos, para abastecimento de água industrial aos clientes localizados na região, tendo em conta os valores médios de consumo registados. Note-se que a água para enchimento dessa albufeira só pode ser captada nos meses chuvosos, na infraestrutura da empresa localizada em Ermidas do Sado, dado que nos restantes meses do ano, o rio Sado não tem caudal suficiente para permitir a captação dos volumes necessários. Assim, a forma da AdSA prevenir o risco de falha de abastecimento às indústrias, em caso de um período de seca alongado, é bombar água para a albufeira, a partir da referida captação no Sado, sempre que as condições do rio o permitam, o que aconteceu nos meses de janeiro a maio e de novembro a dezembro de 2016 (19hm³), após um período longo de reduzida captação no Sado, em 2015 (4hm³). Essa gestão da albufeira originou portanto um aumento de consumo de energia elétrica, em 2016, sobretudo porque em 2015 a possibilidade de captação no Sado tinha sido mais reduzida. A diminuição dos FSE verificada em 2015 assentava, em grande parte, nesse menor consumo de energia na elevação para a albufeira, não sendo expectável que se verifique todos os anos, além de não se poder correr o risco de continuar a bombar pouco para a Barragem. Com efeito, isso manteria o respetivo volume abaixo do máximo possível, como já se verificava em consequência do ano pouco chuvoso transato (2015), aumentando o risco, caso ocorresse um ano de 2017 seco, chegando-se ao segundo trimestre desse ano com pouca reserva na albufeira. Para concretizar uma gestão sustentável, com minimização dos gastos de energia, a AdSA terá, a curto prazo de, entre outras melhorias, desenvolver uma solução de telecomando/telegestão da Estação Elevatória de Ermidas do Sado, para arrancar e desligar os grupos de bombagem a partir da sala de comando da ETA, o que permitirá realizar a maior parte da bombagem nos períodos em que a energia é mais barata (vazio e super vazio), não incorrendo assim em aumentos de gastos com horas extra para deslocação de pessoal à referida Estação Elevatória, que se situa a cerca de 40 Km de distância.

Já no que diz respeito ao volume de negócios, em 2016 verificou-se um ligeiro aumento relativamente a 2015, em cerca de 190 mil Euros, essencialmente devido à rejeição de efluente industrial por parte dos clientes, com pior qualidade, o que representa uma faturação em classes mais elevadas.

Desta forma, a variação dos gastos e do volume de negócios, proporcionaria à empresa um resultado líquido da ordem de grandeza do atingido em 2015, se não se tivesse concluído ser adequado ajustar as provisões e imparidades da empresa, em função dos riscos identificado nas suas diversas atividades, conforme referido atrás, com base na informação disponível. Essa revisão conduziu a um aumento global dessas rubricas, o que se traduz num resultado líquido do exercício negativo, de — 3,6 milhões de Euros. Como já referido, no plano do contencioso, o ano de 2016 foi também marcante para a empresa, bem como para a avaliação dos riscos financeiros em que a sua atividade se desenvolve. Com respeito às ações administrativas intentadas contra os Municípios, por falta de pagamento relativo a fornecimento de água potável e tratamento de águas residuais urbanas, processos que a AdSA tinha perdido em primeira instância, em sede de recurso para o Tribunal Central Administrativo do Sul a empresa viu a maior parte dos acórdãos proferidos até ao momento serem-lhe favoráveis, embora não todos. Além disso, alguns dos processos que, por via de recursos dos Municípios, passaram para o Supremo Tribunal Administrativo, deram origem entretanto a acórdãos com diferentes desfechos, pelo que o ano 2016 foi positivo em alguns aspetos e negativo noutros.

Durante 2016, foi assegurada a manutenção do Sistema de Sustentabilidade Empresarial (SSE), que culminou com a manutenção da certificação de cinco dos seus Sistemas de Gestão e a obtenção da certificação para um novo Sistema de Gestão, como se passa a descrever.

Em auditoria de acompanhamento realizada pela APCER em junho de 2016, a AdSA manteve a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade pela norma NP EN ISO 9001:2008, do Sistema de Gestão do Ambiente pela norma NP EN ISO 14001:2012, do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho pelas normas OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008, do Sistema de Gestão de Energia pela norma NP EN ISO 50001:2012 e do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social pela norma SA 8000:2008.

Na mesma data e em auditoria de concessão realizada pela APCER, a AdSA obteve a certificação do Sistema de Gestão da Segurança Alimentar (NP EN ISO 22000:2005), para o produto água potável.

IV. Licenciamento

A AdSA dispõe de todos os títulos de utilização necessários ao desenvolvimento das suas atividades, num total de 7.

Em 2014 foi obtida uma derrogação temporária relativamente às condições de descarga definidas na Licenca de Utilização dos Recursos Hídricos para Descarga de Águas Residuais n.º 081/REJ/RG/2011 para os parâmetros CQO e CBO5, por 30 meses, que termina em junho de 2017.

Em abril de 2015 foi publicada em Diário da Republica a Portaria n.º 119/2015, que aprovou a delimitação dos perímetros de proteção das captações subterrâneas da AdSA. Os perímetros de proteção têm como objetivo prevenir, reduzir e controlar a poluição das águas subterrâneas por forma a manter o bom estado químico e quantitativo, com que foi classificada esta massa de água no âmbito do plano de gestão da Região Hidrográfica do Sado e do Mira.

Ainda em abril de 2015, foi solicitada a renovação da Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Descarga de Água Residuais (Salinas) nº450.10.04.01.021910.2013.RH6, tendo sido emitida pela ARH-Alentejo, em novembro de 2015, uma nova licença com nº L016470.2015.RH6.

Para algumas empreitadas foram solicitados e obtidos títulos específicos como é o caso da Empreitada da Reparação do Emissário Submarino junto da APA/ARH do Alentejo.

V. **Planeamento**

Em 2016, deu-se andamento aos empreendimentos identificados no Plano de Investimentos da Empresa, quer referentes ao Sistema de Água Residual, quer ao Sistema de Abastecimento de Água.

Nesta matéria importa salientar dois tipos de atividade: o acompanhamento de estudos e projetos e o acompanhamento da execução financeira dos investimentos/obras.

No que respeita ao acompanhamento e desenvolvimento de projetos foram realizadas as ações conducentes à obtenção dos licenciamentos necessários à execução de várias empreitadas, tendo havido diversas reuniões com stakeholders, nomeadamente entidades afetadas pelos vários projetos em curso. Neste tocante, foram assim estabelecidos, ou reforçados, circuitos de comunicação com entidades como a APA, ARH Alentejo, Aicep Global Parques, Câmaras Municipais de Santiago do Cacém e de Sines, Infraestruturas de Portugal (vias rodoviárias e vias ferroviárias), REN (gasodutos e rede elétrica nacional) e principais clientes, dos quais se destaca a Central Termoelétrica de Sines, cujo acesso à fábrica será afetado pela construção da nova conduta adutora de água industrial entre a ETA de Morgavel e o reservatório de Monte Chãos. De referir que, sem exceção, todas as entidades se mostraram cooperantes, contribuindo assim de forma positiva para o bom andamento dos projetos.

Um dos projetos planeados no quarto trimestre de 2016 teve em atenção a necessidade diagnosticada de a AdSA ter um estudo global da ETAR da Ribeira de Moinhos, que integre todos os estudos pontuais já desenvolvidos anteriormente, juntamente com uma abordagem global da infraestrutura que contemple a adequação da sua capacidade de tratamento versus as potenciais licenças de descarga exigíveis em termos regulamentares. Concluiu-se assim ser adequado realizar um estudo prévio com vista ao posterior lançamento de um concurso público para adaptação final da ETAR em conceção construção. No início de

Relatório e Contas 2016_ Página 15 de 1792

2017, prevê-se realizar o procedimento para contratação do referido estudo prévio.

Relativamente ao acompanhamento da execução financeira do investimento foram lançados procedimentos de contratação de prestações de serviço para fiscalização e de execução de empreitadas, dando continuidade às tarefas associadas ao planeamento dos investimentos. No que concerne aos projetos de telegestão, encontra-se em curso a identificação das ações de curto e médio prazo.

Em relação ao Plano de Segurança da Água (PSA), este encontra-se em desenvolvimento pela Direção de Engenharia da AdP, com o apoio da equipa da AdSA constituída por elementos das várias áreas da empresa. Os trabalhos de desenvolvimento do PSA foram realizados em articulação com os trabalhos de implementação do Sistema de Gestão de Segurança Alimentar para o Produto Água Potável, cuja certificação foi obtida no final do primeiro semestre de 2016.

Desenvolveu-se também, em 2016, a formação das equipas de emergência constantes do Plano de Segurança Interno para a Sede, que contemplam o planeamento de emergência e prevenção, no que respeita a instalações, pessoas e ambiente.

Um outro aspeto a referir, no contexto do planeamento das atividades da empresa, diz respeito à redução de perdas na rede de distribuição de água potável na Cidade de Vila Nova de Santo André. A AdSA tem vindo a desenvolver planos de substituição dos troços de conduta com maior número de roturas. Assim, face às 220 roturas ocorridas em 2014, e às 138 ocorridas em 2015, as melhorias entretanto efetuadas conduziram a que em 2016 se tenham registado 71 roturas, o que corresponde a uma redução de aproximadamente 50% face ao ano anterior. Constatou-se ainda, que nos troços que foram substituídos nos três últimos anos, não houve nenhuma rotura.

Por forma a reforçar este plano de redução de roturas e minimizar os impactos para as populações em termos de tempo de intervenção e de incómodos causados, foram adjudicados através de concursos públicos, em 2016, dois contratos, um para aquisição de materiais e outro para reparação de pavimentos, de modo a repor as condições iniciais após cada reparação na rede de distribuição de água, com a maior celeridade e qualidade possíveis.

Ainda no tocante à rede de distribuição foi analisado o estado de conservação dos reservatórios de água tendo sido elaborado um plano de intervenção para os três reservatórios, dois em Santo André e um em Monte Chãos, prevendo-se efetuar no início de 2017, intervenções de reabilitação de forma a assegurar uma qualidade de água de abastecimento de excelência.

Relativamente à Manutenção, importa referir o início do carregamento de planos de manutenção preventiva no software disponível para o efeito (Aquaman), o que permitiu à AdSA avançar com o registo programado deste tipo de ações e assim melhorar o planeamento dos recursos humanos e materiais. Por outro lado, ganhou-se sensibilidade para o nível de detalhe necessário desenvolver nesses planos de manutenção preventiva e melhorar os existentes, o que permitirá que os planos que faltam desenvolver respeitem o conhecimento entretanto adquirido. Por outro lado, este exercício permitiu identificar e consolidar o conhecimento sobre a dimensão mais apropriada das equipas da manutenção da empresa.

VI. Obras e empreitadas

Da análise das empreitadas lançadas verifica-se que se tem continuado a dar prioridade à resolução de situações críticas no sistema de águas residuais, nomeadamente à melhoria das condições de recolha e transporte, ao tratamento de odores e à melhoria da eficiência da ETAR de Ribeira dos Moinhos.

Em 2016, realizaram-se importantes obras no domínio da receção e tratamento preliminar das águas residuais urbanas, tendo-se terminado as empreitadas da execução da obra de entrada de Santiago do Cacém e a caixa de reunião da Barbuda, empreitadas estas que incluíram a instalação de soluções para tratamento de odores. Acresce que a caixa de reunião da Barbuda permite agora a separação das águas residuais urbanas, provenientes da cidade de Sines, dos efluentes industriais provenientes da Petrogal ou outros que possam vir a integrar o sistema no futuro.

Na ETAR de Ribeira dos Moinhos realizaram-se um conjunto de intervenções, fundamentalmente, de reabilitação de órgãos e equipamentos, com vista à melhoria da eficiência de tratamento, como sejam, a instalação de uma obra de entrada no antigo canal de by pass da ETAR; a substituição dos reservatórios de óleos e gorduras; a substituição de janelas e portões; a reparação do pórtico no edifício de desidratação de lamas; a instalação de barreiras de proteção no tanque de arejamento; a reabilitação das comportas da ETAR e reparação de troço terrestre do emissário submarino.

Foram ainda assinados, já em dezembro, os contratos das empreitadas para a caixa de entrada da ETAR e para o tanque de receção de lixiviados.

Também para o sistema de água residual encontram-se em desenvolvimento projetos para a ligação da Petrogal à bacia de retenção da ZIP 3, duplicação da bacia de retenção da ZIP 3 e novo emissário entre a caixa de reunião da Barbuda e a ETAR. Estes projetos são determinantes como medidas estruturais para reduzir os riscos ambientais, e a base para uma gestão proativa do sistema em cenários críticos de qualidade das águas residuais rejeitadas pelas unidades industriais.

No domínio do sistema da água potável foi assinado o contrato para execução da empreitada para o fecho da malha na ZILS Norte, cuja execução física ficou praticamente concluída em 2016.

Concluiu-se o procedimento para a substituição do sistema de neutralização de cloro, continuando a decorrer o procedimento de contratação para a reabilitação dos reservatórios, a qual se prevê iniciar no primeiro trimestre de 2017.

No tocante ao sistema de água industrial encontra-se a decorrer o procedimento para a substituição dos grupos eletrobomba da captação de Morgavel. Encontra-se em fase de conclusão o projeto para a duplicação da adutora a construir entre a ETA de Morgavel e o reservatório de Monte Chãos.

Estes projetos são essenciais como medidas estruturais para melhorar a qualidade do serviço prestado.

VII. Projetos de âmbito geral

Foi aprovada em 14 de abril de 2016, a candidatura que tinha sido realizada pela AdSA em 2015 ao Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) referente à operação "Subsistema de água Residual - ETAR de Ribeira dos Moinhos", tendo sido aprovado um valor máximo elegível de € 1.622.550,77.

Durante o ano de 2016, foram submetidos os pedidos de pagamento ao POSEUR das empreitadas 🎉

Relatório e Contas 2016_ Página 17 de 179

realizadas, sendo o valor elegível de € 494.574,21.

De forma a não perder o restante financiamento, foi efetuado um pedido de reprogramação física e financeira ao POSEUR, para as empreitadas que não foram realizadas até ao dia 31 de dezembro de 2016. Para os contratos da "Caixa de entrada da ETAR de Ribeira dos Moinhos" e "Tanque de receção de lixiviados e fossas séticas", foi realizado um pedido de reprogramação de execução física, com o inicio das empreitadas a passar de 2016 para 2017.

Foi realizado também um pedido de reprogramação física e financeira, com a retirada das empreitadas de "Desodorização da desidratação de lamas da ETAR de Ribeira dos Moinhos" e "Cobertura do tanque de homogeneização da ETAR de Ribeira dos Moinhos", e a respetiva fiscalização "Fiscalização das empreitadas de desodorização". Os projetos para estas empreitadas ainda não estavam executados. Como não contribuem diretamente para a melhoria da eficiência da ETAR, submeteu-se um pedido para a retirada das empreitadas e fiscalizações associadas, que representavam um valor de € 1.350.000,00, com um valor elegível de € 405.000,00, pois estas empreitadas eram apenas financiadas a 30%. Em substituição dessas empreitadas, solicitou-se a inclusão da empreitada de "Nova Conduta de Agua Residual Urbana da Caixa de Reunião da Barbuda à ETAR de Ribeira de Moinhos". A sua realização vai contribuir diretamente para a melhoria da eficiência da ETAR de Ribeira dos Moinhos, pois vai permitir uma separação física do efluente Industrial e Urbano até à entrada da ETAR.

O investimento previsto para a realização desta empreitada é de € 900.000,00, de acordo com o plano anual de investimento.

VIII. Ações Desenvolvidas na área de Comunicação e Educação Ambiental

Limpeza da praia Costa do Norte de Sines

A AdSA associou-se à iniciativa da limpeza da praia da Costa do Norte, promovida pela Câmara Municipal de Sines, a qual decorreu entre o dia 14 e 17 de abril.

Com a ajuda de cerca de 200 voluntários foram recolhidas 4,3 toneladas de resíduos.

A AdSA contribuiu, para esta iniciativa, com a disponibilização de bonés e lanche para todos os voluntários.

29 de março de 2017 2 - 12







Figura 5 - Limpeza da Praia Costa Norte de Sines

Participação em Eventos Externos

Relatório e Contas 2016_ Página 19 de 1792. J.Z.

A AdSA e a Direção de Engenharia da Águas de Portugal (AdP) apresentaram uma comunicação ao 13° CONGRESSO DA ÁGUA, organizado pela Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH), que se realizou de 7 a 9 de março, no LNEC, em Lisboa, intitulada "Substituição de Grupos Eletrobomba: Abordagem Determinística Baseada em Estudos de Eficiência Energética. Exemplo: a captação de água em Morgavel".

A substituição de grupos eletrobomba é um procedimento que ocorre em cada vez mais infraestruturas, devido a múltiplos motivos, sejam eles por necessidade imediata devido a avaria, por ter sido atingido o fim da sua vida útil do ativo ou por o seu dimensionamento de horizonte projeto não ser compatível com as necessidades reais.

A substituição de um grupo eletrobomba por outro de idênticas características não é, normalmente, a melhor escolha. O ganho de eficiência obtido pode atingir valores da ordem de 30% face ao existente, com recuperação do investimento em cerca de 2 anos por grupo eletrobomba substituído.

A especificação o mais completa possível do grupo a adquirir, incluindo a curva tipo pretendida e a eficiência mínima para o(s) caudal(is) pretendido(s) são peças importantes na avaliação e seleção da proposta vencedora.

Foi apresentado o exemplo de um trabalho onde esta metodologia foi aplicada, nomeadamente a captação do sistema de abastecimento de água industrial da Águas de Santo André, S.A. (AdSA), em Morgavel, onde a redução potencial de custos é muito significativa.

Visitas Institucionais

No dia 15 de março uma vista do Presidente da Câmara Municipal de Sines, Dr. Nuno Mascarenhas, e da Vereadora do Ambiente, Dr.ª Filipa Faria, à obra de "Remodelação da Caixa de Reunião da Barbuda", intervenção esta que se encontra praticamente concluída.

Com a remodelação desta infraestrutura promoveu-se a reabilitação estrutural da caixa (contruída há cerca de 40 anos e que se encontrava num avançado estado de degradação), efetuou-se a separação dos efluentes industrial e urbano, o que permite uma gestão flexível e adequada de cada um dos efluentes, instalou-se um novo sistema de tratamento de odores mais moderno e eficiente e dotou-se a instalação de um novo quadro elétrico de automação e comando que permitirá uma operação e acompanhamento remoto e permanente (telegestão).

Com esta intervenção, para além da reabilitação operada, introduziram-se um conjunto de melhorias em termos de segurança, eficiência e proteção ambiental.

29 de março de 2017 e - 1 Z



Figura 6 - Visita CMS à caixa de reunião da Barbuda

Reuniões da Comissão de Acompanhamento de uma das Obras com mais impacto da região de Sines - Reabilitação do Emissário Submarino da ETAR de Ribeira dos Moinhos

Realizou-se, no dia 21 de março, a última reunião da Comissão de Acompanhamento da Empreitada de "Reabilitação do Emissário Submarino da ETAR de Ribeira dos Moinhos", tendo estado presentes a Câmara Municipal de Sines, a APA/ARH do Alentejo, o ICNF, a Delegação de Saúde do Alentejo Litoral e a Capitania do Porto Sines.

Foi efetuada uma apresentação pela AdSA, ilustrada com fotografias e alguns filmes, das diversas fases da Empreitada, realçando-se que, apesar dos constrangimentos a que os trabalhos estiveram sujeitos, em particular devidos a alguns dias de condições de mar diversas, cumpriu-se sem atrasos o plano de trabalhos inicialmente estabelecido.

Nesta reunião foram também apresentados os resultados da monitorização da água e dos sedimentos nos diversos pontos pré-estabelecidos, tendo-se concluído que, durante a obra e pelo período em que o Emissário de Recurso esteve em serviço, não existiram alterações significativas na qualidade da água e que os níveis normais foram repostos mediatamente após a conclusão dos trabalhos. A monitorização da água e dos sedimentos continuará por mais 6 meses.

Contando-se com a presença das várias entidades locais e regionais com competências na gestão do território foram ainda apresentadas mais um conjunto de Obras que a AdSA desenvolveu nestes dois últimos anos na área do saneamento, em particular, a Obra de Entrada da Estação Elevatória de Santo André, a Obra de entrada do Emissário de Santiago do Cacém e a obra de Remodelação da Caixa de Reunião da Barbuda.

Relatório e Contas 2016_ Página 21 de 179

Foi com muito agrado que a AdSA recebeu o reconhecimento das diversas entidades presentes pela forma como os trabalhos decorreram bem como pelo exemplo do espírito colaborativo e da transparência demonstrada ao longo deste processo.





Figura 7- Reunião da Comissão de Acompanhamento

Reunião Geral de Colaboradores

Nos dias 29 de março e 15 de novembro, a Administração da Águas de Santo André, S.A. organizou reuniões gerais com todos os colaboradores da empresa.

Estas reuniões decorreram da necessidade de divulgação de informação gerais a cada momento, bem como as perspetivas futuras sobre a empresa.

Comemoração do 15.º aniversário da AdSA

No dia 25 de maio a Águas de Santo André completou o seu 15° aniversário.

Esta data festiva foi comemorada entre todos os colaboradores num jantar descontraído, com muita animação e ao som de boa música!

29 de março de 2017 (. /2



Figura 8 - Comemoração do 14.º aniversário da AdSA

Feira anual de Santiago do Cacém - SANTIAGRO

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA) esteve novamente presente num dos maiores eventos anuais do Município de Santiago do Cacém – a Feira Agrícola de Santiago do Cacém – SANTIAGRO, que decorreu entre 26 e 29 de maio de 2016.

A participação da AdSA neste evento tem como principal objetivo dar a conhecer, à região, as atividades da empresa.

Durante toda a feira foram oferecidos brindes diversos aos visitantes do stand, que puderam ainda participar num jogo virtual interativo, criado para testar os conhecimentos da população, naquelas que são as principais áreas de atividade da empresa.

Relatório e Contas 2016_ Página 23 de 179







Figura 9 - Participação na Feira SANTIAGRO

29 de março de 2017 Liki

Comemoração do dia Mundial do Ambiente

No dia 24 de junho, a AdSA recebeu na sua Estação de Tratamento de Água (ETA) de Morgavel um grupo de crianças do Centro de Educativo Espiguinhas!

A Espiga, Cooperativa de Solidariedade Social, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (sem fins lucrativos), dinamizadora do Centro Educativo "Os Espiguinhas", sediado em Santiago do Cacém, que promove atividades lúdico-pedagógicas durante as várias interrupções letivas. Neste âmbito, efetuaram uma visita à ETA de Morgavel onde assistiram a um vídeo sobre o Ciclo Urbano da Água.

As crianças receberam ainda um folheto alusivo às questões de Educação Ambiental.

Seguiu-se uma visita pelo centro de controlo operacional e pelos principais órgãos da estação.





Figura 10 - Comemoração do dia Mundial do Ambiente

Relatório e Contas 2016_ Página 25 de 179

Campanha de dádiva de sangue

A AdSA, em parceria com o serviço de imunohemoterapia da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE., promoveu mais duas colheitas de sangue nas suas instalações, uma a 8 de abril e outra a 23 de setembro, a qual contou com a participação de muitos dos seus colaboradores.







Figura 11 - Dádiva de Sangue

29 de março de 2017 - ha

Celebração do Dia Nacional da Água

O Dia Nacional da Água foi instituído por despacho do Primeiro-Ministro a 9 de fevereiro de 1983. A data pretende reconhecer a importância deste recurso a nível nacional e sensibilizar a sociedade portuguesa para a necessidade de o preservar através de comportamentos e hábitos quotidianos responsáveis.

Seguindo esta linha orientadora, pretendemos continuar a prestar um contributo significativo para a qualidade de vida da população local, assegurando a manutenção dos padrões estabelecidos pela entidade reguladora – ERSAR – que, em 2014, atribuiu à AdSA o "Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano".

Assim, a AdSA promoveu uma ação de sensibilização no dia 1 de outubro de 2016 junto ao mercado da freguesia de Vila Nova de Santo André, colocando à disposição da população dois aguadeiros no período das 9h30m até às 13h00m.

A ação teve como objetivo sensibilizar os seus consumidores para o consumo da água da torneira, salientando os aspetos positivos do seu consumo quer em acessibilidade, qualidade e custo.

A população aderiu bastante e manifestou interesse que esta iniciativa venha a ser repetida!







Figura 12 – Distribuição de água da torneira com suporte a aguadeiros

7 de 179 6 52

Festa Natal da AdSA

Realizou-se no dia 20 de dezembro o jantar de natal para os colaboradores da AdSA que decorreu com muita animação e alegria. Um convívio que nos permitirá recordar momentos animados de grande convívio entre colaboradores.



Figura 13 - Jantar de Natal Colaboradores

29 de março de 2017 & - hil

Realizou-se no dia 22 de dezembro a festa de Natal dedicada aos filhos dos trabalhadores com lanche e distribuição de presentes.







Figura 14 - Natal Crianças AdSA

Relatório e Contas 2016_ Página 29 de 179

B. Relatório de Gestão

I. Linhas Estratégicas

O conselho de administração da Águas de Santo André, no desenvolvimento das suas atividades e tarefas terá em conta o estabelecido na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, na sua atual redação, que estabelece para os gestores públicos, em especial, os que exercem funções executivas, as seguintes obrigações:

- Assegurar a concretização da missão, das orientações estratégicas e dos objetivos de gestão, definidas nos termos da lei, designadamente as previstas no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas e zelar pelo cumprimento de outras orientações que sejam emanadas pelos mesmos e pela Tutela Setorial e Financeira;
- Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho da empresa, pelo cumprimento das metas e responsabilidades estabelecidas e pela concretização dos planos de atividades, orçamentos e planos de investimento anuais devidamente aprovados;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes, avaliando e gerindo os riscos inerentes às atividades da empresa;
- Propor as ações que se revelarem apropriadas para a consolidação e desenvolvimento da empresa;
- Considerar as medidas e as ações que venham a ser emanadas pelo conselho de administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, em particular aquelas que resultem de orientações da tutela setorial:

Os gestores públicos que integram o conselho de administração da Águas de Santo André, estão, ainda, sujeitos ao código de ética da empresa, estando igualmente sujeitos ao cumprimento das melhores práticas *Corporate* e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, respeito pela concorrência e pelos agentes do mercado e pela prestação de informação sobre a sua organização e as atividades envolvidas.

Orientações Estratégicas Gerais

Para além do cumprimento de outras orientações que vierem a ser determinadas nos termos do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, o Conselho de Administração da Águas de Santo André, sem prejuízo da sua autonomia de gestão, deve:

- Cumprir a sua missão e exercer a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas sectoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e
 promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na
 valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por

princípios éticos;

- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes, e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental:
- Adotar metodologias que lhe permita melhorarem continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientados para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio rigoroso controlo dos encargos que lhe estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Implementar planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- Implementar políticas de inovação científica e tecnológica consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental (política de inovação e sustentabilidade);
- Adotar sistema de informação e de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da empresa, que cubram todos os riscos relevantes assumidos, suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito (sistemas de informação e controlo de riscos).

A administração da Águas de Santo André, na qualidade de empresa do setor empresarial do Estado, deverá ainda:

- Desenvolver uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à empresa o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade empresarial, assente, fundamentalmente, numa filosofia de gestão que contemple as dimensões económica, ambiental, social e ética;
- Implementar uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os mais exigentes parâmetros de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão;
- Adotar as melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas do Setor empresarial do Estado;

A administração da Águas de Santo André está obrigada ao cumprimento dos deveres de informação, nos termos e prazos fixados, junto da Inspeção Geral de Finanças, Direção Geral do Tesouro e Finanças, Relatório e Contas 2016_ Página 31 de 179 Tribunal de Contas, e outros, para efeitos de acompanhamento e monitorização.

Orientações Estratégicas Específicas

O conselho de administração da Águas de Santo André, no quadro da missão definida deverá ainda no presente mandato (2016 – 2018):

- Assegurar a prossecução das políticas sectoriais que enquadram a sua atividade e a criação de valor acionista, com especial enfoque para uma prudencial gestão do risco e mobilização de recursos financeiros;
- Assegurar a sustentabilidade económica e financeira das operações nos domínios do abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos, para uma contínua melhoria da eficiência na prestação de serviços e para a promoção da coesão territorial;
- Assegurar a implementação de processos que visem a redução de custos operacionais numa ótica de gestão mais eficiente e mais sustentável;
- Assegurar a racionalização dos investimentos necessários à prestação dos serviços, com enfoque no dimensionamento adequado das novas infraestruturas e na conservação das já existentes;
- Prosseguir a promoção da eficiência, desenvolvendo soluções integradas para gestão do ciclo urbano da água;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor, através da implementação de soluções que conciliem o indispensável crescimento económico, com um menor consumo de recursos naturais e com a justiça social e a qualidade de vida das populações;
- Desenvolver uma estratégia integrada de Investigação e Desenvolvimento e Inovação (I&DI), promovendo o desenvolvimento de projetos-piloto, em tecnologias disruptivas com potencial impacto em termos de sustentabilidade e de eficiência no uso dos recursos, em consonância com os objetivos nacionais para este domínio;
- Desenvolver a sua atividade no quadro de uma rigorosa execução do plano estratégico setorial para o abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas (PENSAAR 2020), que corresponde à visão do Estado para o setor;
- Promover a melhoria da eficiência operacional, que deve procurar adotar, face à legislação existente, a organização-tipo mais apropriada, nomeadamente ao nível do quadro de pessoal, dos conteúdos funcionais, dos circuitos de informação, das rotinas administrativas, dos recursos financeiros, do planeamento, do orçamento, do controlo e da garantida da qualidade;
- Atingir as metas previstas no PENSAAR 2020 de acesso das populações aos serviços públicos de águas, promovendo a construção das infraestruturas ainda necessárias, com recurso a soluções e tecnologias adequadas que permitam a redução de perdas no sistema;
- Contribuir para a melhoria do estado ecológico e químico das massas de água tal como previsto no Plano Nacional da Água e na Diretiva-Quadro da Água e promover ações com vista à adaptação às alterações climáticas, bem como à conservação da natureza;
- Atingir os objetivos de continuidade e qualidade de serviço, quer no abastecimento de água, aumentando a adesão dos utilizadores ao serviço e otimizando a capacidade instalada das infraestruturas, quer no saneamento de águas residuais, reforçando o cumprimento dos parâmetros

29 de março de 2017 e - h La

de descarga, aumentando a adesão dos utilizadores ao serviço e otimizando a capacidade instalada das infraestruturas, nomeadamente de tratamento;

- Assegurar os meios necessários para garantir a redução das infiltrações e afluência de águas pluviais;
- Desenvolver atividades que contribuam para uma economia de baixo carbono e conduzam à minimização de resíduos e valorização dos subprodutos, eficiência de recursos, eficiência energética e recurso a energias renováveis que decorrem da sua atividade;
- Atuar no estrito cumprimento do quadro legislativo e contratual, nomeadamente o regime jurídico
 do setor e a regulamentação ambiental, tarifária, da qualidade de serviço e da qualidade da água, de
 proteção do consumidor e da concorrência;
- Atuar no estrito cumprimento do contrato de concessão celebrado com o Estado, propondo a sua revisão sempre que os pressupostos se alterem significativamente, designadamente em termos de partilha de risco/benefício;
- Atuar em colaboração e no respeito pelas atribuições das entidades públicas envolvidas no setor, designadamente a entidade reguladora e a autoridade ambiental, de recursos hídricos, de saúde, da defesa do utilizador e da concorrência;
- Praticar uma política tarifária no quadro dos princípios do "utilizador-pagador" e do "poluidor-pagador"
 que promova uma recuperação gradual de custos num ambiente de grande eficiência e compatível
 com a capacidade económica da população, nomeadamente da mais carenciada;
- Assegurar o aproveitamento otimizado do financiamento do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), priorizando projetos que maximizem o benefício dos investimentos já realizados, melhorem significativamente a qualidade do serviço, bem como o desempenho ambiental, e permitam tarifas aceitáveis para o nível de desenvolvimento económico e social das populações;
- Contribuir para a qualificação dos recursos humanos e inovação do setor em colaboração com outras entidades, fatores essenciais para a garantia de qualidade geral, nomeadamente criando conhecimento endógeno, externalizando os conhecimentos da AdP e assegurando a crescente autonomia nacional;
- Promover o desenvolvimento do tecido empresarial nacional, criando melhores condições para o
 desenvolvimento do saber-fazer nacional e, consequentemente, o reforço da capacidade do tecido
 empresarial com criação de emprego e riqueza;
- Contribuir para a promoção da concorrência no setor, motivadora da inovação e do progresso técnico e, consequentemente, do aumento da eficiência e da qualidade dos serviços, minimizando as características monopolistas do setor e o risco de abuso de posição dominante e de outras práticas anti concorrenciais, contrárias aos interesses dos utilizadores;

No âmbito das relações com o Grupo Águas de Portugal, o conselho de administração da Águas de Santo André, obriga-se a:

 Adotar e executar a política de relacionamento entre as empresas participadas e a Holding, aprovada para o Grupo;

Relatório e Contas 2016_ Página 33 de 179

- Propiciar o desenvolvimento na empresa de uma cultura de grupo, que se traduza pela permanente articulação e colaboração com a estrutura da Holding e com outras empresas do Grupo Águas de Portugal, com vista a:
 - ✓ Implementar uma gestão baseada nas competências e na capacidade produtiva do Grupo AdP,
 - ✓ Assegurar uma cultura organizacional orientada para a utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência.

2. Enquadramento

2.1. A Envolvente

Global

Estima-se que o crescimento mundial para 2016 será de aproximadamente 3,1% em linha com o valor do ano anterior. No entanto, este nível de crescimento constante não apresenta esta consistência quando se analisa em maior detalhe grupos específicos de países. Ao contrário de anos anteriores, as economias mais desenvolvidas apresentam taxas de crescimento maiores do que as denominadas economias emergentes (Brasil, Federação Russa, Índia, China, África do Sul, etc.) em resultado de alguma instabilidade fiscal e social. As maiores economias mundiais apresentam valores de crescimento maiores do que os expectáveis há um ano atrás, por exemplo, a perspetiva de uma diminuição da carga fiscal nos EUA, e o aumento do consumo internos na Europa influenciaram positivamente o crescimento. Ainda assim, o crescimento mundial é considerado baixo e globalmente resulta de uma diminuição generalizada quer da procura quer do investimento, bem como das incertezas no cenário político internacional e uma menor liberalização do comércio mundial.

União Europeia

O crescimento Produto Interno na União Europeia esteve muito apoiado na procura interna. Os dados disponíveis sugerem que o consumo privado e o investimento contribuíram positivamente para a atividade económica, ao passo que as exportações registaram um crescimento inferior ao das importações, sendo, assim, negativo o contributo do comércio líquido. As condições no mercado de trabalho continuaram a melhorar em meses recentes, resultando no crescimento do emprego e numa descida das taxas de desemprego maiores do que o esperado. Este aumento do consumo interno é suportado quer pela melhoria dos rendimentos das famílias, registada de forma generalizada no mercado de trabalho da zona Euro, quer pela diminuição do rácio de endividamento das famílias. No que respeita ao investimento na Europa, este cresceu ligeiramente suportado pela atividade de construção, a produção de bens e serviços, mas apenas apresenta ligeiras variações face ao período anterior. Saliente-se ainda o apoio significativo da economia na Zona Euro através de políticas monetárias muito favoráveis do Banco Central Europeu.

Portugal

De acordo com a estimativa preliminar do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 1,9% nos últimos 3 meses de 2016, mais 0,3% do que no trimestre anterior, crescimento apenas igualado no 4° trimestre de 2013. Em 2016, a economia cresceu 1,4%, de acordo com a mesma estimativa, o que configura uma desaceleração ligeira em comparação com o desempenho económico em 2015 (1,6%). Estima-se que a dinâmica atual possa trazer mais alguma robustez à recuperação económica em Portugal, em particular se se verificar uma mudança de tendência significativa no investimento. De notar que esta aceleração é consistente com os últimos dados do mercado de trabalho, que mostraram uma manutenção da taxa de desemprego nos 10,5% no último trimestre do ano passado, enquanto na última década, com excepção de dois anos, foi sempre observada uma subida da taxa de desemprego nos últimos 3 meses de cada ano.

Em dezembro de 2016, em termos das variações homólogas mensais, as exportações cresceram 11,8%, sobretudo em resultado das exportações para os países Intra-UE que cresceram 11,3%. As importações

%. As importações
29 de março de 2017

aumentaram 12,6%, devido à evolução registada em ambos os tipos de comércio: +8,0% no Comércio Intra-UE e +29,0% no Comércio Extra-UE. Excluindo os combustíveis e lubrificantes, em dezembro de 2016 as exportações aumentaram 8,9% e as importações cresceram 9,1% face a dezembro de 2015. O défice da balança comercial de bens atingiu 1.374 milhões de euros em dezembro de 2016, o que representa um aumento de 181 milhões de euros face ao mês homólogo de 2015. O défice da balança comercial excluindo os combustíveis e lubrificantes situou-se em 950 milhões de euros, mais 84 milhões de euros face a dezembro de 2015.

Em 2016 o rácio de dívida pública deverá ficar próximo, embora acima, do nível registado em 2015. As perspetivas de evolução a partir de 2017 apresentam-se, por agora, favoráveis. Saliente-se que o rácio de 2016 estará pressionado em alta, pois a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) refere que a operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos já está financiada (e incluída na almofada de liquidez), sendo maior a probabilidade que a correção do rácio em 2017 seja significativa.

Em 2016, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média anual de 0,6% (0,5% no ano anterior). Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média anual situou-se em 0,7% (valor idêntico ao de 2015). O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português registou uma taxa de variação média anual de 0,6% em 2016 (0,5% no ano anterior).

A taxa de desemprego situou-se em 10,5% no 4.º trimestre de 2016, totalizando 11,1% no perímetro do ano. A população desempregada, estimada em 543,2 mil pessoas, registou no trimestre uma diminuição de 1,2% (menos 6,3 mil pessoas) e uma diminuição anual homóloga de 14,3% (menos 90,7 mil pessoas), enquanto a população empregada, estimada em 4.643,6 mil pessoas, registou um decréscimo de 0,4% (menos 17,9 mil pessoas) no trimestre e um acréscimo anual homólogo de 1,8% (mais 82,1 mil pessoas). Em termos de média anual, a taxa de desemprego situou-se em 11,1% em 2016, o que representa uma diminuição de 1,3% em relação a 2015. Dados da Comissão Europeia, indicam que os trabalhadores em Portugal deverão voltar a perder poder de compra nos próximos dois anos, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos. A compensação real por trabalhador em Portugal (um indicador próximo da evolução do poder de compra, pois desconta a inflação) deve cair 0,6% em média até 2018, colocando Portugal como o terceiro pior caso da Europa, a seguir à Finlândia e ao Reino Unido. No salário nominal per capita, a desvalorização média anual deve rondar os 1,2% (logo a seguir ao Chipre, Itália e Finlândia, os últimos da lista).

A evolução demográfica em Portugal continua a caracterizar-se pela redução da população residente, declínio este que se mantém desde 2010, com um valor aproximado de menos 50 mil pessoas em cada ano. A redução dos nascimentos, o fenómeno emigração e o acentuado envelhecimento da população são outras variáveis que têm caracterizado a demografia em Portugal.

Fonte: FMI world economic outllook; European Comission economic outllook; BPI Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; INE.

2.2. O Sector

A escassez de água está identificada como principal risco mundial com impacto na sociedade, constituindo uma grande ameaça ao crescimento económico e à estabilidade em todo o mundo.

De acordo com o relatório "High and Dry: Climate Change, Water, and the Economy" publicado pelo Banco Mundial em 2016¹, a escassez de água, agravada pelas alterações climáticas, pode custar até 6% do PIB de algumas regiões do globo, além de potenciar a migração das populações e provocar conflitos.

Este relatório também destaca a grande relevância da gestão da água para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)² sublinhando que a água, que está individualizada no "ODS 6 -

Relatório e Contas 2016_ Página 35 de 179

I http://www.worldbank.org/en/topic/water/publication/high-and-dry-climate-change-water-and-the-economy

² http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos", está também presente em todos os ODS, designadamente porque: o abastecimento de água em quantidade é vital para a produção de alimentos e essencial para atingir o ODS 2 sobre a segurança alimentar; os sistemas de saneamento e de produção de água potável e segura são necessários para a saúde, como exigido nos ODS 3 e 6; a água é necessária para alimentar indústrias e criar empregos de acordo com os ODS 7 e 8; sem água não é possível alimentar os serviços dos ecossistemas do planeta identificados nos ODS 13, 14 e 15. Os 17 ODS fazem parte da agenda de ação até 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovada na cimeira realizada em Nova Iorque em setembro de 2015 e tendo por objetivo criar um modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

No âmbito específico do ODS 6, as metas são alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, melhorando a sua qualidade, reduzir as águas residuais não tratadas e aumentar a eficiência no uso da água em todos os setores, promovendo a reciclagem e reutilização de água e combatendo a sua escassez a nível global. É também estabelecido o objetivo de, até 2020, manter protegidos e restaurados os ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, pântanos, rios, aquíferos e lagos.

O reconhecimento da água como um direito humano pela Assembleia Geral da ONU em 2010 veio implicar a obrigação dos Estados respeitarem, protegerem e assegurarem o direito e de que os serviços de água e saneamento têm de ter preços razoáveis para todos.

A ONU também alerta para o facto de a água ser uma componente essencial das economias nacionais e locais, necessária para criar e manter empregos em todos os setores³. Sublinhando que a gestão sustentável dos recursos hídricos é uma força motriz essencial para o crescimento verde e para o desenvolvimento sustentável, a ONU regista que metade da força de trabalho mundial está empregada em oito setores dependentes de recursos hídricos e naturais - agricultura, silvicultura, pesca, energia, indústria transformadora, reciclagem, construção e transporte — sendo a gestão sustentável dos recursos hídricos, a infraestrutura hídrica, o acesso ao abastecimento seguro, fiável e regular de água e a serviços adequados de saneamento fatores determinantes de melhoria dos padrões de vida, de expansão das economias locais e de maior inclusão social das populações.

Considerando que 40% da população mundial vive atualmente em bacias hidrográficas que estão sob pressão e que as suas necessidades de água irão crescer em 55% até 2050, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) também alerta para os desafios significativos da sobre-exploração e da contaminação dos aquíferos, designadamente ao nível da segurança alimentar, da saúde dos ecossistemas e da segurança do abastecimento de água.

A OCDE prevê que, em 2050, 240 milhões de pessoas continuem sem acesso à água potável e que 1.400 milhões permaneçam sem acesso a serviços de saneamento básico.

No que respeita aos investimentos do setor nos países da OCDE, a Organização projeta necessidades significativas de investimento em renovação e beneficiação para fazer face ao envelhecimento das infraestruturas e à obsolescência das tecnologias de serviços de água, estimadas em US\$ 6.700 mil milhões até 2050.

O Programa de Ação em matéria de Ambiente (7.º PAA)⁴ da União Europeia (UE) para 2020 identifica

29 de março de 2017 - 1 - 1

³ http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/water/wwap/wwdr/2016-water-and-jobs/

⁴ http://ec.europa.eu/environment/pubs/pdf/factsheets/7eap/pt.pdf

áreas prioritárias para travar a perda da biodiversidade e para alcançar um bom estado para as águas e o ambiente marinho da Europa e, no que respeita à sustentabilidade das cidades, identifica problemas e objetivos relacionados com escassez de água, baixa qualidade do ar, níveis elevados de ruído, emissões de gases com efeito de estufa e resíduos.

Também a UE está empenhada em trabalhar com os parceiros internacionais para a adoção dos ODS, pelo que propõe, através do 7° PAA, explorar medidas que possam ser tomadas para reduzir os impactos no ambiente fora das fronteiras da União e tendo em vista ajudar a concretizar o objetivo mundial de «Viver bem, dentro dos limites do nosso planeta».

O plano destinado a preservar os recursos hídricos da Europa, apresentado pela Comissão Europeia em 2012⁵, tinha já reiterado a necessidade de colocar a gestão dos recursos hídricos da Europa numa perspetiva mais ampla, abordando todos os consumidores de água, bem como as interações da água com outros recursos, como o solo e a energia. Este plano propõe uma "caixa de ferramentas" a que os Estados-Membros podem recorrer para melhorar a gestão da água a nível nacional, regional e das bacias hidrográficas nomeadamente com incidência nos seguintes níveis: tarifação da água (incluindo recuperação dos custos) para incentivar a eficiência; a redução do consumo de água; a redução de captações ilegais; a redução de perdas; e a reutilização da água e melhor cálculo dos custos e benefícios (juntamente com a tarifação da água).

O plano tem o apoio da Parceria de Inovação no domínio da Água, também lançada em 2012, e está estreitamente relacionado com a estratégia de crescimento da UE"Europa 2020" a qual está centrada em cinco objetivos ambiciosos nas áreas do emprego, inovação, educação, redução da pobreza e clima/energia.

Na "Europa 2020" dá-se elevada importância aos desafios relacionados com as alterações climáticas, designadamente no que respeita à necessidade de redução das emissões e da utilização de novas tecnologias de produção de energia, como a solar e a eólica, bem como ao fortalecimento da resiliência das economias aos riscos climáticos e da capacidade de prevenção e de resposta aos desastres.

A respeito das alterações climáticas, 2016 destaca-se pela entrada em vigor do Acordo de Paris para o clima, em 4 de novembro, adotado pelos países da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e consubstanciado no compromisso de manter o aumento da temperatura global neste século abaixo dos 2 graus Celsius.

Materializando o objetivo de cooperação fora das fronteiras da União, a UE anunciou então contribuições financeiras para projetos relacionados com as alterações climáticas, nomeadamente para a iniciativa do G7 sobre seguro de risco climático InsuResilience⁶.

Dados da UE indicam que o custo anual mínimo da não-adaptação às alterações climáticas pode variar entre 100 mil milhões de euros em 2020 e 250 mil milhões em 2050, para o conjunto dos países da União. Só no que respeita a perdas económicas diretas na União devidas a inundações entre 1980 e 2011, registam-se 90 mil milhões de euros, estimando-se que estes custos se agravem para montantes anuais de

Relatório e Contas 2016_ Página 37 de 179

⁵ http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2012/PT/1-2012-673-PT-F1-1.Pdf

⁶ http://newsroom.unfccc.int/lpaa/resilience/g7-climate-risk-insurance-initiative-stepping-up-protection-for-the-most-vulnerable/

20 mil milhões de euros na década de 2020 e 46 mil milhões de euros na década de 2050.

O Banco Europeu de Investimento (BEI) é atualmente o maior fornecedor multilateral de financiamento para apoiar a ação climática, representando o financiamento climático cerca de 26% de todos os empréstimos concedidos pelo banco da Europa. Nos próximos cinco anos o BEI espera aplicar cerca de 100 mil milhões de dólares em investimentos em projetos climáticos em todo o mundo.

No que respeita a projetos ambientais, nomeadamente relacionados com a produção de água segura para consumo, em 2016 o BEI concedeu 16,9 mil milhões de euros de financiamento a projetos que abrangeram 25 milhões de pessoas em todo o mundo.

No setor da água em 2016 é ainda de destacar a realização em Brisbane, Austrália, do Congresso Mundial da IWA – Internacional Water Association (Associação Internacional da Água) no qual se focaram igualmente as questões relacionadas com a resiliência à escassez de água e o uso eficiente da água como fator de sustentabilidade das cidades. Durante o congresso, a IWA lançou os "IWA Principles for Water Wise Cities" destinados a apoiar os gestores municipais na integração da água no planeamento e nos projetos das cidades, com vista a promover maior resiliência às alterações climáticas, melhor habitabilidade e mais eficiência na gestão nas comunidades urbanas.

A Água e Saneamento em Portugal

O setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, reconhecidamente um grande contribuidor de desenvolvimento económico, social e ambiental, tem uma evolução gradual positiva nos últimos anos em Portugal.

Os dados mais recentes da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) indicam que em termos de qualidade da água foi atingido praticamente o pleno, com a percentagem de análises realizadas em 2015 nos 99,93 %, um valor considerado de excelência. Relativamente ao cumprimento dos valores paramétricos verifica-se que a percentagem de água controlada e de boa qualidade é de cerca de 99 %, evidenciando que a qualidade da água na torneira dos consumidores apresenta, de uma forma consistente, índices elevados. No mesmo ano, 96% dos alojamentos estavam cobertos com o serviço de abastecimento de água, 83% com o serviço de drenagem de águas residuais, sendo que 82% incluíam o tratamento adequado dessas águas.

Tendo por objetivo promover junto das populações o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade e adequado às suas necessidades, com custos socialmente aceitáveis, está em curso o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental no período 2014-2020, com a designação: "PENSAAR 2020 — Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais".

O PENSAAR 2020 tem em conta o quadro legal comunitário e nacional em vigor, a política europeia em inovação para o setor e a visão da Comissão Europeia sobre o apoio comunitário e expressa no documento Position of the Commission Services on the development of the partnership agreement and programes in Portugal for the period 2014-2020.

⁷ http://www.iwa-network.org/publications/the-iwa-principles-for-water-wise-cities/

Focalizada na gestão eficiente dos recursos e centrada em temas como a restruturação do setor e os recursos financeiros a mobilizar, esta estratégia sectorial para o horizonte 2020 orienta a política pública para a prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado.

O quadro estratégico está organizado em 5 eixos e 19 objetivos operacionais, para os quais foram definidos indicadores a serem monitorizados anualmente, e um Plano de Ação envolvendo um conjunto de 48 medidas suportado por 135 ações que pretendem concretizar os objetivos operacionais.

A primeira reunião do Grupo de Apoio à Gestão do PENSAAR 2020 (GAG) realizou-se em junho de 2016, tendo sido apresentado, em 15 de dezembro, o 1.º Relatório do GAG onde, embora destacando a trajetória positiva do setor da água, se assinalam situações de desempenho mais fraco no âmbito da sustentabilidade das entidades gestoras e da eficiência dos serviços, designadamente na redução de perdas de água, na otimização dos custos operacionais e no equilíbrio dos orçamentos, cuja resolução poderá potenciar uma maior capacidade de investimento e modernização dos serviços e uma melhor qualidade do serviço prestado às populações.

No que respeita à "Garantia do direito humano de acesso aos serviços de águas", a informação reportada pela Entidade Reguladora do Setor de Águas e Resíduos (ERSAR) no referido relatório revela que a acessibilidade económica do serviço está garantida através de tarifários acessíveis.

Já o relatório relativo à avaliação da aplicação da legislação ambiental da UE⁸ divulgado pela Comissão Europeia no início de fevereiro de 2017 confirma que Portugal enfrenta ainda problemas consideráveis nos domínios da gestão dos recursos hídricos e dos resíduos, da qualidade do ar e da conservação da natureza. Não obstante, apresenta aspetos de excelência do desempenho de Portugal, com destaque para as melhorias da qualidade dos sistemas de abastecimento de água potável registadas na última década.

No que respeita aos planos de gestão, há a destacar, em 2016, a aprovação dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) de Portugal Continental (2° Ciclo) para o período 2016-20219. Estes planos abrangem as bacias hidrográficas e as águas costeiras integradas em 8 regiões hidrográficas e constituem a base de suporte à gestão, à proteção e à valorização social e económica das águas. Foram igualmente aprovados os Planos de Gestão de Riscos de Inundações (PGRI) para o período 2016-2021, para 7 regiões hidrográficas, com o objetivo de reduzir as consequências associadas às inundações através da diminuição das potenciais consequências prejudiciais para o ambiente, as atividades económicas, a saúde humana, o património cultural e as infraestruturas.

Já em novembro de 2016, foi aprovado o novo Plano Nacional da Água (PNA)¹¹ no qual se definem as grandes opções estratégicas da política nacional da água, a aplicar em particular pelos planos de gestão de região hidrográfica (PGRH) para um período de dez anos. O PNA antecipa também grandes linhas prospetivas daquela política para o período 2022 -2027, que corresponde ao 3.º ciclo de planeamento da

Relatório e Contas 2016_ Página 39 de 179

⁸ http://ec.europa.eu/environment/eir/pdf/report_pt_pt.pdf

⁹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, republicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º

²²⁻B/2016, de 18 de novembro.

¹⁰ Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro, republicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 22 A/2016, de 18 de novembro

¹¹ Decreto Lei n.º 76/2016, de 9 de Novembro

Diretiva-Quadro da Água. Simultaneamente foi criada a Comissão Interministerial de Coordenação da Água que deverá assumir-se como a entidade privilegiada para a coordenação das políticas de água, promovendo o envolvimento de todos os interessados, nomeadamente dos agentes económicos, definindo a alocação de responsabilidades e a necessária articulação dos instrumentos de planeamento e das políticas de recursos hídricos com as outras políticas setoriais.

A destacar também a criação do Fundo Ambiental¹², que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2017 e veio extinguir o Fundo Português de Carbono, o Fundo de Intervenção Ambiental, o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos e o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Logo em janeiro de 2017, o Ministério do Ambiente anunciou a disponibilização de 154 milhões de euros pelo Fundo Ambiental para apoiar o investimento na área do ambiente em 2017 e garantir o cumprimento dos objetivos assumidos a nível internacional em matéria de desenvolvimento sustentável e alterações climáticas.

É ainda relevante realçar as Grandes Opções do Plano para 2017¹³, cujas prioridades de investimento são contempladas e compatibilizadas no âmbito do Orçamento do Estado para 2017, as quais vêm dar continuidade ao caminho traçado em 2016 de reforço da garantia do acesso e da sustentabilidade dos serviços públicos de água e saneamento, nomeadamente através das seguintes medidas:

- Implementar o funcionamento, com aposta na execução efetiva dos recursos disponíveis, do Fundo Ambiental e rever a fiscalidade verde, promovendo comportamentos ambientais positivos. O Fundo Ambiental permitirá a aplicação de tarifas pelos sistemas de forma a não comprometerem a sua função social:
- Continuar a organização do setor dos serviços urbanos de água e saneamento, revertendo o processo
 das fusões de vários dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas
 residuais, em articulação com os municípios, promovendo o equilíbrio económico e financeiro das
 entidades gestores, integrando as redes de drenagem de águas pluviais e a sua progressiva organização
 a uma escala ótima;
- Implementar o PNA que estabelece os objetivos que visam formas de convergência entre os objetivos da política de gestão das águas nacionais e os objetivos globais e sectoriais de ordem económica, social e ambiental;
- Implementar os PGRI, estabelecendo assim um quadro para a avaliação e para a gestão dos riscos de inundação, com o objetivo de reduzir as consequências associadas as estes fenómenos, prejudiciais para a saúde humana, para o Ambiente, para o património cultural, para as infraestruturas e para as atividades económicas, promovendo no imediato um programa de obras para as intervenções mais urgentes.

Neste âmbito é ainda de referir que ainda em 2016, em cumprimento do previsto no Programa do XXI Governo Constitucional, se iniciaram os estudos para reverter as agregações de sistemas que não mereceram o acordo dos municípios. O Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, que procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, permitiu a criação de sistemas

¹² Decreto Lei n.º 42-A/2016, de 12 de Agosto

¹³ Lei 41/2016

multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, mediante a cisão dos sistemas multimunicipais criados por agregação. Também durante 2016 se prosseguiu com estudos tendentes à constituição e/ou revisão de parcerias estado-autarquias para a gestão de serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais.

O Grupo AdP

No âmbito do PENSAAR 2020 e da organização do setor, a intervenção do Grupo AdP focou-se na reavaliação dos processos de agregação dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento e concretização dos respetivos destaques para a Área Metropolitana do Porto (criando as empresas Águas do Douro e Paiva e Simdouro) e grandes centros urbanos de Lisboa (com a prevista criação das empresas Águas do Tejo Atlântico e Simarsul).

A solução encontrada visa garantir um equilíbrio entre todos os parceiros e utilizadores envolvidos, seguindo os princípios de contenção tarifária, solidariedade, equidade, incentivo à eficiência e estabilidade. Quanto aos sistemas em baixa, o Grupo AdP está também a colaborar no apoio à reorganização dos serviços em baixa, em linha com os objetivos de aumento de escala e eficiência preconizados pelo Governo para este setor, nomeadamente através da disponibilização de informação técnica relevante baseada em estudos técnicos e na experiência do Grupo na gestão de redes em baixa (Lisboa, Aveiro e região Noroeste).

O Grupo AdP tem vindo, nos últimos anos, a transitar de um ciclo de investimentos em novas infraestruturas para um conjunto de investimentos de substituição e manutenção que, apesar de apresentarem menores volumes de investimento, representam uma complexidade superior, quer pela decisão do momento ideal para realizar o referido investimento, quer pela necessidade de manter os ativos em funcionamento.

Ao nível da gestão dos aproveitamentos hidráulicos, destaca-se a criação de um grupo de trabalho para a gestão de barragens que visa desenvolver um modelo sustentável e responsável de integração da gestão destes ativos nas atividades das diversas empresas participadas.

O Grupo AdP encontra-se também a desenvolver ações que visam a redução das emissões de carbono da sua atividade, nomeadamente através da atuação ao nível da eficiência energética e produção de energia através de recursos endógenos ou naturais (Biogás, fotovoltaica, eólica).

Em matéria de gestão de ativos, tem-se desenvolvido uma abordagem baseada na gestão de informação tendo a inventariação e cadastro de infraestruturas sido prioritárias.

No que respeita à inovação e desenvolvimento de metodologias, tecnologias e produtos, destacam-se diversos projetos em curso de inovação e desenvolvimento internacionais, assumindo um papel de dinamização e captação de recursos financeiros europeus para dinamização desta área necessária à evolução do setor-

Relatório e Contas 2016_ Página 41 de 179 - 17

2.3. A Regulação

O Grupo AdP, através das suas empresas operacionais, exerce duas atividades reguladas que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente: abastecimento público de água e saneamento de águas residuais.

A exploração e gestão dos sistemas de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais assenta nos princípios da prossecução do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

O Grupo AdP atua nas atividades de "alta", através dos sistemas multimunicipais e da EPAL, e nas atividades de "baixa", através das parcerias Estado-Autarquias, da EPAL e da Águas de Santo André (AdSA). Estas atividades são exercidas com modelos de gestão e regulatórios diferenciados, sujeitos à intervenção da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) nos termos definidos pelos respetivos estatutos, que foram aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Nos termos da alínea a) do artigo II° dos estatutos da ERSAR, compete à entidade reguladora elaborar e aprovar regulamentos com eficácia externa, entre os quais o regulamento tarifário.

Nos termos do disposto nos artigos 12° e 37° dos estatutos da ERSAR a proposta de regulamento tarifário dos serviços de águas deve ser sujeita a parecer do Conselho Tarifário da ERSAR e a consulta pública.

O Conselho Tarifário é um órgão de consulta específico para as funções da ERSAR relativas a tarifas e preços, estando as suas funções, competências e composição definidas nos artigos 37.º e 38.º da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

O Grupo AdP integrou em 2016 um grupo de trabalho de apoio ao Conselho Tarifário da ERSAR o qual analisou a proposta de regulamento tarifário dos serviços de águas apresentada na reunião de abril de 2015 do Conselho Consultivo da ERSAR, tendo emitido um relatório e recomendações para o Conselho Tarifário relativamente à referida proposta.

Regulação Económica

As atividades desenvolvidas entidades gestoras de serviços de águas pertencentes ao universo do Grupo AdP são reguladas pela ERSAR e pelo disposto nos diplomas de constituição ou estatutários, bem como dos contratos de concessão, parceria e gestão que regem a respetiva atividade.

Para os sistemas de titularidade estatal que incluem os Sistemas Multimunicipais (SMM) e a EPAL, a ERSAR detém o poder de fixar as tarifas, assim como supervisionar outros aspetos económico-financeiros das respetivas entidades gestoras, nomeadamente emitindo pareceres, propostas e recomendações.

De referir que a ERSAR tem ratificado a atualização tarifária para os SMM agregados, uma vez que os diplomas de constituição dos destes SMM e os respetivos contratos fixaram as tarifas para o denominado período de convergência tarifária (2016-2020bem como para a EPAL.

Para os sistemas de titularidade estatal que consubstanciam Parcerias Estado-Autarquias, a ERSAR detém o poder de regulamentar, avaliar e auditar a fixação e aplicação de tarifas, sendo as propostas tarifárias submetidas a parecer prévio da ERSAR.

Águas de Santo André (AdSA)

O modelo de gestão da AdSA assenta numa gestão concessionada exercendo esta entidade gestora a atividade de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e de resíduos industriais.

A AdSA não constitui um sistema multimunicipal, não obstante a sua regulação ser efetuada nos mesmos termos destes sistemas.

As tarifas praticadas por esta entidade gestora são aprovadas pela ERSAR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º dos estatutos da Entidade Reguladora, e são calculadas com base nos encargos eficientes previstos nos contratos de concessão, aceites pela ERSAR para esse efeito, divididos pelas quantidades previsionais.

No caso da AdSA, a Entidade Reguladora aprovou a 23.12.2015 as tarifas para cada atividade desenvolvida por esta entidade gestora, após análise à proposta de Orçamento e Projeto Tarifário apresentada nos termos do contrato de concessão.

Nos termos do contrato de concessão são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais, incluindo as amortizações líquidas de subsídios ao investimento, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista.

O contrato de concessão determina que a remuneração acionista a recuperar por via tarifária seja estimada com base no valor dos capitais próprios e numa taxa equivalente às Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de uma margem.

No entanto, ao contrário dos sistemas multimunicipais a remuneração acionista não é máxima, pelo que para esta entidade gestora não se estimam quais desvios de recuperação de gastos.

Regulação da qualidade do serviço

Nos termos dos estatutos da ERSAR, compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades. Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água e no saneamento de águas residuais prestado pelas entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a de indicadores desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em dezembro de 2016 foi publicado e divulgado o Volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras com os dados referenciados a 31 de dezembro de 2015.

Relatório e Contas 2016_ Página 43 de 179.

M

Nos termos da alínea b) do artigo IIº dos estatutos da ERSAR, compete à Entidade Reguladora elaborar e aprovar regulamentos com eficácia externa, entre os quais o regulamento da Qualidade de Serviço.

Durante o ano de 2016 não se verificaram desenvolvimentos sobre esta matéria.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

As entidades gestoras de sistemas de abastecimento público de água estão incumbidas, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, verifica-se que ao longo dos anos se têm mantido elevados padrões de qualidade de água produzida e fornecida pelas entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP.

Nos termos dos estatutos da ERSAR, compete à entidade reguladora exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento público de água, promovendo a melhoria da sua qualidade e universalidade, avaliando o desempenho dessas entidades.

Nos termos da legislação, a Águas de Santo André, S.A. está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, verifica-se que ao longo dos anos se têm mantido elevados padrões de qualidade de água produzida e fornecida pela Águas de Santo André, S.A.. Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e do Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho, as entidades gestoras de abastecimento público de água devem elaborar e submeter anualmente para aprovação da ERSAR o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) cabendo àquela Entidade Reguladora efetuar ações de fiscalização à respetiva implementação.

No cumprimento da legislação vigente, as entidades gestoras de abastecimento público de água implementam o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às respetivas competentes.

O PCQA de 2016 da AdSA foi submetido à ERSAR, tendo sido aprovado em 19 de novembro de 2015. Em 2016, e no âmbito do PCQA aprovado, foram efetuadas 682 análises, 163 no sistema em alta e 519 no sistema em baixa, tendo sido cumpridos todos os valores paramétricos estabelecidos no Decreto-lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

29 de março de 2017 2 12

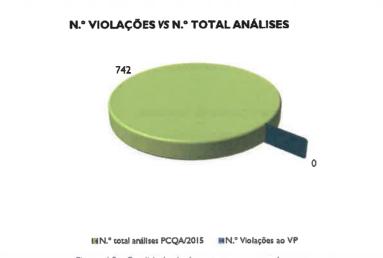


Figura 15 - Qualidade de água para consumo humano

Anualmente, os resultados do controlo da qualidade da água realizado pelo conjunto das entidades gestoras no âmbito da implementação do PCQA aprovado é também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em agosto de 2016 foi publicado e divulgado o Volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano referenciados a 31 de dezembro de 2015.

Em 2004, a Organização Mundial da Saúde publicou as suas Recomendações para a Qualidade de Água para Consumo Humano (3ª Edição), onde se propõe uma abordagem de avaliação e gestão de riscos para o controlo da qualidade da água potável através de Planos de Segurança da Água (PSA). Neste ano, foi também publicada a Carta de Bona (Bonn Charter for Safe Drinking Water) por iniciativa da International Water Association (IWA).

Com o objetivo de fornecer água de elevada qualidade da confiança dos seus consumidores, desde 2014 que a Águas de Santo André, S.A. reconheceu no Plano de Segurança da Água (PSA) uma metodologia para assegurar a qualidade e a segurança no abastecimento público de água para consumo humano.

Desde 2011 que o Grupo AdP, através de uma metodologia pormenorizada de gestão de risco, dispõe de um manual que, capitalizando as experiências das empresas com PSA já implementados, incorpora as melhores práticas e as metodologias mais recentes de avaliação e gestão do risco e apoia a implementação destes princípios noutros sistemas de abastecimento de água.

Dando continuidade à sua estratégia, e em coordenação com a elaboração do PSA, a AdSA alcançou em junho de 2016 a certificação do seu Sistema de Segurança Alimentar (NP EN ISO 22000:2005) para o produto Água Potável, no âmbito das suas atividades de abastecimento de água para consumo humano, contemplando todas as etapas do processo, designadamente a captação, o tratamento, o armazenamento e a distribuição aos municípios ("em alta"), e também a distribuição ao consumidor final, seja ele urbano ou industrial ("em baixa"). A auditoria de concessão da certificação foi realizada pela entidade APCER - Associação Portuguesa de Certificação.

Relatório e Contas 2016_ Página 45 de 179

Regulação das relações comerciais

Nos termos dos estatutos da ERSAR, compete à entidade reguladora regular as relações comerciais através da definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em "alta" e em "baixa" e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente, no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

No âmbito das suas competências, foi emitida pela ERSAR a Recomendação n.º 1/2010 relativa aos conteúdos que devem constar nas faturas dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos prestados aos utilizadores finais, pelas entidades gestoras que prestem esses serviços.

Adicionalmente, com a publicação da Lei n.º12/2014 de 6 de março, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, modificaram-se os regimes de faturação e contraordenacional das entidades gestoras de sistemas municipais.

O Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, determina que aquelas entidades gestoras são obrigadas, a partir de 1.03.2015, a cumprir com a emissão de faturas detalhadas aos clientes finais (utilizadores em baixa) que incluam a decomposição das componentes de custo que integram o serviço prestado a tais utilizadores, seja de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos.

A legislação da "fatura detalhada" vincula as entidades gestoras de sistemas municipais à obrigação de transferirem 50% do valor da fatura cobrada de cada um dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos, para a entidade gestora do sistema multimunicipal ou intermunicipal e sempre limitado ao valor devido a essa entidade gestora, não podendo o produto da cobrança ser utilizado para qualquer outro fim.

Nos termos da alínea c) do artigo 11º dos estatutos da ERSAR, compete à entidade reguladora elaborar e aprovar regulamentos com eficácia externa, entre os quais o regulamento de Relações Comerciais.

A 30.12.2016, através da consulta pública n.º4/2016, iniciou-se o período de consulta pública do projeto de regulamento de relações comerciais dos serviços de águas e resíduos, sendo expectável que venha desenvolvimentos sobre esta matéria durante o ano de 2017.

Regulação da interface com os consumidores

Nos termos dos seus estatutos, compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da interface dos consumidores junto das entidades gestoras.

A ERSAR, nesse âmbito, tem como atribuição conhecer as reclamações dos utilizadores e os conflitos que envolvam as entidades gestoras dos serviços de águas, analisando-as, promovendo o recurso à conciliação e arbitragem entre as partes, como forma de resolução de conflitos, e tomando as providências que considere urgentes e necessárias, bem como promover a resolução de litígios destes com as entidades 29 de março de 2017 2 - 12 gestoras.

Relatório e Contas 2016_Página 46 de 179



Anualmente, os resultados das reclamações recebidas pela ERSAR, em n.º em por assunto são também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em agosto de 2016 foi publicado e divulgado o Volume 2 do RASARP com os resultados das reclamações recebidas referenciados a 31 de dezembro de 2015.

Regulação ambiental

As entidades gestoras de serviços de águas pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação ambiental da Agência Portuguesa do Ambiente (APA.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, nos termos e para efeitos do disposto na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água) cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras, emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adocão de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

Para cobertura dos seus encargos, a APA tem vindo a cobrar a Taxa de Recursos Hídricos (TRH), prevista no regime económico e financeiro dos recursos hídricos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de iunho.

No apuramento da TRH para 2016, de acordo com o n.º 2 do artigo 5º-A da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro (Fiscalidade Verde), foi definido um limite para o volume de água não faturada em "alta" de 5% e em "baixa" de 20%, sendo eventuais valores superiores a estes volumes suportados pelas entidades gestoras como incentivo à redução de perdas e infiltrações.

A TGR pretende contribuir para melhorar o comportamento de operadores económicos e consumidores finais, no sentido da redução da produção de resíduos e sua gestão mais eficiente que passe pela internalização, por produtores de resíduos e consumidores, dos custos ambientais que lhes estão associados e permita estimular o cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de gestão de resíduos.

3. O Negócio

3.1. Introdução

O Sistema de Santo André

O sistema de Santo André abrange três vertentes: abastecimento de água, água residual e resíduos industriais.

Este sistema serve a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ainda, parcialmente, os municípios de Santiago do Cacém (cidade Nova de Santo André e costa de Santo André) e, pontualmente, sempre que solicitado, a cidade de Sines.

Relatório e Contas 2016_ Página 47 de 179

3.2. Abastecimento de Água

Distribuição

Rede de água potável

A distribuição de água potável abrange duas zonas de abastecimento: a zona de Santo André e a Zona Industrial e Logística de Sines.

A distribuição em Santo André é efetuada a partir do reservatório, situado na sede da empresa, do qual a água é bombeada diretamente para a rede. Na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) a distribuição é feita a partir dos reservatórios situados em Monte Chãos, por gravidade.

Quadro 4 - Distribuição de Água Potável em Baixa

Agua Potável	
Rede de distribuição (km)	93
Caudal médio diário distribuído (m³/dia)	4.316
Estações elevatórias	
População servida (habitantes)	15.000

Rede de água industrial

Esta rede destina-se a distribuir água industrial às indústrias da ZILS, sendo efetuada por gravidade a partir de um reservatório situado em Monte Chãos, utilizando uma rede de distribuição própria e independente da de água potável, embora com traçados paralelos.

Quadro 5 - Distribuição de Água Industrial

Rede de distribuição (km)	17
Caudal médio diário distribuído (m³/dia)	34.455
Industrias servidas (habitantes equivalente)	230.000

29 de março de 2017 2 - hls







Figura 16 - Rede de Distribuição

Abastecimento

Sistema de Santo André

A captação é feita a norte de Vila Nova de Santo André, no designado sistema aquífero de Sines. Este sistema compreende um conjunto de cinco captações subterrâneas ativas. A água captada é bombeada por estações elevatórias para um reservatório em Santo André e outro em Monte Chãos.

Quadro 6 - Abastecimento de Água Potável em Alta

Sistema de Santo André	
Captações	5
Estação de tratamento de água	3
Adutoras (km)	26
Estações elevatórias	3
Capacidade de produção (m³/dia)	20.000
População servida (habitantes)	27.000

Relatório e Contas 2016_ Página 49 de 179 (1.)

Sistema de Morgavel

Este sistema compreende a captação no Rio Sado, em Ermidas do Sado, seguido de uma adução com cerca de 40km até à Albufeira de Morgavel sendo água posteriormente transportada até ao reservatório em Monte Chãos (50.000 m³).

Quadro 7 – Abastecimento de Água Industrial

Sistema de Morgavel	A TANK THE RESERVE OF THE PARTY
Captações	
Estações de tratamento de água	I
Adução em conduta, canal e túnel (km)	39
Capacidade de produção (m³/dia)	130.000



Figura 17 - Rede de Abastecimento

29 de março de 2017 6 6 7

3.3. Águas Residuais

O Sistema de saneamento de água residual de Santo André compreende a recolha, transporte e tratamento de água residual industrial proveniente da Zona Industrial e Logística de Sines e da água residual urbana provenientes das cidades de Santo André, Sines e Santiago do Cacém.

As águas residuais são tratadas na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Ribeira de Moinhos, sendo depois descarregadas no mar, através de um emissário submarino com 2480 m de comprimento e a 40 m de profundidade.

Quadro 8 - Dados Águas Residuais

Rede de coletores (km)	41.44
Estações elevatórias (EE)	II
Estação para Injeção de oxigénio	
Bacias de retenção	2
Estação de tratamento de águas residuais	
Emissário submarino	I
Capacidade de tratamento (m³/dia)	43.000
Volume diário tratado (m³/dia)	16.715
Carga média removida (ton CQO/ano)	1.389
População servida (população equivalente)	44.583



Figura 18 - Rede de Água Residual

Relatório e Contas 2016_ Página 51 de 179

3.4. Resíduos Industriais

Na vertente de resíduos industriais, a AdSA tem por atribuição receber os resíduos Industriais provenientes das indústrias situadas na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ainda da estação de tratamento de águas residuais (ETAR) de Ribeira de Moinhos e da estação de tratamento de água (ETA) de Morgavel.

O aterro de resíduos industriais, com uma extensão total de 59 ha, contempla quatro zonas distintas de resíduos, uma zona de infraestruturas de apoio ao funcionamento do aterro e uma rede piezométrica, constituída por 13 piezómetros, para monitorização da qualidade das águas subterrâneas.

Zona de deposição de resíduos sólidos urbanos (RSU)

A zona destinada à deposição de RSU, cuja área de projeto é de 27.200 m², entrou em funcionamento em 1977, com a finalidade de servir os concelhos de Santiago do Cacém e Sines, tendo sido encerrado, em abril de 2000, após a entrada em funcionamento do aterro sanitário do sistema de resíduos sólidos do Litoral Alentejano, Aljustrel e Ferreira do Alentejo.

A AdSA, em 2011, procedeu à selagem e requalificação ambiental das Células de RSU.

Zona de deposição de resíduos sólidos industriais (RSI)

A zona destinada à deposição de RSI, constituída por dois alvéolos e com uma área total de deposição de 14.450 m², iniciou a sua utilização em 1994, tendo sido encerrada em 2008.

A AdSA, em 2011, procedeu à selagem e requalificação ambiental das células de RSI.

Zona de deposição temporária de lamas oleosas

Com o objetivo de armazenar temporariamente as lamas oleosas provenientes da ETAR de Ribeira dos Moinhos e das empresas situadas na ZILS, foram construídas 12 bacias, cujo funcionamento iniciou em 1982 e terminou em 2008.

Em 2015 foi concluída a resolução do passivo ambiental existente, através da prestação de serviços de Retirada das Lamas Confinadas no Aterro de Santo André, adjudicada ao consórcio EGEO/SISAV/Carmona/Lena Ambiente, tendo sido, desde o início do projeto e até setembro de 2015, concluídas as 12 bacias existentes. Foram retiradas 82.078,62 toneladas de resíduos (lamas oleosas) e 32.592,74 toneladas de solos saneados, tendo como destinos finais, respetivamente, os CIRVER SISAV e ECODEAL e o Aterro de Resíduos Não Perigosos da Lena Ambiente II. Este foi um projeto cofinanciado pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e pelo Fundo de Intervenção Ambiental (FIA), tendo a AdSA recebido, em 2015, o valor global de € 450.339,40 que corresponde a reembolso do FIA.

Zona de deposição de resíduos não perigosos (RNP)

A AdSA, em 2010, procedeu à construção de uma célula para receção de resíduos não perigosos (RNP). Esta célula, constituída por dois alvéolos, tem como caraterísticas técnicas principais:

- Capacidade anual para receção de RIB: 6.500 toneladas;
- Vida Útil Espectável: 16 a 23 anos (dependente dos quantitativos de resíduos a receber).

Tendo recebido o seu alvará de licença para a realização de operações de gestão de resíduos em maio de 2011, a AdSA retomou a atividade de receção de RNP em setembro de 2011.

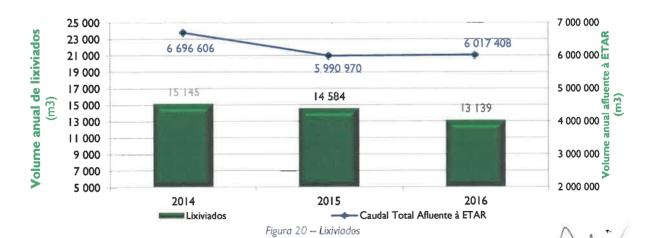
Relatório e Contas 2016_Página 52 de 179



3.5. Outros Negócios

Desde 2006, que têm sido apresentados à AdSA sucessivos pedidos de descarga de lixiviados, por invocada incapacidade das unidades de tratamento de lixiviados dos Aterros de Resíduos Sólidos Urbanos.

Para a execução desta prestação de serviços a AdSA solicitou autorização ao Concedente autorização para o exercício desta atividade de forma continuada, até um limite máximo de 5% do caudal médio afluente à ETAR, estando em vigor a autorização N° 48/2014/MAOTE, emitida pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia em junho de 2014, válida por 3 anos.



Relatório e Contas 2016_ Página 53 de 179

4. Sustentabilidade

4.1. Enquadramento

No ano de 2016, continuámos empenhados em contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, através da compatibilização de um crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações de hoje e das gerações futuras.

A Águas de Santo André, enquanto empresa pertencente ao universo AdP, grupo que desempenha uma função ativa na sociedade e no ambiente, desenvolve uma gestão adequada dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

O Grupo AdP acredita que a sustentabilidade se consegue criando relações biunívocas - simbioses - com o ambiente, com os acionistas e colaboradores, com a comunidade e com as demais partes interessadas, com quem tem uma relação de estreita interdependência. A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP resulta da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano setorial PENSAAR, da reflexão sobre as expetativas dos stakeholders, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com a subscrição do Global Compact no âmbito das Nações Unidas e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

A partir deste trabalho, identificaram-se os principais desafios do grupo em matéria de sustentabilidade e definiram-se os Princípios e Compromissos.

Estratégia de Sustentabilidade

Simbiose com Ambiente

Princípio: Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- ✓ Conservar e valorizar as massas de água
- ✓ Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- ✓ Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- ✓ Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Princípio: Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

✓ Garantir a ecoeficiência do Grupo

Simbiose com os Acionistas e Clientes

Princípio: Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- ✓ Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- ✓ Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo

10

✓ Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Princípio: Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida Compromissos:

- ✓ Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- ✓ Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- ✓ Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

Simbiose com os Colaboradores

Princípio: Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo Compromissos:

- ✓ Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- ✓ Garantir a igualdade de oportunidades
- ✓ Garantir a segurança e saúde no trabalho
- ✓ Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- ✓ Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

Simbiose com a Comunidade

Princípio: Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- ✓ Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- ✓ Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- ✓ Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico.
- ✓ Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento.

Nos aspetos relevantes da atividade de 2016, destaca-se ainda a prossecução da política de desenvolvimento e melhoria contínua dos seus processos, no sentido da prestação de um serviço público de qualidade e da diversificação numa ótica de aumento da eficiência, para a qual contribuem fortemente as certificações dos sistemas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, e Energia numa lógica de transparência e credibilidade.

Ao nível da Responsabilidade Social, o Grupo manteve a aposta em políticas corporativas, nomeadamente dando continuidade ao programa de atribuição de bolsas de estudo com vista a contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem dos filhos dos seus colaboradores, que são anualmente atribuídas aos filhos dos colaboradores que se encontrem a frequentar o ensino superior ou ensino especial.

Relatório e Contas 2016_ Página 55 de 179

4.2. Stakeholders /Partes Interessadas



Figura 21 - Esquema de relações com partes interessadas

4.3. Gestão do Risco

A Águas de Santo André, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

O processo de gestão do risco empresarial implementado na empresa possibilita uma avaliação integrada do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, por forma a proteger os seus investimentos e ativos.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias, a qual apresentamos em baixo:



Figura 22 - Classes e categorias de riscos

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:

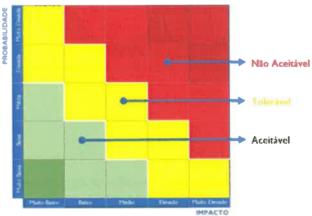


Figura 23 - Matriz de nível de risco

No processo de Avaliação do Risco de 2016 foi implementado um conjunto de alterações, nomeadamente:

- Alteração da Estrutura de Avaliação, proporcionando uma avaliação mais crítica e detalhada dos riscos da empresa;
- Revisão dos Riscos a avaliar em 2016, ajustando-os à realidade das empresas do Grupo;
- Identificação e validação dos Processos atualmente existentes nas empresas, integrando a vertente de Controlo Interno no processo de avaliação;
- Identificação dos Riscos associados a cada um dos Processos da empresa, proporcionando uma

Relatório e Contas 2016_ Página 57 de 179

análise do risco dos processos:

 Identificação das Áreas intervenientes em cada um dos Processos da empresa, proporcionando uma avaliação mais criteriosa do risco.

Estas alterações apresentam como vantagens:

- Visão mais ampla dos Riscos, segregados nos Processos e Áreas da empresa;
- Avaliação mais alargada e específica dos riscos;
- Identificação mais específica das falhas e necessidades;
- Direcionamento dos recursos de forma mais eficiente e eficaz;
- Uma melhor avaliação do nível de Controlo Interno existente.

Na sequência da avaliação do risco empresarial realizado pela AdSA, verificou-se a existência de uma homogeneidade do Nível de Aceitação dos Riscos Residuais (Tolerável), pelo que foram definidos alguns Critérios que se considerou serem os mais relevantes para, entre os riscos, se distinguir os mais críticos para a empresa. Os critérios definidos foram:

- I° Risco Residual cujo risco inerente seja mais elevado;
- 2º Risco Residual cujo impacto seja mais elevado;
- 3º Risco Residual cuja probabilidade seja mais elevada;
- 4º Risco Residual que se mantem no mesmo nível de aceitação do risco inerente.

Assim, em 2016, os riscos identificados como mais significativos para a AdSA foram:

- R.2.1.2 Impacto ambiental (1° Critério)
 Risco de uma ineficiente utilização dos recursos ambientais ou contaminação dos mesmos, decorrente direta ou indiretamente da atividade da empresa ou do incumprimento da legislação / regulamentação ambiental vigente.
- R.3.3.4 Gestão de talentos (1° e 2° Critério)
 Risco de dificuldade na captação e retenção do capital humano necessário ao bom funcionamento e desenvolvimento da Organização, decorrente de:
 - ✓ um processo de recrutamento não direcionado para as necessidades da Organização;
 - √ uma ineficiente avaliação de desempenho;
 - ✓ uma política de formação desalinhada com o incremento de competências;
 - ✓ uma ineficiente política de gestão de carreiras.
- R.3.4.1 Gestão da saúde pública (1° Critério)
 Risco de consequências adversas para a Saúde Pública, decorrentes de falhas, acidentes a nível técnico ou humano ao longo da cadeia de abastecimento ou de saneamento.
- R.2.1.4 Sustentabilidade operacional (4° Critério)
 Risco de insustentabilidade operacional do negócio, decorrente de causas naturais, técnicas ou humanas.

- R.3.6.7 Fornecedores (4° Critério)
 - Risco de ineficiência operacional da Organização, com consequente diminuição da qualidade do serviço prestado, decorrente da ineficácia do processo de seleção, avaliação e gestão dos fornecedores ou dependência excessiva dos mesmos.
- Outros Riscos Relevantes (4º Critério)
 - ✓ R.I.I.7 Segregação de funções
 - ✓ R.2.1.3 Sustentabilidade financeira
 - ✓ R.2.4.2 Gestão do conhecimento
 - ✓ R.3.4.3 Gestão de contratos de clientes

Subsequentemente será elaborado um Plano de Tratamento do Risco, através da definição de estratégias de tratamento onde serão contempladas as ações corretivas e/ou de melhoria sobre o nível dos controlos, bem como a definição de prazos de implementação e respetivos responsáveis, permitindo a monitorização periódica dos principais riscos, de forma a acompanhar a sua evolução.

4.4. Atividade Operacional

Infraestruturas

Estudos e Projetos

No ano de 2016 foram realizadas várias ações com vista à entrega de vários projetos, os quais seriam entregues entre outubro e dezembro de 2016.

Foram assim realizadas reuniões com as entidades responsáveis pelos serviços afetados, como Infraestruturas de Portugal (IP), por via da utilização de zonas de estrada e zonas de ferrovia, Rede Elétrica Nacional (REN), por via de serviços afetados em gasodutos e linhas de alta e media tensão, Aicep Global Parques, Município de Sines, reuniões com o Diretor de Central Termoelétrica de Sines, bem como reuniões de acompanhamento de projeto. Foram ainda despoletadas reuniões para articulação com a entidade responsável pela tramitação das faixas de servidão e zonas de expropriação. Contratados estavam os serviços de prospeção geológica e geotécnica, bem como topografia, os quais são inerentes ao necessário desenvolvimento de cada um dos projetos em curso.

Em seguida listam-se, por Subsistema, os vários estudos e projetos em curso:

Subsistema de Água Industrial

 Projeto de execução da "Adutora ETA de Morgavel reservatório de Monte Chãos", cujo valor da obra se estima em 7.0 M€.

Subsistema de Água Potável

 Projeto de substituição da conduta de distribuição de Água Potável no troço entre a esteira da Petrogal e o "Nó da Ford", atualmente designado como "Reabilitação de conduta de distribuição de água potável da ZILS Norte" e cujo valor de obra se estima em 0,6 M€.

Subsistema de Água Residual

Estudo prévio para remodelação e beneficiação da ETAR da Ribeira de Moinhos;

R da Ribeira de Moinhos;

Relatório e Contas 2016_ Página 59 de 179

- Projeto de execução de "Bypass entre ao ponto de recolha da Petrogal e a Bacia de Retenção da Estação Elevatória ZIP3", atualmente designado como "Emissário da Petrogal à bacia da ZIP3";
- Projeto de execução para "Duplicação da Bacia de Retenção da Estação Elevatória ZIP3";
- Projeto para a execução da "Nova conduta de água residual urbana entre a Caixa de Reunião da Barbuda e a ETAR da Ribeira dos Moinhos";
- Projeto de execução do "Emissário da Euroresinas".

Os estudos e projetos de caráter geral em curso eram:

 Projeto de execução para "Melhoramento e ampliação dos Balneários da Sede, ETAR de Ribeira dos Moinhos e ETA de Morgavel".

Nenhum dos projetos foi entregue dentro do prazo previsto, comprometendo o planeamento previsto para 2017.

Empreitadas

Em 2016 foram concluídas as seguintes empreitadas:

Empreitada "Adutora entre o Nó da Petrogal e a ZILS norte - Fase II", pelo valor de
 € 2.262.189,89.



Figura 24 - Adutora entre o Nó da Petrogal e a ZILS Norte

 Em fase de conclusão está a empreitada "Fecho da Malha ZILS Norte - Ponto A", cujo valor final se prevê ser de € 230.728,25.

29 de março de 2017 ... / L



Figura 25 - Fecho da Malha ZILS Norte - Ponto A

Empreitada "Reparação do Emissário Submarino da ETAR da Ribeira dos Moinhos". A obra foi concluída em fevereiro de 2016 e teve um custo total de € 471.609,51.





Relatório e Contas 2016_ Página 61 de 179



Figura 26 - Reparação do Emissário Submarino da ETAR da Ribeira dos Moinhos

 Empreitada "Substituição das Comportas da ETAR de Ribeira dos Moinhos", concluída pelo valor de € 151.719,00.



Figura 27 - Substituição das Comportas da ETAR de Ribeira dos Moinhos

Empreitada "Remodelação da Obra de Entrada do Emissário de Santiago do Cacém" concluída a
junho de 2016, com o valor final de € 232.646,78.



Figura 28 - Remodelação da Obra de Entrada do Emissário de Santiago do Cacém

A empreitada "Remodelação da Caixa de Reunião da Barbuda". A obra encontra-se em fase de conclusão com um custo final estimado de € 240.981,68.





Relatório e Contas 2016_ Página 63 de 179



Figura 29 - Remodelação da Caixa de Reunião da Barbuda

 A empreitada "Alteração do Depósito de Lamas Oleosas do TROG (Tanque de Remoção de Óleos e Gorduras) da ETAR de Ribeira dos Moinhos" encontra-se em fase de conclusão com um custo final estimado de € 70.508,16.



Figura 30 - Alteração do Depósito de Lamas Oleosas do TROG da ETAR de Ribeira dos Moinhos

 Empreitada "Execução de Gradil, Varandins e Barreiras de Proteção na ETAR de Ribeira dos Moinhos", concluída pelo valor de € 73.330,95.

29 de março de 2017 - h-Z





Figura 31 - Execução de Gradil, Varandins e Barreiras de Proteção na ETAR de Ribeira dos Moinhos

• Empreitada "Execução de Portões e Janelas no Edifício II da ETAR de Ribeira dos Moinhos" concluída pelo valor de € 49.439,72.



Figura 32 — Execução de Portões e Janelas no Edifício II da ETAR de Ribeira dos Moinhos

Em 2016 foram iniciadas as seguintes empreitadas:

• Contratação da empreitada para a "Construção da Caixa de Entrada da ETAR de Ribeira dos Moinhos" a 12 de dezembro de 2016, pelo valor de € 98.064,02 e prazo de execução de 90 dias.

Relatório e Contas 2016_ Página 65 de 179



Figura 33 - Construção da Caixa de Entrada da ETAR de Ribeira dos Moinhos

 Contratação da empreitada para o "Tanque de Receção e Regularização de Lixiviados e Fossas Sépticas" a 22 de dezembro de 2016, pelo valor de € 334.665,12 e prazo de execução de 180 dias.

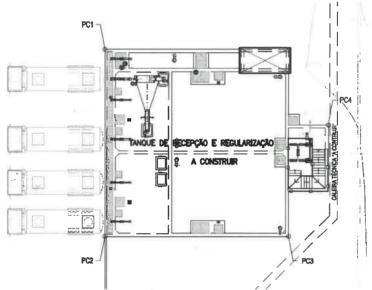


Figura 34 - Tanque de Receção e Regularização de Lixiviados e Fossas Sépticas

No respeitante ao lançamento de empreitadas relativas ao sistema de abastecimento de água, foram iniciados os seguintes procedimentos de contratação:

- Lançamento da empreitada para "Aquisição e Montagem de Grupos Eletrobomba na Captação de Morgavel, da Águas de Santo André, S.A.". O valor base do procedimento é de € 650.000,00;
- Lançamento da empreitada para "Reabilitação dos reservatórios de água potável". O valor base do procedimento é de € 420.000,00;
- Lançamento da empreitada para "Remodelação dos sistemas de neutralização de fugas de cloro da ETA dos Centro Operacional de Santo André (COSA) e do Centro Operacional de Monte Chãos (COMC)". O valor base do procedimento é de € 150.000,00.

No respeitante ao lançamento de empreitadas relativas ao sistema de águas residuais, foram iniciados os seguintes procedimentos de contratação:

- Lançamento da empreitada para a "Reabilitação da estação elevatória de extração de lamas da ETAR de Ribeira de Moinhos". O valor base do procedimento é de € 85.000,00;
- Lançamento da empreitada para a "Reparação da Estrada Vale Rainha Trabalhos de Pavimentação". O valor base do procedimento é de € 25.000,00.

No respeitante às prestações de serviços, foram iniciados os seguintes contratos:

- Prestação de Servicos para "Reabilitação dos Sistemas de Desinfeção por Cloro Gás de Água Potável (COSA e COMC)", adjudicada pelo valor de € 56.676,76 e concluído a março de 2016.
- Prestação de Serviços para "Apoio à implementação do Acordo de Racionalização dos Consumos de Energia da AdSA", adjudicada pelo valor de € 12.280,00 e que se encontra em curso;
- Prestação de Serviços para "Trabalhos Geológico-Geotécnicos na Área de Concessão da Águas de Santo André", adjudicada pelo valor de € 62.247,00 e que se encontra em curso.

Foram concluídos os seguintes procedimentos de contratação de prestações de serviços:

Prestação de Serviços para "Aquisição e Montagem de Equipamentos para a correção do fator de potência nas infraestruturas da Águas de Santo André ",adjudicada pelo valor de € 72.941,88 e concluído pelo mesmo valor.

Foram ainda lançados os seguintes procedimentos de contratação de prestações de serviços:

- Prestação de Serviços para " Prestação de Serviços de "Expropriações e Servidões necessárias à execução das empreitadas em curso pela AdSA", com o preço base de € 65.000,00;
- Prestação de Serviços para "Manutenção corretiva dos sistemas de pré oxidação da ETA de Morgavel", com o preço base de € 70.000,00.
- Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental das Empreitadas: Caixa de Entrada da ETAR de Ribeira de Moinhos, Tangue de Receção e Regularização de Lixiviados e Fossas Sépticas da ETAR de Ribeira de Moinhos e Remodelação dos Sistemas de Neutralização de Fugas de Cloro das ETA's do COSA e do COMC, com o preço base de € 60.000,00.
- Prestação de Serviços de "Coordenação e Fiscalização da Empreitada Fecho da Malha ZILS Norte - Ponto A", com o valor base de € 28.125,00.
- Aquisição de Serviços de "Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental das Empreitadas: "Substituição de grupos eletrobomba com a finalidade de garantir o caudal necessário ao Subsistema - Captação Morgavel, Execução de gradil e varandins na ETA de Morgavel e EE de Ermidas-Sado, Reabilitação dos Reservatórios de Água Potável (COSA 5.000m3; COMC 2.000m3) e Reabilitação da Estação Elevatória de Extração de Lamas da ETAR de Ribeira de Moinhos", com o preço base de € 50.000.00.

Manutenção

Durante o ano de 2016 a AdSA realizaram-se intervenções de manutenção preventiva e de manutenção corretiva. As mesmas foram registadas em software próprio, pelo que é possível proceder à análise dos dados carregados em sistema. Contudo, importa referir que as intervenções realizadas na rede de distribuição de água potável à cidade de Vila Nova de Santo André não são registadas neste sistema, pelo que a análise abaixo apresentada, não considera as manutenções realizadas no sistema de água potável, da baixa de Santo André.

Assim, e por área de negócio, verificaram-se 903 ordens de trabalho para o sistema de água bruta, 793 para o sistema de água industrial, o qual incluiu atividade de alta e baixa, 254 ordens de trabalho para o sistema de distribuição de água potável (exclui-se Vila Nova de Santo André), 1165 ordens de trabalho industrial, agua residual un comuns e 13 ordens de trabalho para o

Relatório e Contas 2016_ Página 67 de 179 para o subsistema de água residual, o qual inclui agua residual industrial, agua residual urbana e água residual salina, 35 ordens de trabalho para o centro de custos comuns e 13 ordens de trabalho para o

sistema de resíduos industriais banais. O mesmo pode-se concluir do gráfico abaixo.



Gráfico I - Total de Ordens de Trabalho por Área de Negócio em 2016

O gráfico 2 apresenta a divisão do total de ordens de trabalho do gráfico I por tipos de trabalho.

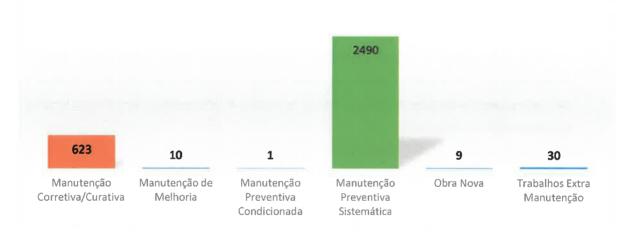


Gráfico 2 - Total de Ordens de Trabalho por Tipo de Trabalho em 2016

Analisando a natureza das ordens de trabalho conclui-se pela existência de 2490 ordens de trabalho de manutenção preventiva sistemática, 623 ordens de trabalho de manutenção corretiva/curativa, 10 ordens de trabalho de melhoria ou beneficiação, 9 ordens de trabalho que constituem obra nova, ou seja, no fundo são intervenções de desenvolvimento e conceção, mas que não obrigam a um projeto de engenharia, 30 ordens de trabalho de trabalhos extra de manutenção, como sejam trabalhos de acompanhamento de prestadores de serviço e consultas de mercado e 1 de manutenção preventiva sistemática.

Para entendimento dos destaques apresentados no gráfico 2, relativos ao volume de atividades corretivas/curativas e preventivas sistemáticas, apresentam-se nos gráficos seguintes os tipos de problemas que estiveram nas causas das avarias e a divisão por nível de atuação das atividades de manutenção preventiva sistemática.

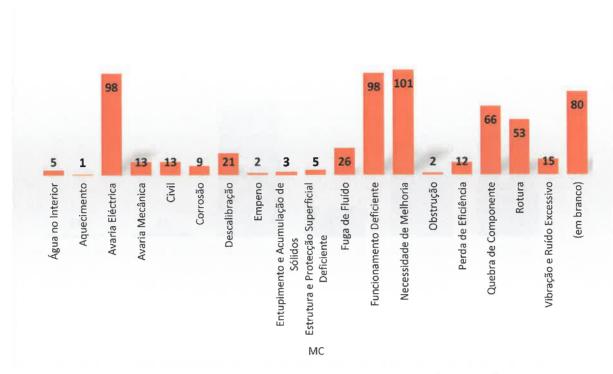


Gráfico 3 - Tipos de problemas que originaram os trabalhos de Manutenção Corretiva I Curativa em 2016

Nota: "em branco" representa o total de ordens de trabalho em que o tipo de avaria ainda não foi classificado

A realização das atividades de Manutenção Preventiva Sistemática (MPS) dividem-se em 1.º e 2.º nível. As atividades de 1.º nível estão integradas nas rotinas operacionais realizadas pela equipa de operação e são maioritariamente atividades de inspeção que não necessitam de ferramentas ou outros meios técnicos para intervenção no equipamento.

As atividades de 2.º nível são realizadas pela equipa de manutenção e além das inspeções incluem intervenções que podem obrigar à paragem e desmontagem do equipamento.

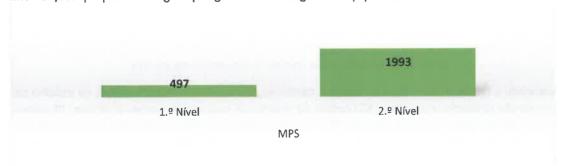


Gráfico 4 - Total de manutenções preventivas sistemáticas por nível de atuação em 2016

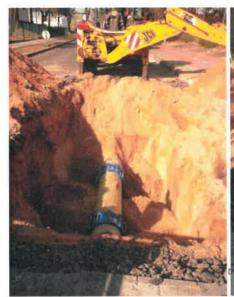
Relatório e Contas 2016_ Página 69 de 179

Operações de manutenção mais relevantes

Apresentam-se de seguida alguns registos fotográficos de operações de manutenção consideradas relevantes, dando-se nota da diversidade de intervenções realizadas.











Procedimentos de Compra

No respeitante ao lançamento de procedimentos relativos à Manutenção, foram iniciados os seguintes procedimentos de contratação:

- Concurso Público para aquisição de contadores de água de diversos calibres para stock com o valor base de € 100.000,00 e prazo de execução de 3 anos.
- Concurso Público para aquisição de ferramentas, consumíveis, ferragens e artigos diversos para stock com o valor base de € 48.000,00 e prazo de execução de 3 anos.
- Concurso Público para Prestação de Limpeza das instalações da AdSA, com o valor base de €
 210.000,00 e prazo de execução de 1 ano prorrogável até 3 anos
- Concurso Público para fornecimento e montagem de cobertura para os TROG'S da ETAR de Ribeira de Moinhos com o valor base de € 15.000,00.
- Ajuste Direto para reparação do conjunto rotante G2-45 da ETAR de Ribeira de Moinhos, com o valor base de € 15.000,00.
- Ajuste Direto para aluguer de andaimes e equipamentos de elevação, com o valor base de €
 45.000,00 e prazo de execução de I ano renovável até 3 anos.

Relatório e Contas 2016_ Página 71 de 179

Operação

Água Potável

O subsistema de Água Potável abrange toda a produção de água potável (captação, tratamento e armazenamento), para abastecimento em alta ao município de Sines (Bêbeda e Paiol) e ao município de Santiago do Cacém (Giz, Foros da Quinta e Brescos), e para distribuição às zonas de abastecimento de Santo André e da ZILS, com origem no Aquífero de Sines.

Captação subterrânea

Em 2013 foi estabelecido, com a APA, o Contrato de Concessão relativo à utilização dos recursos hídricos para captação de água subterrânea do domínio público do estado no sistema aquífero de Sines, destinado ao abastecimento público do sistema de abastecimento de Santo André.

Em 2015 foi publicada em Diário da Republica a Portaria n.º 119/2015, que aprovou a delimitação dos perímetros de proteção das captações subterrâneas da AdSA. Os perímetros de proteção têm como objetivo prevenir, reduzir e controlar a poluição das águas subterrâneas por forma a manter o bom estado químico e quantitativo, com que foi classificada esta massa de água no âmbito do plano de gestão da Região Hidrográfica do Sado e do Mira.

Relativamente ao ano 2016, foi captado o volume total de 1.729.778 m³.

Este volume foi captado de forma variada ao longo do ano, verificando-se em agosto o maior valor captado, de cerca de 201.730 m³, e em novembro, o valor mais baixo na ordem dos 104.029 m³.

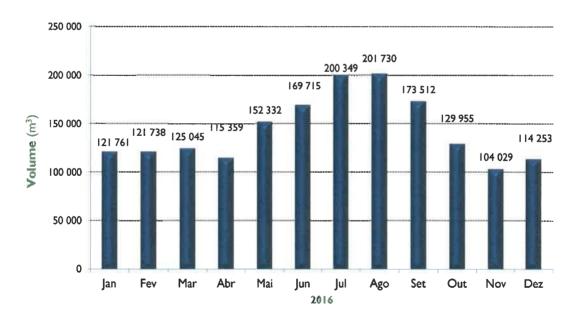


Figura 41 - Produção mensal das captações de Água Subterrânea

Numa análise plurianual verifica-se a manutenção dos valores de 2014. Em 2015 houve um aumento do volume fornecido, motivado em grande parte pelo facto de essse ano ter sido um ano extremamente seco e muito quente. No ano de 2015 o valor médio de precipitação total anual, 599.6 mm foi muito inferior ao valor normal (anomalia de -282.5mm), sendo o 6º mais seco desde 1931 e o 4º mais seco desde 2000.

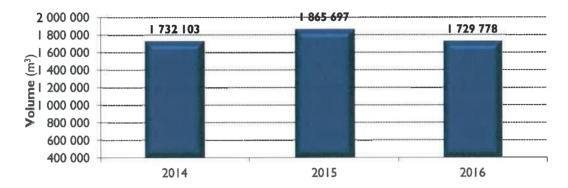


Figura 42 - Água subterrânea captada no período de 2014 a 2016

Em 2016, no âmbito do contrato de concessão estabelecido, a qualidade da água na origem foi monitorizada ao abrigo do respetivo plano de monitorização, tendo-se efetuado um total de 600 determinações analíticas, nas cinco captações ativas e em cinco de reserva. Esta monitorização incluiu amostragens semestrais, em abril e em outubro, com rotinas de análise semestrais e anuais, o que permitiu avaliar as características qualitativas da água captada.

Além destas, e por forma a evidenciar perante a APCER, as boas práticas operacionais, nomeadamente ao longo do processo de certificação no Sistema de Gestão da Segurança Alimentar para o produto Água Potável, de acordo com os requisitos da norma NP EN ISO 22000:2005, foi monitorizado o parâmetro "Temperatura" em todas as captações, durante os meses de julho, agosto e setembro. O total de determinações analíticas foi, em 2016, de 630.

Na figura seguinte, indicam-se os 42 parâmetros analisados em cada uma das dez captações:

29 de março de 2017

Relatório e Contas 2016_ Página 73 de 179

Quadro 9 - Número de determinações analíticas efetuadas por captação subterrânea em 2016

Temperatura arbono Orgânico Total Oxigénio dissolvido Oxigénio dissolvido Condutividade pH Alcalinidade Dureza Total Azoto Amoniacal Nitratos Nitritos Fósforo Total osfatos (Ortofosfatos) Coliformes totais Coliformes fecais Escherichia coli Estreptococos fecais Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Cobre dissolvido	N.* Análises/And 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 1 1 1 1
Oxigénio dissolvido Oxigénio dissolvido Oxigénio dissolvido Condutividade pH Alcalinidade Dureza Total Azoto Amoniacal Nitratos Nitritos Fósforo Total osfatos (Ortofosfatos) Coliformes totais Coliformes fecais Escherichia coli Estreptococos fecais Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2
Oxigénio dissolvido Condutividade pH Alcalinidade Dureza Total Azoto Amoniacal Nitratos Nitritos Fósforo Total osfatos (Ortofosfatos) Coliformes totais Coliformes fecais Escherichia coli Estreptococos fecais Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2
Condutividade pH Alcalinidade Dureza Total Azoto Amoniacal Nitratos Nitritos Fósforo Total osfatos (Ortofosfatos) Coliformes totais Coliformes fecais Escherichia coli Estreptococos fecais Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 1
pH Alcalinidade Dureza Total Azoto Amoniacal Nitratos Nitritos Fósforo Total osfatos (Ortofosfatos) Coliformes totais Coliformes fecais Escherichia coli Estreptococos fecais Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 1
Alcalinidade Dureza Total Azoto Amoniacal Nitratos Nitritos Fósforo Total osfatos (Ortofosfatos) Coliformes totais Coliformes fecais Escherichia coli Estreptococos fecais Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 1
Dureza Total Azoto Amoniacal Nitratos Nitritos Fósforo Total osfatos (Ortofosfatos) Coliformes totais Coliformes fecais Escherichia coli Estreptococos fecais Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 1
Azoto Amoniacal Nitratos Nitritos Fósforo Total osfatos (Ortofosfatos) Coliformes totais Coliformes fecais Escherichia coli Estreptococos fecais Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 1
Nitratos Nitritos Fósforo Total osfatos (Ortofosfatos) Coliformes totais Coliformes fecais Escherichia coli Estreptococos fecais Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 1
Nitritos Fósforo Total osfatos (Ortofosfatos) Coliformes totais Coliformes fecais Escherichia coli Estreptococos fecais Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	2 2 2 2 2 2 2 2 2 1
Fósforo Total osfatos (Ortofosfatos) Coliformes totais Coliformes fecais Escherichia coli Estreptococos fecais Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	2 2 2 2 2 2 2 2 1
osfatos (Ortofosfatos) Coliformes totais Coliformes fecais Escherichia coli Estreptococos fecais Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	2 2 2 2 2 2 2 1
Coliformes totais Coliformes fecais Escherichia coli Estreptococos fecais Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	2 2 2 2 2 2 1
Coliformes fecais Escherichia coli Estreptococos fecais Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	2 2 2 2 2 1
Escherichia coli Estreptococos fecais Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	2 2 2 1
Estreptococos fecais Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	2 2 1 1
Salmonelas Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	2
Cádmio dissolvido Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	
Chumbo dissolvido Mercúrio dissolvido	
Mercúrio dissolvido	I
Cobre dissolvido	1
Ferro dissolvido	1
Manganês dissolvido	1
Zinco dissolvido	l
Arsénio dissolvido	
Crómio dissolvido	1
Bário dissolvido	11
Boro dissolvido	
Sulfatos	1
Cloretos	1
Cianeto livre	
C10-C40	1
BETEX	
Tricloroetileno	l
Tetracloroetileno	
Sódio	
Cálcio	I.
Magnésio	1
Potássio	I
Bicarbonatos	1
Brometos	
	Zinco dissolvido Arsénio dissolvido Crómio dissolvido Bário dissolvido Boro dissolvido Sulfatos Cloretos Cianeto livre C10-C40 BETEX Tricloroetileno Tetracloroetileno Sódio Cálcio Magnésio Potássio Bicarbonatos

A análise dos valores anuais indica que a qualidade da água subterrânea captada se mantém dentro dos valores normais estabelecidos pelo diploma legal em vigor, Decreto-Lei n.º 236/98, de I de agosto, ou seja, todos os parâmetros analisados se encontram dentro dos limites legais.

Produção e Abastecimento

A água produzida nas ETA de Santo André e de Monte Chãos é armazenada nos reservatórios de Santo André e de Monte Chãos, respetivamente, e posteriormente entregue nos pontos de distribuição da cidade de Vila Nova de Santo André e na ZILS.

Quadro 10 - Pontos de entrega de água para consumo humano e respetivos caudais abastecidos

Ponto de Entrega	Caudais (m³)
Centro Operacional de Santo André	1.160.623
Centro Operacional de Monte Chãos	414.883
Suburbanos Santo André	129.280
ByPass (adução/distribuição) e transvaze para Sistema de água industrial	7.387
Total fornecido	1.729.778

No tocante ao sistema de abastecimento em alta verificam-se perdas de 1,02 %.

Distribuição

No quadro abaixo apresentam-se os volumes da água produzida bem como a água fornecida e as respetivas perdas.

Quadro II - Volumes de água produzida e fornecida

	2014	2015	2016
Água produzida (m³)	1.548.576	1.657.519	1.576.406
Água fornecida (m³)	1.167.274	1.229.921	1.215.844
Perdas na Distribuição (%)	24,62	25,8	22,87

A redução do valor de perdas verificado em 2016 deve-se ao facto de ainda ter havido menos roturas na rede de distribuição de Vila Nova de Santo André. Este valor será substancialmente reduzido nos próximos meses, uma vez que está em curso um plano de substituição dos troços que frequentemente apresentam roturas. De acordo com o plano em questão está prevista a redução de perdas para valores abaixo dos recomendados. Esta variação do valor das perdas verificada em 2016 deve-se ainda a um aumento do número de roturas ocorridas na conduta de distribuição de água à ZILS. Este troço de rede com cerca de 5 km de comprimento será substituído estando presentemente a ser elaborado o respetivo projeto de execução.

A qualidade da água distribuída é controlada através do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR), de acordo com a legislação em vigor, o Decreto-Lei n.º 306/07, de 27 de agosto e o Decreto-Lei n.º23/2016, de 3 de junho.

Relatório e Contas 2016_ Página 75 de 179

No cumprimento do PCQA, aprovado para o ano de 2016, a AdSA efetuou através de um laboratório acreditado pelo IPAC as 682 determinações (em alta e em baixa) que asseguraram o cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 306/07, de 27 de agosto, não se tendo verificado qualquer incumprimento aos valores paramétricos definidos, o que corresponde a um cumprimento de 100,00 % da qualidade de água fornecida pela AdSA.

Paralelamente ao PCQA, a AdSA desenvolveu um outro programa complementar, constituído por amostras recolhidas nos seus pontos de entrega, tendo realizado 1.932 determinações não obrigatórias, as quais cumpriram na íntegra, todos os VP (valores paramétricos) estabelecidos no Decreto-Lei n.º 306/07, de 27 de agosto. No conjunto destes dois programas de monitorização, foram realizadas 2.614 determinações analíticas, um número que quase quadruplica o obrigatório, de acordo com o referido PCQA.

Água Industrial

O subsistema de abastecimento de Água Industrial abrange as atividades de captação da água superficial no Rio Sado, através da Estação Elevatória de Ermidas do Sado, a sua condução através do sistema conduta-canal-túnel à Albufeira de Morgavel, e posterior bombagem para produção de água industrial na ETA de Morgavel. Posteriormente a água é aduzida e armazenada no Centro Operacional de Monte Chãos, de onde é feita a distribuição de água industrial à ZILS. Este centro é igualmente responsável pela distribuição de água potável para a mesma zona.

Captação

O subsistema de abastecimento de Água Industrial inicia-se na captação de Ermidas do Sado, de onde é bombeado nos meses em que há disponibilidade na origem, em termos de qualidade e quantidade. Na figura seguinte apresentam-se os caudais captados em 2016.

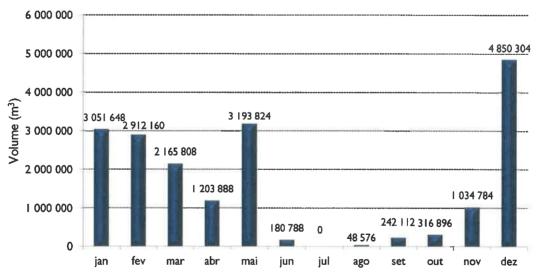


Figura 43 - Volumes captados no Rio Sado em 2016

Os reduzidos caudais bombeados nos meses de verão justificam-se pela indisponibilidade hídrica na

origem. Durante o ano de 2016 foi possível elevar água nos meses de inverno e primavera, o que possibilitou a captação de volumes significativos, tendo o nível e respetivo volume da albufeira ficado dentro dos valores normais, tendo em consideração que no ano de 2015 não foi possível captar a água pretendida.

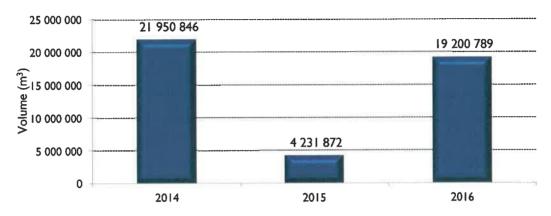


Figura 44 - Volume de água captada na EE Ermidas do Sado

A figura seguinte apresenta a evolução do volume de água na Albufeira de Morgavel, ao longo dos últimos 3 anos.

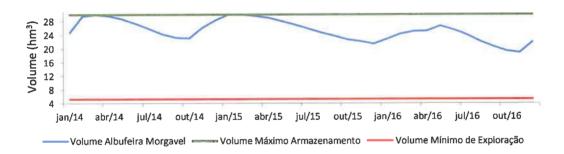


Figura 45 - Volume armazenado na albufeira de Morgavel no período de 2014 a 2016

No início do ano de 2016 foi possível começar a repor os níveis de água armazenada na albufeira de Morgavel. A 31 de dezembro de 2016 a albufeira apresentava o nível 64,13 m o que corresponde a um volume de 22,03 hm3 e de 67,72 % da sua capacidade utilizável. O regime de exploração da albufeira de Morgavel tem por objetivo assegurar um volume útil de armazenamento nunca inferior aos consumos previstos para o ano seguinte.

Relatório e Contas 2016_ Página 77 de 179

Produção

Durante o ano de 2016 foram produzidos na ETA de Morgavel cerca de 12,8 hm3 de água industrial, destinada aos clientes da ZILS.

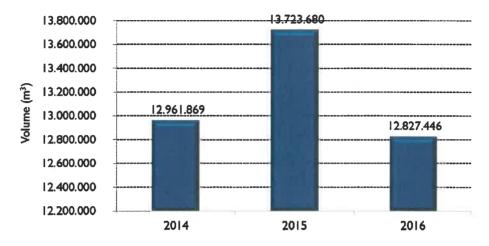


Figura 46 - Volumes produzidos na ETA Morgavel

Distribuição

O Centro Operacional de Monte Chãos é responsável pelo abastecimento de água industrial à ZILS, abrangendo I5 clientes. A água distribuída provém essencialmente da água produzida na ETA de Morgavel, à qual acresce, em pequena percentagem, a água proveniente do Centro de produção de Santo André sempre que necessário.

O total de água industrial distribuída em Monte Chãos foi de 12,6 hm3. Verificou-se em 2016 um decréscimo do volume distribuído de cera de 0,9 hm³, essencialmente devido a uma redução dos consumos dos principais clientes industriais.

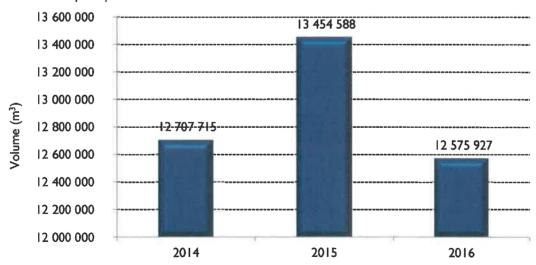


Figura 47 - Volumes distribuídos em Monte Chãos

A qualidade da água distribuída às indústrias da ZILS é controlada através de um Plano de Controlada

m

Interno. De acordo com este plano, a AdSA efetuou através de um laboratório acreditado pelo IPAC, 228 determinações correspondentes a 19 parâmetros. Por forma a monitorizar a qualidade da água industrial ao longo do processo de tratamento, é efetuado diariamente, um controlo analítico aos parâmetros turvação, pH, Alumínio e Oxidabilidade, num total de 1.688 análises, que garantem o controlo da qualidade da água industrial a fornecer aos clientes industriais. A qualidade da água industrial distribuída satisfaz os requisitos estabelecidos pelos clientes industriais.

Água Residual

A atividade do subsistema de Água Residual abrange as atividades de recolha, tratamento e rejeição de água residual urbana e industrial, e ainda a receção e rejeição de água residual salina. São ainda rececionados diretamente na ETAR de Ribeira dos Moinhos lixiviados provenientes de vários Aterros de Resíduos Não Perigosos, atividade acessória e complementar devidamente autorizada pelo Concedente, e ainda águas residuais provenientes de fossas sépticas.

Recolha

No quadro seguinte é possível observar a evolução dos caudais recolhidos e transportados pelo subsistema desde 2014. Os caudais são apresentados de acordo com a sua proveniência: água residual urbana, água residual industrial, lixiviados e água residual salina.

Quadro 12 -	Volume of	de água	residual	recolhida i	(2014-2016))
-------------	-----------	---------	----------	-------------	-------------	---

Tipologia de Água Residual	2014	2015	2016
Água Residual Urbana (ARU)	1.818.115	1.491.601	1.620.713
Água Residual Industrial (ARI)	4.792.563	4.376.964	4.294.625
Lixiviados	15.145	14.584	13.139
Água Residual Salina (ARS)	1.080.156	1.186.437	973.096
Total	7.705.979	7.069.585	6.901.573

Em 2016, registou-se um decréscimo de 2% do volume total de água residual recolhida, relativamente a 2015, que é justificado pela suspensão da atividade de uma dos principais utilizadores industriais do sistema.

Os volumes recolhidos apresentam a seguinte distribuição, conforme a sua origem:

Relatório e Contas 2016_ Página 79 de 179

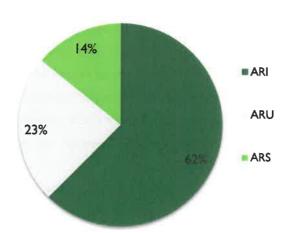


Figura 48 - Distribuição dos volumes recolhidos em função da tipologia de água residual, em 2015

A qualidade das águas residuais industriais e salinas admitidas no subsistema são regidas pelo Regulamento de Recolha e Tratamento de Água Residual Industrial do Sistema de Santo André (RARISA), aprovado pelo Concedente em abril de 2007. No que respeita à água residual urbana é aplicável o Regulamento Geral de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Sistema de Santo André (RGESA).

A água residual salina é recolhida e rejeitada diretamente no emissário submarino, uma vez que as suas características qualitativas não exigem o seu tratamento prévio.

Tratamento

No que respeita aos caudais afluentes à ETAR de Ribeira dos Moinhos, apresenta-se na figura seguinte a evolução registada desde 2014.

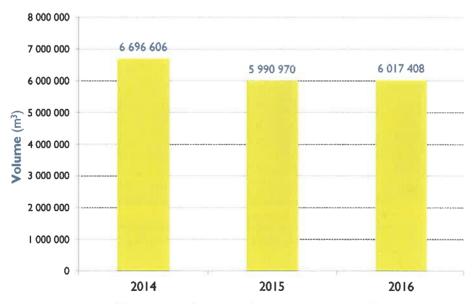


Figura 49 - Volumes afluentes à ETAR no período de 2013 a 2015

Em 2016, registou-se um acréscimo de cerca de 0,4 % no volume total afluente à ETAR, relativamente a 2015 que, conforme já referido anteriormente, é justificado pela suspensão da atividade de um dos principais utilizadores industriais do sistema.

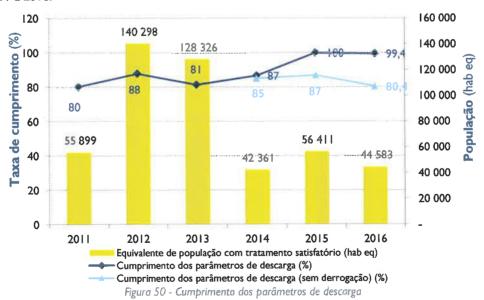
a.ha

As condições de descarga da água residual tratada na ETAR de Ribeira dos Moinhos são estabelecidas pela licença de utilização dos recursos hídricos para descarga de águas residuais N°081/REJ/RG/2011, emitida pela APA/ARH do Alentejo em 2011, e válida pelo período de 10 anos. No final de 2014, a APA/ARH do Alentejo concedeu uma derrogação temporária, por 30 meses, relativamente às condições de descarga definidas na licença de descarga para os parâmetros CQO e CBO5, de forma a que a AdSA possa, neste período, executar os investimentos necessários para promover um incremento na eficiência de tratamento da ETAR.

Com o objetivo de monitorizar a água residual tratada na ETAR de Ribeira dos Moinhos é executado um plano analítico de acordo com o estipulado na licença de descarga acima referida, onde se encontram definidos os parâmetros a analisar, frequências e valores limite de emissão a respeitar pela água residual tratada, antes de esta ser rejeitada no meio hídrico.

Para suportar o controlo de processo da ETAR, é ainda executado um extenso plano de controlo analítico, através do laboratório de processo da ETAR.

De acordo com a metodologia de cálculo da ERSAR para o indicador de desempenho AR15 — Cumprimento dos parâmetros de descarga temos que, para 99,4 % da população equivalente servida pela ETAR de Ribeira dos Moinhos o tratamento é satisfatório (cumprimento de 100% dos valores limite de emissão ou percentagem de remoção). A figura seguinte apresenta a evolução da população equivalente com tratamento satisfatório e a respetiva taxa de cumprimento dos parâmetros de descarga, no período de 2011 a 2016.



Relatório e Contas 2016_ Página 81 de 179

Resíduos Industriais

O subsistema de Resíduos Industriais abrange todas as atividades referentes à receção e confinamento de resíduos industriais não perigosos.

Confinamento de Resíduos

Durante o ano de 2016 entraram na instalação RESIM – Gestão de Resíduos Industriais de Santo André, 1.539 toneladas de resíduos não perigosos, dos quais 93% correspondem a resíduos internos produzidos nas várias instalações da AdSA e 7% de clientes externos.

Na figura seguinte apresenta-se a evolução dos resíduos confinados no RESIM no período 2014 a 2016. A discrepância verificada no ano de 2015, relativamente a 2014 e 2016, cujas quantidades recebidas são similares, deveu-se ao desmantelamento de uma unidade industrial que cessou a sua atividade e cujos resíduos foram depositados no aterro.

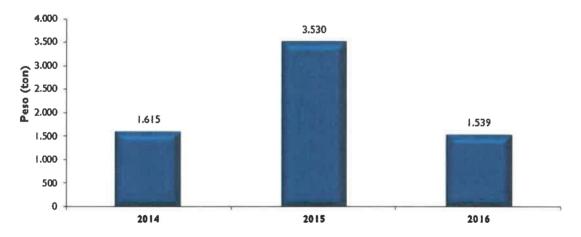


Figura 51 - Evolução dos Resíduos Recebidos de 2014 a 2016

Monitorização Ambiental

No âmbito da monitorização ambiental, a AdSA procedeu em 2016 ao controlo dos lixiviados do aterro, águas residuais, águas subterrâneas, emissões gasosas, dados meteorológicos e controlo de enchimento e assentamentos do aterro, de acordo com a legislação em vigor — Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto — e documentos de referência — Alvará de Licença para a Realização de Operações de Gestão de Resíduos N.º 06/2011/CCDR-ALENTEJO e Licença Ambiental n.º 370/2010.

A AdSA, na qualidade de entidade exploradora, elaborou e implementou o seu plano de monitorização, quer para a fase de exploração, quer para a fase de pós-encerramento.

Sistema de Sustentabilidade Empresarial

Qualidade e Ambiente

Num outro contexto, a AdSA é, desde 2011, uma empresa certificada nos Sistemas de Gestão de Qualidade (NP EN ISO 9001:2008) e de Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001:2012) pela APCER -Associação Portuguesa de Certificação.

Em auditoria de acompanhamento realizada pela APCER em junho de 2016, a AdSA manteve a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade pela norma NP EN ISO 9001:2008 e do Sistema de Gestão do Ambiente pela norma NP EN ISO 14001:2012, no âmbito dos sistemas de abastecimento de água para consumo humano e industrial, gestão de águas residuais e gestão de resíduos industriais.

Segurança

Na mesma data e também em auditoria de acompanhamento realizada pela APCER, a AdSA manteve a certificação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho pelas normas OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008, no âmbito dos sistemas de abastecimento de água para consumo humano e industrial, gestão de águas residuais e gestão de resíduos industriais.

Relativamente à área de Segurança e Higiene no Trabalho (SST) foram desenvolvidas formação específicas para as equipas de emergência constantes no Plano de Segurança Interno da SEDE, tendo em conta que este Planos engloba o planeamento de prevenção e de emergência na perspetiva da proteção de pessoas, das instalações e do ambiente.

A AdSA, de uma forma sólida e progressiva, tem vindo a aumentar o seu nível de exigência e de responsabilidade em matéria de segurança, o que tem permitido à empresa munir-se de ferramentas para agir em caso de emergência interna e acautelando os efeitos na envolvente externa.

Ainda na área de SHT foram lançados concursos com importância significativa para o cumprimento quer de disposições legais, quer medidas de prevenção e segurança para as instalações:

- Prestação de Serviços "Organização dos Serviços Externos de Segurança e Higiene do Trabalho";
- Prestação de Serviços para a "Aquisição de Sinalética de Segurança";
- Fornecimento de Equipamento de Proteção;
- Aquisição e Manutenção dos Sistemas de Segurança Contra Incêndios da AdSA;
- Aquisição de Serviço de Medicina e Saúde no Trabalho.

No respeitante ao lançamento de prestações de serviços, foram iniciados os trabalhos preparatórios para o desenvolvimento dos seguintes procedimentos de contratação:

- Aquisição e montagem de Sistema Automação Deteção Incêndios.
- Aquisição de Rádios ATEX;
- Estudo/avaliação dos Agentes Biológicos (microbiológicos) e Agentes Químicos (anualmente);
- Aluguer, Manutenção/Reparação e Calibração de detetores de gases multicanal e monocanal.

Dos concursos referidos, destaca-se, pela sua importância na saúde, proteção e segurança dos trabalhadores da Águas de Santo André, os estudos/avaliação dos Agentes Biológicos (microbiológicos) e

Relatório e Contas 2016_ Página 83 de 179

Agentes Químicos, e respetiva interpretação e análise dos resultados, realizado pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA), que foi concluído a 29 de Dezembro de 2016 e para a qual irá ser preparada uma divulgação interna dos resultados das 3 campanhas realizadas.

Ainda decorrente da prestação de serviços relativa à Organização dos Serviços Externos de Segurança e Higiene do Trabalho, a AdSA, tem acompanhado, na generalidade, as atividades de operação e manutenção de risco elevado, promovendo ações de sensibilização e de formação, atividades de coordenação de segurança em obra e empreitadas, e atividades de risco especial associadas a prestações de serviços.

Energia

Ainda na mesma data e também em auditoria de acompanhamento realizada pela APCER, a AdSA manteve a certificação do Sistema de Gestão de Energia pela norma NP EN ISO 50001:2012, no âmbito dos sistemas de abastecimento de água para consumo industrial e gestão de águas residuais.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, que regula o Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia, e da Portaria n.º 519/2008, de 25 de junho, que define os requisitos mínimos de habilitação e experiência profissional a observar na credenciação dos técnicos e entidades, foram definidas regras com o objetivo de racionalizar os consumos das instalações consideradas consumidoras intensivas de energia.

Assim, em 2016, foi contratado serviço externo para apoiar o acompanhamento da implementação das medidas de racionalização energética indicadas no Plano de Racionalização do Consumo de Energia (PREn) da AdSA. Desta forma deu-se continuidade aos trabalhos e diligências necessárias para a elaboração dos Relatórios de Execução e Progresso (REP) das instalações consumidoras intensivas de energia.

Medidas para redução do consumo de energia

No ano de 2016 foram concretizadas medidas que promoveram a redução do consumo energético com metas e objetivos bem definidos.

- Execução da empreitada de instalação de sistemas de compensação do facto de potência na ETA de Morgavel, ETAR da Ribeira dos Moinhos e Ermidas.
- Estudo e lançamento de concurso público para a aquisição e montagem de grupos eletrobomba na captação de Morgavel da Águas de Santo André;

Responsabilidade Social

Também na mesma data e em auditoria de acompanhamento realizada pela APCER, a AdSA manteve a certificação do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social pela norma SA 8000:2008, no âmbito dos sistemas de abastecimento de água para consumo humano e industrial, gestão de águas residuais e gestão de resíduos industriais.

Segurança Alimentar

Com o objetivo da certificação do Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, a AdSA desenvolveu, em 2016, um estudo HACCP, que inclui um diagnóstico dos pré-requisitos das instalações, a especificação de produto, a descrição geral do processo, a elaboração de fluxogramas de processo, a identificação dos perigos, a criação de uma árvore de decisão, a avaliação de riscos, o plano de monitorização, o manual de pré-requisitos e a criação de uma checklist de verificação interna do Sistema. Foram desenvolvidas outras atividades, designadamente: a nomeação de uma equipa para assuntos relacionados com a gestão da segurança alimentar, a elaboração de manuais, procedimentos, instruções de trabalho e impressos, a revisão de alguns documentos para inclusão da Segurança Alimentar, como a Politica Empresarial, o Manual SSE, o Manual de Funções do SSE e os Requisitos do SSE para aquisição de bens e serviços e a formação/sensibilização aos colaboradores da empresa.

 Deste trabalho resultou, em julho de 2016 e em auditoria de concessão realizada pela APCER, a certificação do Sistema de Gestão da Segurança Alimentar pela norma NP EN ISO 22000:2005, no âmbito do sistema de abastecimento de água para consumo humano, produto água potável.

Comercial

Evolução do Volume de Vendas

No que respeita à evolução de volume de vendas, de uma forma global o nível de atividade no ano de 2016 manteve-se em relação ao ano de 2015. Tendo-se verificado um decréscimo nas atividades de água industrial e de água potável em baixa compensado pelo aumento da atividade da água residual industrial.

No que se refere á água industrial, esta mantem a posição da atividade com maior peso no volume total da empresa, registando contudo um ligeiro decréscimo em relação ao ano de 2015, justificado essencialmente pela atividade do cliente Artlant, que embora tenha tido uma retoma temporária de produção no final do ano de 2015, manteve no ano de 2016 níveis de atividade reduzidos.

No que toca á atividade de água residual, salina e industrial, esta regista um incremento em relação a 2015 que resulta fundamentalmente do aumento das cargas poluentes afluentes ao Sistema da AdSA, provenientes da unidade industrial do cliente Petrogal.

No que se refere á atividade de água potável em alta esta regista um crescimento em relação aos níveis verificados no ano de 2015, justificado por um aumento de cerca de 18 % do fornecimento de água à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, nos pontos de entrega do GIZ e de Foros da Quinta. Na atividade de água potável em baixa esta regista uma redução, de cerca de 10 %, em relação ao ano de 2015, justificada, essencialmente, pela diminuição do fornecimento de água para rega em Vila Nova de Santo André e da redução do consumo efetuado pelas empresas sedeadas na Zona Industrial e Logística de Sines, provavelmente resultante da aplicação de políticas de racionalização de consumo de água.

A área de água residual urbana registou um incremento de cerca de 9% em relação ao ano de 2015, justificado fundamentalmente pelo caudal afluente proveniente da cidade de Santiago do Cacém, que cresceu cerca de 40 % em relação ao ano anterior.

A área de resíduos industriais continua a registar um peso pouco significativo no universo global da

Relatório e Contas 2016_ Página 85 de 179

empresa, tendo no ano de 2016 registado uma atividade muito reduzida.

Quadro 13 - Volumes faturados por área de negócio

Produto / Serviço		Valores Faturados (€)			Distribuiç	ão por Pro	duto / Se	rviço (%)
	2014	2015	2016	Média.	2014	2015	2016	Média
Água Industrial	5.370.393	5.686.544	5.323.347	5.460.095	51	51	48	50
Água Residual Industrial e Lxiviados	3.081.605	3.313.157	3.859.792	3.418.184	29	30	35	31
Água Residual Urbana	737.428	604.993	657.361	666.594	7	6	6	6
Água Residual Salina	94.398	104.357	86.783	95.179	I	I	- 1	ı
Água Potável em Baixa	1.044.295	1.132.717	1.009.401	1.062.138	10	10	9	10
Água Potável em Alta	88.627	106.272	114.244	103.047	1	1	1	ı
Resíduos Industriais Banais	50.283	100.786	4.238	51.769	1	1	0	0
Total	10.467.027	11.048.826	11.055.165	10.857.006	100	100	100	100

Quadro 14 - Valores faturados por área de negócio

Produto / Servico	Volu	ımes Fatura	idos (m³ou	ton)	Distribuiç	ão por Pro	duto / Sei	viço (%)
r roudw / Serviço	2014	2015	2016	Média.	2014	2015	2016	Média
Água Industrial	12.707.332	13.454.511	12.575.924	12.912.589	59	62	60	60
Água Residual Industrial e Lxiviados	4.790.696	4.384.175	4.297.360	4.490.743	22	20	21	21
Água Residual Urbana	1.818.115	1.491.601	1.620.714	1.643.477	8	7	8	8
Água Residual Salina	1.080.156	1.186.417	973.097	1.079.890	5	5	5	5
Água Potável em Baixa	1.016.939	1.065.046	971.590	1.017.858	5	5	5	5
Água Potável em Alta	206.327	249.130	268.793	241.417		Т	L	ı
Resíduos Industriais Banais	1.155	2.426	109	1.230	0	0	0	0
Total	21.620.719	21.833.305	20.707.586	21.387.203	100	100	100	100

4.5. Gestão do Capital Humano

Os colaboradores da AdSA são um fator decisivo para o sucesso da empresa. É por este motivo que se continua a apostar em políticas e práticas de gestão de recursos humanos que promovam a aquisição das competências necessárias à realização dos seus objetivos estratégicos e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores.

Gestão do Desempenho

O Processo de Avaliação de Desempenho é aplicável a todos os colaboradores da empresa e tem como objetivo gerir e desenvolver os contributos individuais, por forma a garantir o alinhamento do desempenho destes com a estratégia e os objetivos da empresa.

Este processo visa a implementação de planos de desenvolvimento ajustados às necessidades de cada colaborador e na promoção da excelência através da melhoria contínua.

Formação e Desenvolvimento

Corporizando a cultura de melhoria contínua inscrita na estratégica do Grupo, a AdSA entende que é fundamental dotar os seus colaboradores com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o aumento dos níveis de eficácia e dos resultados obtidos. Bienalmente é elaborado um plano de formação que visa dar resposta às necessidades formativas identificadas.

Relatório e Contas 2016_Página 86 de 179

29 de março de 2017/

M

Caracterização dos Recursos Humanos da Empresa a 31 de dezembro de 2016

Em 31 de dezembro de 2016, a empresa contava com 62 colaboradores. As suas idades variavam entre os 26 e os 65 anos de idade, sendo a média de 43 anos, conforme se pode verificar no quadro e figura seguintes.

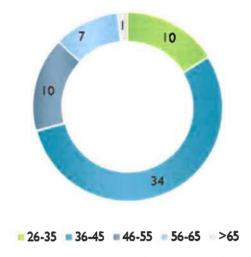


Figura 52 - Distribuição de RH por Nível Etário

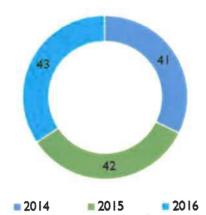


Figura 53 - Idade Média de RH no triénio

No quadro e figura seguintes apresenta-se a distribuição dos colaboradores da AdSA por género.

Relatório e Contas 2016_ Página 87 de 179

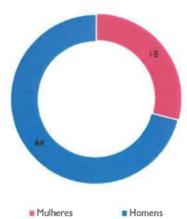


Figura 54 - Distribuição de RH por Género

Dos 62 colaboradores existentes, 24,19 % têm habilitações ao nível do ensino superior e 43,54 % ao nível do ensino secundário.

No quadro e figura seguintes apresenta-se a distribuição dos colaboradores da AdSA por nível de habilitação literária e por género.

Distribuição de RH por Habilitações Literárias - Mulheres

Distribuição de RH por Habilitações Literárias - Homens

Quadro 15 - Distribuição de RH por Habilitações Literárias

	Sem Habilitação	1° Ciclo	2° Ciclo	3° Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior
Habilitações Literárias - Mulheres					7	10
Habilitações Literárias - Homens		1		16	20	5

Figura 55 - Distribuição de RH por Habilitações Literárias

Na figura seguinte apresenta-se a distribuição dos colaboradores da AdSA por vínculo laboral de efetivos e por género.

29 de março de 2017 /

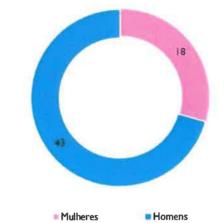


Figura 56 - Distribuição de RH por Vínculo Laboral e Género

4.6. Financeira

O exercício de 2016 foi encerrado com um resultado líquido negativo de € 3.636.298, cuja decomposição se evidencia nos quadros que se seguem, referentes a rendimentos, gastos e resultados.

i. Rendimentos

Os rendimentos atingiram, no ano de 2016 o valor de € 18.627.105.

Quadro 16 - Rendimentos e ganhos

2014	2015	2016
IFRS	IFRS	IFRS
8 674 555,15	9 068 449	8 023 941
4 941 676,46	5 289 643	5 458 137
•	-	
211 766	161 183	150 684
123 743	1 241 444	30 000
-		2 248 394
2 066 350	2 155 435	2 174 517
166 097	189 552	139 712
308 756	382 685	401 720
16 492 944	18 488 392	18 627 105
	1FRS 8 674 555,15 4 941 676,46	### IFRS ### 8 674 555,15

Ver nota 18, 22, 27, 30 e 32 constantes na parte C - Contas do Exercício de 2016.

Relatório e Contas 2016_ Página 89 de 179

i. Gastos

Os gastos atingiram, no ano de 2016 o valor de € 16.194.789.

Ouadro 17 - Gastos

Control	2014	2015	2016
Gastos	IFRS	IFRS	IFRS
Custo das vendas / variação de inventários	175 683	214 275	99 544
Fornecimentos e Serviços externos	3 964 501	3 652 247	-3 811 696
Gastos com Pessoal	2 025 741	1 809 041	I 790 792
Amortizações	4 074 025	4 063 318	4 064 889
Provisões e reversões do exercicio	517 362	0	0
Imparidades de dívidas a receber e de inventários	996 306	1 216 579	13 749 160
Outros gastos e perdas	169 270	221 151	121 343
Gastos e perdas financeiras	242 292	189 711	180 757
Total de Gastos	12 165 181	11 366 322	16 194 789

Tendo em conta o princípio da prudência, o CA, considerou constituir provisões e perdas por imparidade devido ao facto da empresa estar sujeita a um conjunto diversificado de riscos empresariais, inerentes da sua atividade, designadamente os relacionados com os aspetos ambientais, a sua forte dependência de um número reduzido de clientes não municipais e a própria dinamização da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

Ver nota 23, 24, 25, 26, 28, 29 e 31 constantes na parte C - Contas do Exercício de 2016.

iii. Resultados

O resultado líquido do exercício, no ano de 2016 é de -€ 3.612.359.

Quadro 18 - Resultados

	2014	2015	2016
	IFR\$	IFRS	IFRS
Resultados Operacionais	4 261 300	6 929 096	5 412 039
Resultados Financeiros	66 463	192 974	220 963
Resultados Antes de Impostos	4 327 763	7 122 070	-5 191 076
Imposto sobre o Rendimento	-1 885 022	-1 955 083	-2 107 278
Impostos Diferidos	140 008	-50 299	3 685 995
Resultado Líquido do Exercício	2 582 750	5 116 688	-3 612 359

A variação nos resultados operacionais deve-se essencialmente a reversão e constituição de provisões e perdas por imparidade. (ver nota 27 e 28 constantes na parte C – Contas do Exercício de 2016).

29 de março de 2017/

iv. Ativo

O total do ativo, no ano de 2016 atingiu o valor de € 75.411.641.

Quadro 19 - Ativo

Adhan	2014	2015	2016
Ativo	IFRS	IFRS	IFRS
Ativos intangíveis	54 973 864	54 613 763	51 923 653
Ativos fixos tangíveis	254 890	188 113	170 605
Investimentos financeiros	371 327	380 356	388 969
Ativos por impostos diferidos	4 140 704	3 976 185	7 547 961
Inventários	226 871	223 880	
Clientes	2 786 356	2 886 552	4 892 447
Estado e outros entes públicos	107 149	62 072	3 999
Outras contas a receber	7 022 368	9 733 147	2 720 492
Caixa e depósitos bancários	9 0 1 2 8 6 8	8 719 048	7 763 505
Total do ativos	78 896 396	80 783 117	75 411 641

v. Capital Próprio

Quadro 20 - Capital Próprio

Canital Buénnia	2014	2015	2016	
Capital Próprio	IFRS	IFRS	IFRS	
Capital realizado	1 000 000	1 000 000	1 000 000	
Reservas legais	271 578	271 578	200 000	
Resultados transitados	15 061 335	17 557 109	22 675 565	
Resultado líquido do exercício	2 582 750	5 116 688	-3 612 359	
Fotal do capital próprio	18 915 662	23 945 374	20 263 206	

O capital próprio, no ano de 2016 atingiu o valor de € 20.263.206.

Relatório e Contas 2016_ Página 91 de 179

vi. Passivo

O passivo, no ano de 2016 atingiu o valor de € 55.148.436.

Ouadro 21 - Passivo

Paraha	2014	2015	2016	
Passivo	IFRS	IFR\$	IFRS	
Provisões	I 568 293	326 849	296 849	
Passivos por impostos diferidos	I 941 736	1 827 516	1 713 296	
Outras contas a pagar	5 825 697	5 535 987	5 237 586	
Subsídios ao investimento	35 127 924	33 061 574	32 509 609	
Amortização do investimento Futuro	9 993 628	10 795 194	10 402 271	
Fornecedores	I 273 981	I 424 907	1 143 714	
Estado e outros entes públicos	738 843	414 474	644 370	
Accionistas	0	308 655	9 080	
Outras contas a pagar	3 510 632	3 142 587	3 191 660	
Fotal do passivo	59 980 734	56 837 742	55 148 436	

4.7. Eventos Posteriores ao Fecho

A AdP SGPS, na sua qualidade de acionista única, a 11 de janeiro de 2017, procedeu a uma Deliberação Social Unânime por Escrito, onde determinou a distribuição de dividendos intercalares, suportada por uma Declaração emitida pelo Fiscal Único da AdSA, a Ernst & Young Audit & Associados SROC, S.A., datada de 7 de janeiro de 2017, que conclui que no cumprimento do previsto no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), não existem factos à data que obstem à distribuição de lucros de exercícios anteriores, no montante de 5.000.000 Euros, por ser respeitado o preconizado no artigo 33.º e não serem ultrapassados os limites previstos no artigo 32.º, ambos do CSC, não existindo assim qualquer limitação legal, estatutária ou de natureza contratual que possa impedir a distribuição de dividendos intercalares.

Pelo exposto, a AdSA procedeu à distribuição de dividendos intercalares, no montante de 5.000.000 Euros no primeiro trimestre de 2017.

29 de março de 2017 & AL

4.8. Cumprimento das Orientações legais

Para efeitos de demonstração do cumprimento das orientações legais, foi seguida a estrutura constante do ofício n.º 1269, de 27 de fevereiro de 2017, da DGTF, relativo a "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2016".

Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE)

Não obstante nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, nas empresas que prestem serviços de interesse geral ser obrigatória a definição de orientações estratégicas e objetivos de gestão aplicáveis aos respetivos gestores, até à data, estes ainda não foram fixados ao conselho de administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., (AdP, SGPS) eleito em 1 de junho de 2016.

Face à ausência de fixação de orientações sectoriais, objetivos, indicadores e metas para o mandato de 2016/2018 a comissão executiva da AdP, SGPS não teve, até à data, condições para proceder à revisão ou fixação de novas orientações por considerar que as mesmas deverão decorrer das que vierem a ser fixadas ao conselho de administração da AdP, SGPS.

Face ao acima exposto e na sequência do despacho do Senhor Secretário de Estado do Ambiente no ofício em anexo a Comissão Executiva da AdP, SGPS, não procederá à avaliação quantitativa dos objetivos dos gestores do grupo AdP no exercício de 2016.

Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2016

Ao abrigo do n.º 6 do artigo 39.º do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a AdSA procedeu à elaboração, apresentação e submissão da sua proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2016 (PAO 2016), que não obteve aprovação.

Os principais indicadores de execução financeira comparados com a proposta do PAO 2016, constam do quadro seguinte:

L. P. J. C. Financian	2016	PAO 2016	Variação 2016/PAO 2016			
Indicadores Financeiros	2016	PAC 2016	Valor	%		
Volume de Negócios	13 482 078	13 693 496	-211418	-2%		
Resultado Líquido do Exercício	-3 612 359	581 891	-4 194 250	116%		
EBITDA ajustado UTAM (RO + Amortizações)	-1 347 150	7 979 969	-9 327 119	692%		
Investimento	1 750 193	7 248 350	-5 498 157	-314%		
Endividamento	0	0	0	0%		
Gastos Operacionais	23 818 181	512 935	23 305 246	98%		
Gastos com Pessoal	I 790 79 <mark>2</mark>	2 020 751	-229 959	-13%		
N.° de Trabalhadores	61	66	-5	-8%		

Esta comparação torna-se inviável dado que os valores reais obtidos no encerramento do exercício de 2016 não englobam os investimentos do anexo I.3 do contrato de concessão respeitante à responsabilidade do Concedente, enquanto que em sede de orçamento a empresa considerou os investimentos referidos, o que se traduz nas variações identificadas nos indicadores financeiros EBITDA e Investimento. Relativamente aos Gastos Operacionais da AdSA, esta rubrica contempla as provisões e

Relatório e Contas 2016_ Página 93 de 179

N

perdas por imparidade, não tendo sido previstos em sede de elaboração do PAO, devido ao facto da empresa estar sujeita a um conjunto diversificado de riscos empresariais, inerentes da sua atividade, designadamente os relacionados com os aspetos ambientais, a sua forte dependência de um número reduzido de clientes não municipais e a própria dinamização da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

Gestão do Risco Financeiro

A AdSA não beneficia de nenhum financiamento.

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS iniciou em 2004 um processo de obtenção de financiamentos externos de longo prazo, tendo efetuado uma colocação privada de dívida em 2005 e três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, quer através da contratação de instrumentos financeiros derivados, quer mediante a escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permita fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este

his his

depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontrase relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, bem como as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Anos	2016	2015	2014	2013	2012
Encargos Financeiros (€)	0	0	0	0	0
Taxa Média de Financiamento (%)	0	0	0	0	0

Quadro 22 - Encargos financeiros com Financiamento

A AdSA não tem encargos financeiros de financiamentos.

Limite de crescimento do endividamento

Da gestão do risco financeiro e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2016 na Lei nº 7-A/2016, de 30 de Março, apurados nos termos das orientações do oficiocircular de instruções para elaboração dos IPG-2015

As atividades do Grupo estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo AdP procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros estruturados e procurando obter a correspondente redução dos encargos financeiros.

Adotando uma posição conservadora e tendo em atenção as características de longo prazo dos ativos tem sido privilegiada a obtenção de financiamentos de longo prazo, com particular ênfase no BEI.

Adicionalmente a AdP SGPS iniciou em 2004 um processo de obtenção de financiamentos externos, tendo efetuado uma colocação privada de dívida em 2005, três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão obrigacionista em 2016.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia para o Grupo em matéria de serviço da dívida.

Relativamente ao regime de taxa de juro, tendo em conta o perfil de reintegração dos investimentos, tem vindo a ser privilegiado a contratação de empréstimos com um regime de taxa fixa (diretamente ou através da contratação de instrumentos financeiros de cobertura). Esta estratégia permitiu que cerca de 70% da dívida de longo prazo esteja contratada em regime de taxa fixa e, consequentemente, imune a oscilações futuras da taxa de juro.

Relatório e Contas 2016_ Página 95 de 179

Quadro 23 - Passivo Remunerado

Passivo Remunerado	2016	2015	2014	2013	Variação	0 16/15
rassivo kemunerado	Valores (€)				Valor (€)	%
Financiamentos Obtidos (correntes e não correntes)	0	0	0	0	0	0
dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	0	0	0
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	0	0
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	0	0
Endividamento Ajustado	0	0	0	0	0	0

A AdSA não tem financiamentos nem endividamento.

No que respeita às empresas do Grupo AdP, o cumprimento do limite de 3% de endividamento previsto no n.º 2 do artigo 31.º da Lei do Orçamento de Estado para 2016 é apreciado de forma consolidada, por ser essa a solução imposta pelo disposto nos artigos 13.º, n.º 4 e 27.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

A resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro aprova o programa "Pagar a tempo e Horas" que visa reduzir os prazos médios de pagamento praticados por entidades públicas a fornecedores de bens e serviços. A referida RCM estabelece a fórmula a usar para o cálculo do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) registado no final de cada trimestre pelas empresas públicas.

O Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, adaptou o indicador de PMP previsto no n.º 6 do anexo à RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, alterando a respetiva fórmula de cálculo.

De acordo com o despacho n.º 9870/2009, o PMP da AdSA, a dezembro de 2016 corresponde a 52 dias.

Quadro 24 - PMP

PMP	2016	2015	2016 Variação 16/		
FMIF	2010 2015	2015	Valor	%	
Prazo (dias)	53	52	I	2%	

A divulgação dos atrasos nos pagamentos (*arrears*), o não pagamento de faturas correspondentes ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias ou mais, sobre a data constante da mesma, é feita nos teros do disposto no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio. A AdSA divulga, nos termos do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 35-A/2016, de 30 de junho (DLEO de 2016), no seu sítio da Internet, bem como uma lista das suas dívidas certas, líquidas e exigíveis, há mais de 30 dias, atualizada trimestralmente.

Recomendações dos Acionistas

Não foram emitidas quaisquer recomendações por parte do acionista à Águas de Santo André, S.A..

Remunerações

Com base no ofício n.º 1269, de 27 de fevereiro de 2017, da DGTF, relativo a "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2016", foi elaborado o Apêndice I, que se apresenta como anexo ao presente Relatório de Gestão.

Artigos 32° e 33° do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n°8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- O não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32° do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa e ainda ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Despesas associadas a comunicações

	Gastos com Comunicações (€)				
Membro do CA	Plafond Mensal definido	Valor Anual	Observações		
Manuel Augusto Ruano Lacerda	80	225	até 30/06/2016		
Jaime António Pires Gabriel Silva	80	219	a partir de 01/07/2016		
	Total (€)	444			

Valor de combustíveis e portagens afeto mensalmente às viaturas de viaturas

Membro do CA	Plafond Mensal	Gastos anuais associados à viatura (€)				
		Combustível	Portagens	Total	Observações	
Joaquim Marques Ferreira	na	na	na	0	a partir de 01/07/2016	
Manuel Augusto Ruano Lacerda	Sim	21 629	1 283	22 912	até 30/06/2016	
Jaime António Pires Gabriel Silva	Sim	24 553	3 622	28 175	a partir de 01/07/2016	
João Manuel da Silva Costa	na	na	na	0	até 30/06/2016	
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra	na	na	na	0	a partir de 01/07/2016	
	<u> </u>		Total (€)	51 087		

Despesas não documentadas (aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que proíbe a realização de despesas não documentadas)

A AdSA dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, não aceitando despesas não documentadas.

Relatório e Contas 2016_ Página 97 de 179

Da elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;

Em cumprimento do previsto no n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP SGPS SA promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade.

Da elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção

Dando cumprimento ao previsto no n.º1 do artigo n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas de Santo André, S.A., procede à avaliação anual do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo n.º2 da Lei n.º54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

"a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial".

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º2 do n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da Águas de Santo André, S.A., e remetido à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM).

Da Contratação Pública

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados (AdP Serviços) que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo.

A central de compras do Grupo AdP, operacionalizada através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e, com isso, obter condições contratuais mais atrativas para o conjunto das empresas. Complementarmente, ao libertar as empresas da carga administrativa e financeira associada à necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que a contratação implica um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos, resultante das particularidades técnicas relevantes de boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, de que são exemplo designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes.

Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos 16 procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP, perfazendo os respetivos contratos o montante de 15,9M€, por intermédio dos acordos quadro abaixo indicados:

Papel e economato;

- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza

Recorreu-se a este figurino, quando validada a aderência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

Medidas tomadas no âmbito da frota automóvel relativamente às orientações previstas nº4 do artigo 61º da Lei nº82-B/2014, de 31 de dezembro, complementadas com os Despachos nº1182/13-SET, de 12 de junho (comunicado através de Ofício Circular nº 4238, de 1 de julho) e Despacho nº 1668/13-SET, de 6 de setembro (comunicado através de Ofício Circular nº 7408, de 2 de dezembro).

Em cumprimento da legislação e orientações sob a matéria em epígrafe, o Grupo AdP tem vindo a desenvolver um esforço de redução de custos associados à frota automóvel. Pese embora a sua não inclusão no Parque de Veículos do Estado (PVE), na gestão da sua frota automóvel, o Grupo AdP tem presente a norma que remete para a necessidade de se proceder ao abate de veículos em fim de vida, nos termos previstos na legislação em vigor, em particular o Decreto-Lei nº 196/2003, de 23 de Agosto, centrando a sua atuação na racionalização da frota e na redução dos custos associados à sua gestão.

A AdP Serviços, em sua representação e das empresas que integram o Grupo AdP, para satisfazer as respetivas necessidades em matéria de viaturas, conduz procedimentos pré-contratuais com respeito pelas regras de contratação pública, sob a égide dos princípios da transparência, da igualdade e da concorrência, ponderando o interesse económico do recurso a Acordos Quadro celebrados pela ESPAP — Entidade dos Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. Os critérios de adjudicação que lhes subjazem privilegiam o valor económico dos contratos, tomando em consideração antecipadamente os respetivos custos de exploração incluindo os encargos decorrentes do consumo de energia, das emissões de CO2, e das emissões poluentes, que se caracterizam como externalidades, incentivando os operadores económicos a serem mais eficientes também no contexto energético e ambiental.

Medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 96.º do DL do OGE de 2016

No quadro seguinte resumem-se as medidas e os resultados do plano de gastos operacionais, em conformidade com o disposto no artigo 96.º do DL oE de 2016 e com o modelo disponibilizado pela DGTF.

Relatório e Contas 2016_ Página 99 de 179

Quadro 25 - Plano de Redução de Custos (PRC)

PRC	Meta	2016	2015	2014	2010	2016/2	015	2016/2	.010
FRG	liteta	Exec.	Exec.	Exec.	Exec.	Δ Absol.	Δ%	Δ Absol.	Δ%
EBITDA ajustado (RO+Amortizações+Provisões+Imparidades+Subsídios)		7 949 100	8 812 115	7 658 899	4 803 701	-863 015	-10%	3 145 399	65%
CMVMC		99 544	214 275	175 683	171 169	-114 731	-54%	-71 625	-42%
FSE		3 811 696	3 652 247	3 964 501	3 915 942	159 449	4%	-104 246	-3%
Gastos com o pessoal		1 790 792	1 809 041	2 025 741	2 163 874	-18 249	-1%	-373 082	-17%
Indeminizações pagas por rescisão		0	23 372	52 692	0	-23 372	-100%	0	
Impacto da reversão das reduções remuneratórias		101 896	126 227	166 622	2 193	-24 331	-19%	99 703	4547%
Gastos Operacionais	Redução em 15% face a 2010	23 637 424	5 525 964	5 946 611	6 248 792	18 111 460	328%	17 388 631	278%
Volume de Negócios		13 482 078	14 358 093	13 616 232	9 834 493	-876 015	-6%	3 647 585	37%
Peso dos Gastos/VN	Redução face a 2015	175%	38%	44%	64%	136,84%	355,55%	111,79%	175,93%
Gastos com Comunicações (FSE)	Redução face ao ano de 2014 ou 2015 (o que representar menor valor)	174 659	198 452	202 770	151 203	-23 793	-12%	23 456	16%
Gastos com Deslocações/Alojamento (FSE)	Redução face ao ano de 2014 ou 2015 (o que representar menor valor)	9 050	8 881	6 753	13 780	170	2%	-4 730	-34%
Gastos com Ajudas de Custo (G c/ pessoal)	Redução face ao ano de 2014 ou 2015 (o que representar menor valor)	2 124	2 527	1 551	4 074	-403	-16%		0%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)		69	71	73	na	-2	-3%	na	na
N.º Órgãos Socias (OS)		8	9	9	na	-1	-11%	na	na
N.º Cargos de Direção (CD)		3	3	3	na	0	0%	na	na
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)		58	59	61		-1	-2%		
N.º Trabalhadores/N.º CD		1933%	1967%	2033%	na	-33%	-2%	na	na
N.º Viaturas	Redução face ao ano anterior	33	33	29	37	0	0%		
Gastos com Viaturas	Redução face ao ano de 2014 ou 2015 (o que representar menor valor)	207 200	175 923	180 416	na	31 277	18%	na	na

Em 2016, verificou-se um não cumprimento parcial das medidas de redução de gastos operacionais contempladas na LOE para 2016, que se reporta nas análises individuais de cada rubrica apresentadas abaixo, o que não se pode dissociar da especificidade das tarefas desenvolvidas pela empresa. Com efeito, sendo a AdSA uma empresa destinada a satisfazer necessidades coletivas de fornecimento de água, tratamento de águas residuais e acondicionamento de resíduos, bem como contribuir para o desenvolvimento económico do País (com particular acuidade ao relacionar-se com o polo industrial localizado em Sines), tem esta entidade de conciliar o interesse dos acionistas com o interesse geral. Como tal, tratando-se de empresa pública prestadora de serviços públicos ou de interesse económico geral, deve ser gerida de modo a assegurar a regularidade, a qualidade e a continuidade desses serviços.

Rubrica Gastos Operacionais

A AdSA não reduziu em 15% os gastos operacionais face a 2010, porque esta rubrica inclui as provisões e perdas por imparidade. Tendo em conta o princípio da prudência, a AdSA, considerou constituir provisões e perdas por imparidade devido ao facto da empresa estar sujeita a um conjunto diversificado de riscos empresariais, inerentes da sua atividade, designadamente os relacionados com os aspetos ambientais, a sua forte dependência de um número reduzido de clientes não municipais e a própria dinamização da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS). Releva-se que, retirando dos gastos operacionais e as imparidades referidas, a AdSA reduziu ainda assim esses gastos em 6% relativamente a 2010, não tendo sido possível alcançar o valor da redução de 15% pretendida face à necessidade de dar continuidade à prestação dos serviços.

Rubrica Peso dos Gastos/Volume de Negócios

A AdSA não reduziu este indicador relativamente a 2015. Remete-se para a explicação apresentada para a rubrica anterior.

Rubrica Gastos com Comunicações

A AdSA cumpriu a redução destes gastos relativamente ao menor dos valores entre 2014 e 2015, tendo registado uma redução de 12% face a 2015.

Rubrica Gastos com Deslocações/alojamento

A AdSA não cumpriu a redução destes gastos relativamente ao menor dos valores entre 2014 e 2015, registando um aumento de 2% em relação a 2015. Por um lado, há que relevar o aumento de área de cobertura do sistema, com a entrada em funcionamento do sistema de recolha de água residual urbana proveniente da cidade de Santiago do Cacém, o que introduziu um aumento das rotas efetuadas pelo

pessoal de operação e manutenção (correspondendo a um aumento sensível do caudal de águas residuais urbanas recolhido, na ordem dos 6% do total das águas residuais recolhidas). Por outro lado, o envelhecimento das viaturas operacionais induz também um aumento de gastos que só se poderá reverter com a respetiva substituição, ao mesmo tempo que não é viável reduzir o número dessas viaturas. Estes dois fatores conjugaram-se com a necessidade de dar continuidade à prestação dos serviços, originando este incumprimento.

Rubrica Gastos com Ajudas de Custo (Gastos com Pessoal)

Nesta rubrica, a AdSA conseguiu reduzir os seus gastos em relação a 2015 em 16%, registando um valor ainda assim superior ao de 2014. Refira-se contudo, que 2015 foi o ano de início de funcionamento dos grupos de coordenação funcional do Grupo AdP, o que explica que em 2014 esta rubrica tenha tido gastos significativamente inferiores, pela ausência de deslocações para esse efeito.

Rubrica Número de Viaturas

A AdSA manteve o número de viaturas relativamente a 2015.

Rubrica Gastos com Viaturas

Nesta rubrica verifica-se um aumento de gastos em relação aos anos de 2014 e 2015. Remete-se para as explicações dadas na rubrica Gastos com Deslocações/alojamento.

Princípio de Unidade de Tesouraria

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- apoiou a montagem de uma linha de apoio aos financiamentos do setor dos resíduos sólidos junto do BEI, no montante total de 145 milhões de euros, destinada a financiar parcialmente os investimentos da última fase;
- tem em curso a negociação duma linha de financiamento do BEI para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021.
- dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Relatório e Contas 2016_ Página 101 de 179

 iniciou contactos com entidades externas para colocação de dívida de longo prazo, com o objetivo de preparação do mercado para a colocação futura deste tipo de dívida para financiamento das necessidades do Grupo.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado, até ao presente, ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas existentes ao nível das operações do interior do país. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência do procedimento adotado nos anos anteriores, em 28 de abril de 2016, a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (adiante designada de AdP SGPS) solicitou, ao abrigo do disposto no artigo 86, n.º 1, parte final, da Lei nº. 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para 2016 e do estabelecido no artigo 28,º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, aos Senhores Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e Secretário de Estado do Ambiente, a dispensa parcial do cumprimento da unidade de tesouraria do estado, pelo prazo de dois anos.

O despacho n.º 841/16 – SEATF, de 16 de agosto, proferido em resposta ao pedido da AdP SGPS autoriza expressamente a dispensa parcial do cumprimento da unidade de tesouraria do estado permitindo que as empresas do Grupo Águas de Portugal recorram à utilização da banca comercial para operações de financiamento, uma vez que "O IGCP não assegura a prestação de operações de financiamento de curto ou médio prazo, uma vez que não possui enquadramento legal para o efeito".

No entanto este despacho é omisso quanto à aplicação dos excedentes não permanentes de tesouraria no IGCP o que levou a uma diferente interpretação legal da AdP SGPS e do IGCP, sobre a obrigatoriedade ou não da aplicação dos excedentes não permanentes no IGCP por parte das empresas do sector empresarial do Estado.

Por forma a tentar clarificar esta questão, em 23 de dezembro de 2016 foi remetido, pela AdP SGPS, um novo oficio aos Senhores Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e Secretário de Estado do Ambiente a solicitar instruções sobre a abrangência das disposições da Lei de Orçamento de Estado para 2016, informando também sobre o impacto financeiro negativo resultante do aumento da abrangência da obrigatoriedade de aplicação dos excedentes no IGCP aos excedentes não permanentes.

Em resposta a este pedido de esclarecimento o Despacho n.º 38/17 – SEATF, de 16 de janeiro veio diferir favoravelmente o parecer do IGCP para que todas as aplicações financeiras das empresas do sector empresarial do Estado, permanentes e não permanentes, sejam aplicadas no IGCP.

O Grupo Águas de Portugal passou de imediato a adotar as necessárias medidas com vista a uma completa implementação e concretização das instruções do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças em todas as empresas do grupo.

Recomendações no âmbito de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas à AdSA.

Informação SEE

Conforme orientações da DGTF a Águas de Santo André, S.A. não divulga informação no sítio do SEE na internet, em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

5. Perspetivas Futuras

A atividade a desenvolver em 2017 passa, naturalmente, pela continuidade da implementação da estratégia da empresa com vista a desenvolver, a médio e longo prazo, um conjunto de investimentos que permitam prestar serviços de elevada qualidade e garantir a sustentabilidade ambiental, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso da região.

O ano de 2017 será marcado pela concretização dos projetos desenvolvidos no ano de 2015/2016 e realização de novos projetos, com vista ao cumprimento do plano de investimentos da empresa, reforçando a fiabilidade dos sistemas e a capacidade de gestão dos mesmos. Os investimentos serão realizados considerando o ciclo de vida dos ativos, ou seja, aquando do desenvolvimento dos projetos serão atendidos os critérios de eficiência energética, bem como boas práticas de operação, no que concerne ao consumo de recursos (energia, água e reagentes) e ainda a boas práticas de manutenção.

Relativamente à selagem das células de resíduos industriais perigosos e urbanos e ao passivo ambiental, a AdSA procedeu à sua resolução respetivamente em 2012 e em 2015, tendo encaminhado para destino final adequado as lamas oleosas confinadas no aterro de Santo André. Neste contexto, interessa referir que a empresa está a cumprir com as suas obrigações ambientais, não havendo responsabilidades relevantes a assinalar e gastos adicionais significativos. Note-se que, por via do despacho da Sra. Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, de 03/03/2011, a AdSA deverá diligenciar todos os procedimentos necessários para a obtenção dos apoios financeiros disponíveis para o efeito, quer por via do Portugal 2020, quer por via do recurso à contrapartida nacional, através da complementaridade e articulação entre Fundos existentes a favor do Ambiente. Pelo exposto, a responsabilidade financeira por um conjunto de intervenções identificadas como necessárias pela APA, decorrentes da resolução do passivo ambiental, designadamente uma nova rede piezométrica, monitorização e respetiva análise de riscos com vista à requalificação da área abrangida, mantem-se na esfera do Concedente, conforme previsto no Contrato de Concessão.

Em 2017, espera-se que surja uma clarificação do posicionamento institucional da AdSA, mais focado na prestação de serviços ambientais para a região, assumindo definitivamente a vocação para os fins que estiveram na base da sua criação.

Neste contexto, torna-se premente a atualização do EVEF da AdSA, como já referido atrás, para permitir ajustar os investimentos a realizar de forma otimizada.

Relatório e Contas 2016_ Página 103 de 179

Num contexto de melhoria contínua da sua eficiência operacional e dando continuidade à redução de roturas na rede em baixa, a AdSA ambiciona atacar as perdas existentes nessa rede, com uma abordagem mais completa e planeada. Por isso, pretende implementar em 2017 um plano de redução de perdas em articulação com outras empresas do Grupo que detêm experiência nessa matéria, através da criação de zonas de monitorização e controlo e deteção de fugas na rede de distribuição de água potável.

6. Considerações Finais

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2016, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

O Concedente, na pessoa de Sua Excelência o Ministro do Ambiente;

O acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A.;

Os Organismos e Serviços Oficiais, como sejam a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, a Câmara Municipal de Sines, a Junta de Freguesia de Santo André, a Agência Portuguesa do Ambiente, nomeadamente à sua Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a Capitania do Porto de Sines, a Administração Regional de Saúde do Alentejo Litoral, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, a Aicep Global Parques e a Administração do Porto de Sines;

Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;

Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração, em particular, os grandes clientes industriais;

O Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das atividades da empresa;

Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral; e,

Os Colaboradores de AdSA, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

7. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no Artigo 25° dos Estatutos da Águas de Santo André, S.A., propõe este Conselho de Administração que o Resultado Líquido negativo de 3.612.358,95 Euros (três milhões, seiscentos e doze mil, trezentos e cinquenta e oito Euros e noventa e cinco cêntimos), seja transferido para resultados transitados. (conta 56)

8. Anexo ao Relatório

O Capital Social ascende a € 1.000.000, representado por 200.000 ações da Classe A, com o valor nominal de 5 Euros cada, detido a 100 % por AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2016:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores; e,
- A sociedade não tem qualquer sucursal.

Relatório e Contas 2016_ Página 105 de 179

Apêndice I

Mesa da Assembleia Geral

Mandato	C	None	Remuneração Anual					
(inicio - fim)	Cargo	Nome	Fixada (€) (I)	Redução (Lei OE)	Bruto Pago (2)			
2016 - 2018	Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	425	0	0			
2016 - 2018	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	213	0	0			
		***************************************	638	0	0			

Legenda: (1) - Valor da senha de presença Fixada; (2) Após reduções remuneratórias

Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação da atual nomeação	N.º de mandatos exercidos na Sociedade	
2016 - 2018	Presidente não Executivo	Joaquim Marques Ferreira	AG 30/06/2016	4	
2016 - 2018	Vice-Presidente	Jaime António Pires Gabriel Silva	AG 30/06/2016	I	
2016 - 2018	Vogal não Executivo	Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	AG 30/06/2016	1	

Legenda: (1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D) Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

		OPRLO			N.º de	
Nome	Cargo	Identificar Entidade Pagado		Observações	Mandatos	
Joaquim Marques Ferreira *	Presidente Não Executivo	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	0		4	
Manuel Augusto Ruano Lacerda	Vogal Executivo	Águas de Santo André, S.A.	D	Até 30/06/2016		
Jaime António Pires Gabriel Silva **	Vice-presidente Executivo	Águas de Santo André, S.A.	D	A partir de 01/07/2016		
João Manuel da Silva Costa *	Vogal Não Executivo	Águas Públicas do Alentejo, S.A.	D	Até 30/06/2016	2	
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra *	Vogal Não Executivo	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	0	A partir de 01/07/2017	I	

Nota: EGP - Estatuto de Gestor Público; OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D - Origem/Destino

^{**}O Vice-presidente Executivo auferiu, em 2016, o vencimento de Vogal Executivo, em 2017 será efetuado o ajuste para o vencimento de Vice-presidente Executivo, com efeitos retroativos.

				EGP	
Nome	Cargo	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de Representação
Joaquim Marques Ferreira *	Presidente Não Executivo	Sim	С	1 145	0
Manuel Augusto Ruano Lacerda	Vogal Executivo	Sim	С	3 663	I 465
Jaime António Pires Gabriel Silva **	Vice-presidente Executivo	Sim	С	4 120	I 648
joão Manuel da Silva Costa *	Vogal Não Executivo	Sim	С	916	0
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra *	Vogal Não Executivo	Sim	С	916	0

Nota: EGP - Estatuto de Gestor Público; OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D - Origem/Destino

^{*} Remuneração definida para o cargo e debitada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, entidade que processa o vencimento

^{*} Remuneração definida para o cargo e debitada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, entidade que processa o vencimento

^{**}O Vice-presidente Executivo auferiu, em 2016, o vencimento de Vogal Executivo, em 2017 será efetuado o ajuste para o vencimento de Vice-presidente Executivo, com efeitos retroativos.

			R	emuneração A	Anual 2016 ((€)			
Nome	Variável Fixa ** Outra		Redução Lei Redução		Redução de anos anteriores *	Bruta após Reduções	Observações		
Joaquim Marques Ferreira ***	0	16 024	0	801	701	0	14 521		
Manuel Augusto Ruano Lacerda	0	25 638	8 790	1 721	1 618	0	22 299	Até 30/06/2016	
Jaime António Pires Gabriel Silva****	0	25 638	8 790	1 721	344	0	23 572	A partir de 01/07/2016	
João Manuel da Silva Costa	0	6 409	0	320	365	0	5 724	Até 30/06/2016	
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra ***	0	6 409	0	320	196	0	5 893	A partir de 01/07/2017	

Nota: Redução de anos anteriores: referente a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

^{****}O Vice-presidente Executivo auferiu, em 2016, o vencimento de Vogal Executivo, em 2017 será efetuado o ajuste para o vencimento de Vice-presidente Executivo, com efeitos retroativos.

	Subsídio	Beneficios Sociais 2016 (€)								
Nome	de	Re	Regime de Proteção Social				Seguro de	Seguro de	Observações	
Nome	Refeição	Identificar	Valor	Acidentes de Trabalho	Medicina no Trabalho	Saúde	Vida Vida	Acidentes Pessoais	Observações	
oaquim Marques Ferreira *										
Manuel Augusto Ruano Lacerda	788	Segurança Social	7 736	311	60	544	758	0	Até 30/06/2016	
aime António Pires Gabriel Silva	782	Segurança Social	8 059	324	60	926	758	0	A partir de 01/07/2016	
oão Manuel da Silva Costa *									Até 30/06/2016	
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra *									A partir de 01/07/2017	

^{*} Remuneração definida para o cargo e debitada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS,SA, entidade que processa o vencimento

Manchas de Ouse de Adorisies se		Acumulação de Funções	
Membro do Orgão de Administração	Entidade	Função	Regime
Joaquim Marques Ferreira	AdSA	Presidente do CA	Público
Joaquim Marques Ferreira	AgDA	Presidente do CA	Público
Jaime António Pires Gabriel Silva	Ad\$A	Vice-presidente Executivo	Público
Jaime António Pires Gabriel Silva	AdP Energias	Vogal Não Executivo	Público
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra	AdSA	Vogal Não Executivo	Público
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra	Aquasis	Presidente do CA	Público
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra	AdP Internacional	Administradora Executiva	Público

Relatório e Contas 2016_ Página 107 de 179

^{*} Indicar motivos subjacentes a este procedimento

^{**} Incluir a remuneração + despesas de representação

^{***} Remuneração definida para o cargo e debitada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS,SA, entidade que processa o vencimento

Fiscal Único

		identifica	ao SROC / RO	С		Designação			N.º de anos de
Mandato	Cargo	Nome	Nome N.° inscrição N.° registo na na OROC CMVM Forma (1) Data Contratada fu		N.º de anos de funções exercidas no grupo	funções exercidas na entidade			
2010 - 2012	Fiscal Único	Ernst & Young, Auditoria & Associados SROC, S.A. representada por Rui Abel Serra Martins	ROC nº 1119	9011	AG	26/03/2010	-	7	6
2010 - 2012	Fiscal Único	Ernst & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A. representada por João Carlos Miguel Alves	ROC nº 896	90 11	AG	26/03/2010	-	7	3
2010 - 2012	Fiscal Único Suplent e	Ernst & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A. representada por Rui Manuel da Cunha Vieira	ROC nº 1154	90 11	AG	26/03/2010	-	7	6
2013 - 2015	Fiscal Único	Ernst & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A. representada por Rui Abel Serra Martins	ROC nº 1119	90 11	AG	07/06/2013	-	8	7
2013 - 2015	Fiscal Único Suplent e	Ernst & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A. representada por Rui Manuel da Cunha Vieira	ROC nº 1154	9011	AG	07/06/2013	-	8	7
2016 - 2018	Fiscal Único	Ernst & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A. representada por Rui Manuel da Cunha Vieira	ROC nº 1154	9011	AG	30/06/2016	-	9	8
2016 - 2018	Fiscal Único Suplent e	Ernst & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A. representada por Rui Abel Serra Martins	ROC nº 1119	9011	AG	30/06/2016	-	9	8

Legenda: (1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

Mandato (inicio - fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	n.º de Mandatos exercidos na Sociedade	Observações
2016 - 2018	Fiscal Inico	Ernst & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A. representada por Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC n° 1154)	Eleição na AG de 30-06-2016	3	Membro em funções
2016 - 2018	Fiscal Unico - Suplente	Ernst & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A. representada por Rui Abel Serra Martins (ROC n° 1119)	Eleição па AG de 30-06-2016	3	Membro em funções

Mandato	-	N	Remuneração Anual				
(inicio - fim)	Cargo	Nome	Fixada (€) (I)	Redução (Lei OE)	Bruto Pago (2)		
		Ernst & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A.					
2016 - 2018	Fiscal Único	representada por Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)	8 500	112	8 388		
		ou por Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)					

Legenda: (1) - Valor Bruto Anual Fixado; (2) Após reduções remuneratórias

29 de março de 2017 le hile

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contr	Contratação Remuneração Anual 2016 (€)					
Name of the last o	N.º inscrição	N.° registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação	Redução	Reversão	Valor Final	
Nome	na OROC				de Serviços	Remuneratória (2)	Remuneratória (3)	(4) = (1)-(2)+(3)	
Ernst & Young, Auditoria & Associados SROC, SJ	ROC nº 1119/	9011	20/04/2014	2016 - 2018	8 500	112	0	8 388	
Errist & Tourig, Auditoria & Associatios - SKOC, S.A.	ROC nº 1154		30/00/2010 2010 - 2010		0.500	112		0.300	

AdSA	ROC	Auditoria	Outros Serviços	Total
Ernst & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A.	0	8 444	5 67	13 611

Relatório e Contas 2016_ Página 109 de 179

Apêndice II

Cumprimento das Orientações Legais	Cu	Cumprimento		Quantificação	Justificação	
Cumprimento das Orientações Legais		S N I		Anaurucatan	jusuncação	
Objetivos de Gestão	x				Não foram definidos objetivos	
Gestão do Risco Financeiro	х					
Limites de Crescimento do Endividamento	×				A AdSA não tem endividamento	
Evolução do PMP a fornecedores	x					
Atrasos nos Pagamentos (Arrears)	×					
Recomendações do Acionista na aprovação de contas	х					
Remunerações:						
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do Art.º 18º da Lei 7-A/2016	x					
Órgãos sociais - reduções e reversões remuneratórias nos termos da Lei 159-A 2015	×					
Auditor externo - redução e reversões remuneratória nos termos do Art.º 35º da Lei 7-A/20 i 6	ж					
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias nos termos da Lei 159-A 2015	х					
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias nos termos do Art.* 18° da Lei 7-A/2016	×					
EGP - artigo 32°						
Utilização de cartões de crédito	x					
Reembolso de despesas de representação pessoal	x					
Despesas não documentadas n.º 2 do artigo 16º do DL n.º 133/2013	х					
Proibição de realização de despesas não documentadas	x					
Promoção da igualdade safarial entre homens e mulheres – n.º 2 da RCM n.º 18/2014	×					
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres	x					
Contratação Pública						
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x					
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	x					
Contratos submetidos a visto prévio do TC	х					
Prevenção da Corrupção - n.º I do artigo 46° do DL n.º 133/2013	х					
Elaboração e divulgação do relatório anual	x			www.adsa.pt		
Auditorias do Tribunal de Contas	х					
Recomendação I			x		Não foram feitas recomendações	
Recomendação 2			×		pelo Tribunal de Contas	
Parque Automóvel	х					
N° de viaturas	x					
Gastos com Viaturas	x					
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (Art.° 62° da Lei 82-B/2014)		x			Tendo em conta o princípio da prudência, o CA considerou constituir provisões e perdas por imparidade devido ao facto da empresa estar sujeita a um conjunto diversificado de riscos empresariais, inerentes da sua atividade, designadamente os rebacionados com os aspetos ambientais, a sua forte dependênc de um número reduzido de cliento não municipais e a própria dinamização da Zona industrial e Logistica de Sines (ZILS).	
Redução de Trabalhadores (Art.º 60º da Lei 82-8/2014)			х			
N° de trabalhadores			ж			
Volume de negócios / N.º de trabalhadores			x			
N° de cargos dirigentes			x			
Princípio da Unidade de Tesouraria (Art.º 125º da Lei 82-B/2014 / artigo 28.º do DL 133/2013)	x					
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	x					
juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			x			

9. Relatório dos Administradores não Executivos











RELATÓRIO DOS ADMINISTRADURES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPERBIO DO VOGAL EXECUTIVO -- VICE-PRESIDENTE

I. Introdução

Nos termos do n.º 8 do arugo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nussas competências de vigilância geral sobre a alcação dos administradores dom funções executivas, é emigido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, diárante o exercídio de 2016.

2. Atividade

Nos termos da Loi, e das cumperências que o Estatuto do Gestor Público deparmies, e de outras atribuições decididas polo, conselho de administração, acompanhâmos a gestão da empresa e o desempenho do administrador executivo.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juizo, no que se refere ao administrador executivo, livre e incondicionado.

3. Parectr

Face ao acima exporto, fazemos uma aprecação postava do desempenho global do vogal executivo, salientando a sua precapação em auscultar as nossas opinões e juicos de valur sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocisiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vissa um melhor rigor na gestão da empresa.

Vila Nova de Santo André, 13 de março de 2017

Os Administradores Não Executivos

Joaquim Marques Ferreira

Alexandra Maria Martin Ramos da Cunha Serra

Relatório e Contas 2016_ Página III de 179

1

O Conselho de Administração,

Joaquim Marques Ferreira

(Presidente)

Jáime António Pires Gabriel Silva

(Vice-Presidente Executivo)

Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra

Hexande / Yikund al Sa

(Vogal)

Vila Nova de Santo André, 13 de março de 2017

C. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2016

L. Contas Individuais

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o Conselho de Administração da AdSA, submeter à apreciação da Assembleia Geral desta empresa as Contas do Exercício do ano de 2016.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da Posição Financeira;
- Demonstração de Resultados e do Rendimento Integral;
- Demonstração das Alterações do Capital Próprio; e,
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Constituem, também, elementos do Relatório as Notas às Demonstrações Financeiras.

No final do presente Relatório encontram-se à disposição do acionista os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Fiscal Único; e,
- Certificação Legal de Contas.

Relatório e Contas 2016_ Página 113 de 179

Demonstração da posição financeira

Quadro 26 - Demonstração da posição financeira

		31.12.2016	31.12.2015
		IFRS	IFRS
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	1.6	51 923 653	54 613 763
Ativos fixos tangíveis	1.6	170 605	188 113
Investimentos financeiros	1.7	388 969	380 356
Ativos por impostos diferidos	1.8	7 547 961	3 976 185
Total dos Ativos não correntes		60 031 187	59 158 417
Ativos correntes			
Inventários	1.9	11	223 880
Clientes	1.10	4 892 447	2 886 552
Estado e outros entes públicos	1.11	3 999	62 072
Outras ativos correntes	1.12	2 720 492	9 733 147
Caixa e depósitos bancários	1.13	7 763 505	8 719 048
Total dos Ativos correntes		15 380 454	21 624 699
Total do ativo		75 411 641	80 783 117
Capital próprio			
Capital realizado	1.14	1 000 000	1 000 000
Reservas legais	1.14	200 000	271 578
Resultados transitados	1.14	22 675 565	17 557 109
Resultado líquido do exercício	1.14	-3 612 359	5 116 688
Total do capital próprio		20 263 206	23 945 374
Passivos não correntes			
Provisões	1.15	296 849	326 849
Passivos por impostos diferidos	1.8	1 713 296	1 827 516
Outras passivos correntes	1.16	5 237 586	5 535 987
Subsídios ao investimento	1.18	32 509 609	33 061 574
Acréscimos de gastos para investimentos contratuais	1.17	10 402 271	10 795 194
Total dos passivos não correntes		50 159 611	51 547 120
Passivos correntes			
Fornecedores	1.19	1 143 714	1 424 907
Estado e outros entes públicos	1.11	644 370	414 474
Acionistas	1.20	400 311	308 655
Outras passivos correntes	1.20	2 800 429	3 142 587
Total dos passivos correntes		4 988 825	5 290 622
Total do passivo		55 148 436	56 837 742
Total do passivo e do capital próprio		75 411 641	80 783 117

Demonstração de Resultados e do Rendimento Integral

Quadro 27 - Demonstração de Resultados e do Rendimento Integral

	Notas	31.12.2016	31.12.2015
	NULAS	IFRS	IFRS
Vendas	1.22	8 023 941	9 068 449
Prestações de serviços	1.22	5 458 137	5 289 643
Volume de negócios		13 482 078	14 358 093
Custo das vendas/variação dos inventários	1.23	-99 544	-214 275
Margem bruta		13 382 534	14 143 818
Fornecimentos e serviços externos	1.24	-3 811 696	-3 652 247
Gastos com pessoal	1.25	-1 790 792	-1 809 041
Gastos de depreciação e de amortização	1.26	-4 064 889	-4 063 318
Provisões e reversões do exercicio	1.27	30 000	1 241 444
Imparidade de dívidas a receber e de inventários	1.28	-11 500 766	-1 216 579
Subsídios ao investimento	1.18	2 174 517	2 155 435
Outros gastos e perdas	1.29	-121 343	-221 151
Outros rendimentos e ganhos	1.30	290 396	350 735
Resultados operacionais		-5 412 039	6 929 096
Gastos financeiros	1.31	-180 757	-189 711
Rendimentos financeiros	1.32	401 720	382 685
Resultados financeiros		220 963	192 974
Resultados antes de impostos		-5 191 076	7 122 070
Imposto do exercício	1.21	-2 107 278	-1 955 083
Imposto diferido	1.8 e 1.21	3 685 995	-50 299
Resultado líquido do exercício		-3 612 359	5 116 688
Rendimento Integral		-3 612 359	5 116 688
Resultado por ação (básico e diluído)	1.14	-18	26
Rendimento Integral por ação (básico e diluído)	1.14	-18	26

S A A

Demonstração das Alterações do Capital Próprio

Quadro 28 - Alterações do capital próprio

Saldo a 31 de dezembro de 2014	IFRS 1 000 000	271 578	15 061 335	2 582 750	18 915 662
Aplicação do res. líquido do exercício			2 495 774	-2 495 774	0
Distribuição de dividendos ao Acionista				-86 976	-86 976
Resultado líquido do exercício				5 116 688	5 116 688
Saldo a 31 de dezembro de 2015	IFRS 1 000 000	271 578	17 557 109	5 116 688	23 945 374
Aplicação do res. líquido do exercício		-71 578	5 118 456	-5 046 878	0
Distribuição de dividendos ao Acionista				-69 810	-69 810
Resultado líquido do exercício				-3 612 359	-3 612 359
Saldo a 31 de dezembro de 2016	IFRS 1 000 000	200 000	22 675 565	-3 612 359	20 263 206

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Quadro 29 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31.12.2016	31.12.2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	12 199 335	11 347 561
Pagamentos a fornecedores	-4 891 543	-5 297 506
Pagamentos ao pessoal	-966 318	-993 451
Pagamento de IRC	-2 041 375	-1 643 420
Outros recebimentos/pagamentos	-2 344 064	-1 404 225
	1 956 034	2 008 959
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de investimentos financeiros	109 759	(
Recebimentos de ativos fixos tangíveis	0	(
Recebimentos de ativos intangíveis	0	(
Recebimentos de Juros e rendimentos similares	8 669	9 02
Pagamentos de investimentos financeiros	-118 371	-9 029
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	0	(
Pagamentos de ativos intangíveis	-2 118 150	-2 749 056
	-2 118 093	-2 749 060
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	0	(
Recebimentos de realizações de capital	0	(
Outros recebimentos	180 076	544 00°
Pagamentos de empréstimos obtidos	0	(
Pagamentos de juros e gastos similares	0	(
Pagamentos de dividendos	-69 810	-86 976
Outros pagamentos	-903 750	
	-793 484	457 02
Variação de caixa e seus equivalentes	-955 543	-283 07
Caixa e seus equivalentes no início do período	8 719 048	9 012 86
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7 763 505	8 719 04
	-955 543	-293 82

Relatório e Contas 2016_ Página 117 de 179

Decomposição de caixa e seus equivalentes

Quadro 30 - Decomposição de caixa e seus equivalentes

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	2 065	4 019
Depósitos à ordem	7 761 441	8 715 029
Depósitos a prazo	0	0
	7 763 505	8 719 048
Descobertos bancários	0	0
	7 763 505	8 719 048

Notas às demonstrações financeiras

1.1. Atividade económica da Águas de Santo André, S.A.

I.I.I. Introdução

A Águas de Santo André, S.A. (adiante designada também por AdSA) foi constituída em 25 de maio de 2001, tendo a sua sede social na Cerca da Água, Rua dos Cravos. A AdSA tem como atividade principal a exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André.

1.1.2. Atividade

Água de Santo André, S.A. é uma sociedade anónima, constituída pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, com um capital social de € 1.000.000, realizados a 100 %.

A sociedade tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos estatutos, a "...exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André." Tendo por base o contrato de concessão celebrado com o Estado Português, à sociedade é atribuída, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da conceção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, pelo prazo de 30 anos.

I.I.3. Acionistas

A AdSA tem como acionista único a Águas de Portugal, SGPS, S.A., com sede na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700 - 421 Lisboa, que detém uma participação correspondente a 100 % do capital.

1.1.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 13 de março de 2017.

29 de março de 2017 (- hE

Relatório e Contas 2016_Página 118 de 179

1.2. Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras das Águas de Santo André, S.A. foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (U.E.). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram preparadas em conformidade com as IFRS tal como adotadas pela U.E. até 31 de dezembro de 2016.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Águas de Santo André, S.A. na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2016, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2015.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor, e que a Águas de Santo André, S.A. ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na nota 2.1.1.

1.2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AdSA, foram preparadas segundo o princípio da continuidade das operações e do princípio do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

1.2.1.1. Novas normas e alterações de políticas

O conjunto das novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de I de janeiro de 2016, são as seguintes:

Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014) IFRS 2 Pagamento com Base em Ações

Definições de condições de aquisição: as emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição ("vesting conditions") por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).

Relatório e Contas 2016_ Página 119 de 179 (

IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais

Contabilização da retribuição contingente: as emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requere que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em

conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza,

deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das

emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

As emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii) apresentação de reconciliação do

total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.

IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis

Modelo de revalorização: as emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e

depreciações acumuladas) à data da revalorização.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Serviços de pessoal-chave da gerência: as emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal--chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados

por uma entidade de gestão

IAS 38 Ativos intangíveis

Modelo de valorização: as emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e

depreciações acumuladas) à data da revalorização.

IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014)

As emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do

número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço

Relatório e Contas 2016_Página 120 de 179

29 de março de 2017

M

associado é prestado.

Agricultura - Plantas destinadas à produção: Emendas à IAS 16 e à IAS 41 (Regulamento n.° 2015/2113, de 23 de novembro de 2015)

As emendas à IAS 16 e à IAS 41 vêm determinar que as plantas exclusivamente utilizadas para o cultivo de produtos ao longo de vários períodos, designadas de plantas destinadas à produção, passam a ser contabilizadas da mesma forma que os ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.

Emendas à IFRS 11 Acordos Conjuntos (Regulamento n.º 2015/2173, de 24 de novembro de

As emendas fornecem novas orientações sobre o tratamento contabilístico das aquisições de interesses em operações conjuntas cujas atividades constituem atividades empresariais, nomeadamente referindo que quando uma entidade adquire um interesse numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial, na aceção da IFRS 3, deve aplicar de forma proporcional à sua parte, todos os princípios de contabilização das concentrações de atividades empresariais definidos na IFRS 3 e noutras IFRS, que não entrem em conflito com a IFRS 11, e deve apresentar as informações nelas exigidas em relação às concentrações de atividades empresariais. Tal aplica-se à aquisição tanto do interesse inicial como de interesses adicionais numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial.

Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização: Emendas à IAS 16 e à IAS 38 (Regulamento n.º 2015/2231, de 2 de dezembro de 2015)

A emenda à IAS 16 vem clarificar que não é adequada a utilização de um método de depreciação de um ativo fixo tangível baseado nos proveitos gerados por uma atividade. Por outro lado, a emenda à IAS 38 vem clarificar que só em circunstâncias muito limitadas é que é possível ultrapassar a presunção de que um método de amortização de um ativo intangível baseado nos proveitos gerados pela atividade é inadequado.

Melhoramentos anuais: ciclo 2012-2014 (Regulamento n.º 2015/2343, de 15 de dezembro de 2015)

IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e unidade operacionais descontinuadas

As emendas vêm clarificar que se uma entidade reclassificar um ativo ou grupo para alienação diretamente de detido para venda para detido para distribuição aos proprietários, ou diretamente de detido para distribuição aos proprietários para detido para venda, a alteração na classificação passa a ser considerada uma continuação do plano inicial de alienação.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

Vem clarificar que as emendas introduzidas através do documento Divulgações - Compensação entre Relatório e Contas 2016_ Página 121 de 179

Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (Emendas à IFRS 7), devem ser aplicadas aos períodos anuais com início em ou após I de janeiro de 2013. As entidades devem apresentar as divulgações exigidas por essas emendas retroativamente. Vem ainda clarificar que quando uma entidade transfere um ativo financeiro, pode reter o direito ao serviço (de dívida) ao ativo financeiro em troca de comissões incluídas, por exemplo, num contrato por serviço. A entidade avalia o contrato por serviço para decidir se a entidade mantém um envolvimento continuado em resultado desse contrato para efeito dos requisitos de divulgação.

IFRS I Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

As emendas a esta Norma estão diretamente relacionadas com as emendas efetuadas à IFRS 7 anteriormente referidas.

IAS 19 Benefícios dos Empregados

As emendas vêm clarificar que para as moedas (passa a ser independente do país) para as quais não haja um mercado ativo em obrigações de alta qualidade de empresas, devem ser usados os rendimentos de mercado (no fim do período de relato) em obrigações governamentais expressas nessa moeda.

IAS 34 Relato Financeiro Intercalar

As emendas vêm clarificar que as divulgações evidenciadas no parágrafo 16-A da IAS 34 devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada às demonstrações financeiras intercalares, em outras demonstrações que estejam disponíveis aos utentes das demonstrações financeiras nas mesmas condições e na mesma altura que as demonstrações financeiras intercalares. Se os utentes das demonstrações financeiras intercalares não têm acesso à informação incluída por referência cruzada nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar está incompleto.

Iniciativa de divulgação: Emendas à IAS I (Regulamento n.º 2015/2406, de 18 de dezembro de 2015) As alterações à IAS I Apresentação de Demonstrações Financeiras visam melhorar a eficácia da divulgação e incentivar as empresas a aplicarem o seu julgamento profissional na determinação das informações a divulgar nas suas demonstrações financeiras aquando da aplicação da IAS I.

Método da Equivalência Patrimonial no âmbito das Demonstrações Financeiras Separadas: Emendas à IAS 27 (Regulamento n.º 2015/2441, de 19 de dezembro de 2015)

As alterações à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas consistem em permitir que as entidades possam utilizar o método da equivalência patrimonial, tal como descrito na IAS 28 — Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, para contabilizar os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas suas demonstrações financeiras separadas.

Relatório e Contas 2016_Página 122 de 179

Entidades de Investimento: Aplicar a Exceção à Consolidação - Alterações à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 28 (Regulamento n.º 2016/1073, de 22 de setembro de 2016)

Esta alteração vem clarificar uma série de aspetos da IFRS 10, da IFRS 12 e da IAS 28 relacionados com a exceção à consolidação aplicável às entidades de investimento.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras da Águas de Santo André, S.A..

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2017

IFRS 15: Rédito de Contratos com Clientes (Regulamento n.º 2016/1905, de 22 de setembro de 2016)

Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos". Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após I de janeiro de 2018.

IFRS 9: Instrumentos Financeiros (Regulamento n.º 2016/2067, de 22 de novembro de 2016)

A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A adoção desta norma acarreta, igualmente e em conformidade: (i) alterações das normas (IAS/IFRS) e interpretações (IFRIC/SIC): IAS 1, IAS 2, IAS 8, IAS 10, IAS 12, IAS 20, IAS 21, IAS 23, IAS 28, IAS 32, IAS 33, IAS 36, IAS 37, IAS 39, IFRS 1, IFRS 2, IFRS 3, IFRS 4 Contratos de Seguro, IFRS 5, IFRS 7, IFRS 13, IFRIC 2, IFRIC 5, IFRIC 10, IFRIC 12, IFRIC 16, IFRIC 19, SIC 27; e (ii) revogação da IFRIC 9 Reavaliação de Derivados Embutidos. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

As novas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras da Águas de Santo André, S.A..

Normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Commitee" (IFRIC) e ainda não endossadas pela União Europeia

Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto - Alterações à IFRS 10 e à IAS 28

Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.

Relatório e Contas 2016_ Página 123 de 179

Reconhecimento de Ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas - Alterações à IAS 12

Esta alteração vem clarificar como contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com instrumentos de dívida mensurados ao justo valor. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após I de janeiro de 2017, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Iniciativa de Divulgação - Alterações à IAS 7

Esta alteração exige que as entidades divulguem informação acerca das alterações nos seus passivos de financiamento para que os investidores possam compreender melhor as alterações ocorridas na dívida da entidade. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após I de janeiro de 2017, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Rédito de Contratos com clientes - Clarificações à IFRS 15

Estas alterações à IFRS 15 vieram clarificar alguns requisitos e proporcionar uma maior facilidade na transição para as Entidades que estão a implementar esta Norma. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Clarificações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de transações de pagamentos com base em ações

Estas alterações à IFRS 2 estão relacionadas com aspetos de classificação e de mensuração para um conjunto de aspetos em que as orientações existentes na Norma não eram muito claras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Clarificações à IFRS 4- Aplicar a IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros

Estas alterações à IFRS 4 dão resposta às preocupações sobre a implementação da nova norma sobre instrumentos financeiros (IFRS 9) antes da implementação da norma sobre contratos de seguros que substituirá a IFRS 4 e que ainda está em desenvolvimento. Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

- IFRS 12 Divulgações de Interesses noutras entidades
- IFRS | Adoção pela Primeira Vez das IFRS
- IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

Adoção da IFRIC 22 Foreign Currency Transactions and Advance Considerations

A IFRIC 22 estabelece a taxa de câmbio a ser usada em transações que envolvem uma consideração paga ou recebida em adiantado em moeda estrangeira. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após l de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Clarificações à IAS 40 - Transferências de Propriedades de Investimento

As alterações à IAS 40 Propriedades de Investimento vêm clarificar os requisitos relacionados com as transferências, de e para, Propriedades de Investimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após I de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios

Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos/passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após I de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.

IFRS 16: Locações

Esta nova norma estabelece um modelo único de contabilização das locações pelos locatários, eliminando a distinção entre locações operacionais e locações financeiras na perspetiva do locatário. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após I de janeiro de 2019, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Com a eventual exceção da IFRS 16, Locações, cujo impacto potencial ainda está a ser analisado, as novas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras da Águas de Santo André, S.A..

1.2.2. Conversão cambial

1.2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdSA, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdSA e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

1.2.2.2. Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de

29 de março de 2017

Relatório e Contas 2016_ Página 125 de 179

câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Águas de Santo André, S.A. de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

1.2.3. Atividade concessionada e regulada

1.2.3.1. Introdução

A Águas de Santo André, S.A. desenvolve a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente.

A Águas de Santo André, S.A. está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

1.2.3.2. Enquadramento – atividade concessionada (IFRIC12)

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Águas de Santo André, S.A. presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nas IAS II - Contratos de construção e IAS 18 - Rédito. Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e 🔱

atureza do preço e

da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS II. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18.

Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se o operador (ou concessionaria) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evita o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante especifico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência). O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Quadro 31 - Concessão, prazo e indexante

Água, Saneamento e	C	Para	Periodo	Remune	eração Acionista
Residuos	Concessão/Parceria	Prazo		Taxa*	Incidência
Águas de Santo André, SA	Concessão	30 anos	2001-2031	6,74%	C.Social+Res.Legal

^{*}OT 10 anos + 3%

1.2.3.3. Classificação da infraestrutura

Atendendo à tipologia do contrato de concessão da Águas de Santo André, S.A., nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se

Relatório e Contas 2016_ Página 127 de 179

adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a Águas de Santo André, S.A. como concessionária do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos, classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis — Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

1.2.3.4. Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão. Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Quadro 32 - Investimento do Contrato de Concessão

Total do investimento do	Número de anos do	Total do investimento da concessão revisto	Número de anos da concessão	Taxa média de amortização do ano de
contrato de concessão	contrato de concessão	(último EVEF	(último EVEF	2016
		submetido)	submetido)	
43 962 525	30	43 962 525	30	3.33%

Foram excluídos do quadro acima os valores relativos ao património integrado do ex-INAG, cujo montante ascende a € 76.374.102, apesar destes investimentos constarem do direito de utilização de infraestruturas, na medida em que as referidas infraestruturas foram cedidas pelo ex-INAG/APA sem contrapartida onerosa, razão pela qual estão evidenciadas no ativo e no passivo da empresa por igual montante.

Atualmente o EVEF em vigor é o de 2001, pretendendo a AdSA elaborar um novo EVEF de acordo com a clarificação do posicionamento institucional da AdSA, do foco na sua vocação para uma empresa de serviços ambientais para a região, assumindo definitivamente a vocação para os fins para estiveram na base da sua criação.

1.2.3.5. Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da Águas de Santo André, S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

1.2.3.6. Valor Residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros — valor a receber.

1.2.4. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

1.2.4.1. Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 1.2.3.3

1.2.4.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço. Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada/

Relatório e Contas 2016_ Página 129 de 179

durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados. A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

1.2.4.3. Outros Ativos Intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos. Não aplicável à AdSA.

1.2.5. Ativos e passivos financeiros

1.2.5.1. Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros das Águas de Santo André, S.A. são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – trade date) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Águas de Santo André, S.A. classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) empréstimos e contas a receber; ii) investimentos detidos até à maturidade; iii) investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

1.2.5.1.1. Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no abastecimento de água às populações abrangidas, em qualidade e quantidade, e a recolha e tratamento das águas residuais das áreas abrangidas, bem como satisfazer as necessidades das indústrias localizadas na ZILS, relativamente a água potável, água industrial, água residual e resíduos industriais e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii)

29 de março de 2017 L. h.E.

investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Águas de Santo André, S.A. não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

1.2.5.1.2. Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Águas de Santo André, S.A. tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

1.2.5.1.3. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: (i) os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

1.2.5.1.4. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a empresa não tem intenção de manter por tempo indeterminado; (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas. São apresentados como ativos não correntes, exceto se houver a intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

Relatório e Contas 2016_ Página 131 de 179

Após o reconhecimento individual os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a gastos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda, sendo as respetivas variações de justo valor reconhecidas diretamente no capital próprio, na rubrica de "Reserva de justo valor", até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos instrumentos de capital um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do gasto é determinante para determinar a existência de imparidade.

Os instrumentos de capital que não sejam participações em empresas filiais, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a IAS 39. Caso não exista valor de mercado, estes ativos são mantidos ao custo de aquisição, sujeitos a testes de imparidade.

1.2.5.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, preyê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; (ii) outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

1.2.5.2.1. Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do período.

1.2.5.2.2. Fornecedores e outras contas a bagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

1.2.6. Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda ou de serviços prestados pela Águas de Santo André, S.A. no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade. 29 de março de 2017 L. hil

Relatório e Contas 2016_Página 132 de 179

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

1.2.7. Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

1.2.8. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito — curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

1.2.9. Imparidade

1.2.9.1. Imparidade de ativos financeiros

A empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a Águas de Santo André, S.A. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) dificuldades financeiras do devedor; (iii) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

1.2.9.2. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Águas de Santo André, S.A. são analisados à data de cada balanço por forma a detetar

Relatório e Contas 2016_ Página 133 de 179

indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

1.2.10. Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

I.2.II. Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

1.2.12. Subsídio do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas de Santo André, S.A. cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

29 de março de 2017 2 12

Relatório e Contas 2016_Página 134 de 179

1.2.13. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Águas de Santo André, S.A. divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

1.2.14. Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos

Relatório e Contas 2016_ Página 135 de 179

B

diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

1.2.15. Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.3 a Águas de Santo André, S.A. apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo Concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

1.2.15.1. Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em "alta" - Saneamento

O rédito é reconhecido com base em: (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em "alta" - Tratamento e valorização de resíduos - indiferenciados

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em "baixa" e em "alta" - Abastecimento de Água

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

I.2.15.2. Vendas de bens

Atividade regulada - Serviços em "alta" e em "baixa" - Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em: (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em "baixa" - Parcerias

O rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

29 de março de 2017 . f. É

1.2.15.3. Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a Águas de Santo André, S.A. reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

1.2.16. Trabalhos para a própria empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se concluí que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável. Não aplicável à AdSA.

1.2.17. Gastos e Perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

1.2.18. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

O Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de Março (Lei de Execução Orçamental) no nº 2 do artigo 71° estabelece que os municípios que celebrem acordos de regularização de dívidas até ao final do ano de 2017 ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 65.º da Lei do Orçamento do Estado, devem beneficiar da redução dos juros de mora incidentes sobre a dívida que se encontra vencida à data de celebração do acordo em pelo menos 50 % da diferença entre a taxa de juro de mora aplicada em cada ano e o respetivo custo marginal da dívida financeira da entidade gestora.

Relatório e Contas 2016_ Página 137 de 179

Políticas de gestão de risco

1.3.1. Fatores de risco

As atividades da Águas de Santo André, S.A. estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

1.3.2. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Águas de Santo André, S.A. está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água, saneamento, resíduos e outros) é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração da Águas de Santo André, S.A. e da AdP, SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Águas de Santo André, S.A. continua a entender que sobre parte desses saldos existem à data indicadores que conduzem ao reconhecimento de perdas por imparidade, com exceção dos saldos para os quais foram consideradas as potenciais perdas por imparidade, que não existem indicadores que conduzam ao reconhecimento de 29 de março de 2017 L- LE outras perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas de Santo André, S.A. ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2016, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Quadro 33 - Ativos financeiros bancários e Rating

Ativos financeiros bancários	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos à ordem	7 761 441	8 715 029
Depósitos prazo	0	0
Fundo de renovação do equipamento	0	0
Fundo de reconstituição do capital	388 969	380 356
	8 150 410	9 095 385

1.3.3. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas de Santo André, S.A. pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Águas de Santo André, S.A. efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas de Santo André, S.A. por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

Quadro 34 - Fluxos de caixa contratuais

	< l ano	l a 5 ano	> 5 anos
Financiamentos	-		-
Fornecedores e outras contas a pagar	3 973 324	2 394 230	2 843 357
	3 973 324	2 394 230	2 843 357

A empresa não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo.

Relatório e Contas 2016_ Página 139 de 179

1.3.4. Risco de fluxo de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

Não aplicável à AdSA.

1.3.5. Risco de capital

Não aplicável à AdSA.

1.3.6. Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rendabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigoº 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização nos sectores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expetativa do Grupo que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

1.4. Estimativas e Julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas de Santo André, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

29 de marco de 2017

Relatório e Contas 2016 Página 140 de 179

1.4.1. Provisões

A Águas de Santo André, S.A. analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas de Santo André, S.A. é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se de ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

1.4.2. Ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

1.4.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas de Santo André, S.A. tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas de Santo André, S.A.. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Águas de Santo André, S.A. os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da Águas de Santo André, S.A., que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas de Santo André, S.A. não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, exceção feita às imparidades sobre as contas a receber registadas anualmente. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas

Relatório e Contas 2016_ Página 141 de 179

áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Águas de Santo André, S.A..

1.4.4. Provisões para impostos sobre o rendimento

A AdSA, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

1.5. Instrumentos financeiros por categoria

Quadro 35 - Instrumentos Financeiros por categoria

	Empréstimos e contas a receber	Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2016
Ativos intangl veis		-	0	51923 653	51923 653
Ativos fixos tangíveis		-	0	170 605	170 60
Propriedades de investimento		-	0	0	(
Investimentos financeiros	388 969	-	388 969	0	388 969
Impostos diferidos ativos		-	0	7547961	754796
Clientes e outros ativos não correntes		-	0	0	(
Inventários		-	0	11	1
Clientes	4 892 447	-	4 892 447	0	4 892 44
Estado e outros entes públicos		3 999	3 999	0	3 999
Outros ativos correntes	2 720 492	-	2 720 492	0	2 720 492
Caixa e seus equivalentes	7763 505		7 763 505	0	7 763 50
Total do ativo	15 765 413	3 999	3 9 9 9	59 642 229	75 411 64
Provisões		296 849	296 849	0	296 84
Responsabilidades com pensões	-	-	0	0	
Empréstimos não correntes	-	-	0	0	
Impostos diferidos passivos		-	0	1713 296	1713 29
Fornecedores e outros passivos não correntes		5 237 586	5 2 3 7 5 8 6	0	5 2 3 7 5 8
Acréscimos de custos do investimento contratual	-	-	0	10 402 271	10 402 27
Subsidios ao investimento	-	-	0	32 509 609	32 509 60
Empréstimos correntes		-	0	0	
Fornecedores	-	1 143 714	1143714	0	1143 71
Outros passivos correntes		2 800 429	2 800 429	0	2 800 42
Acionistas	-	400 311	400 311	0	400 3
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	0	0	ı
Estado e outros entes públicos	-	644 370	644 370	0	644 37
Total do passivo	0	10 523 260	10 523 260	44 525 176	55 148 43

Relatório e Contas 2016_Página 142 de 179

1.6. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

1.6.1. Ativos fixos tangíveis

Quadro 36 - Ativos fixos tangiveis

	31.12.2016	31.12.2015
Despesas de desenvolvimento	-	•
Ativos Tangiveis	170 605	188 113
	170 605	188 113

I.6.2. Ativos intangíveis

Quadro 37 - Ativos Intangíveis

	31.12.2016	31.12.2015
Propriedade industrial e outros direitos		-
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI)	51 923 653	54 613 763
	51 923 653	54 613 763

1.6.3. Movimentos do período

Quadro 38 - Movimentos de ativos

Valor Bruto	31.12.2015	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer	31.12.2016
Despesas de desenvolvimento	-	-			-	0
Ativos Tangíveis	255 853	-			-380	255 473
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI) - Firme	95 994 866	72 093			2 406 613	98 473 572
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI) - Em Curso	3 396 151	1 678 101		-	-2 406 233	2 668 019
	99 646 870	1 750 193	(0	0	101 397 064
Amortizações acumuladas	31.12.2015	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer	31.12.2016
Despesas de desenvolvimento			- 3		-	0
Ativos Tangíveis	-67 741	-17 128			-	-84 868
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI) - Firme	-44 777 254	-3 283 955			-1 156 729	-49 217 938
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI) - Em Curso		-		· -		0
	-44 844 995	-3 301 082	(0	-1 156 729	-49 302 806
Valor líquido	54 801 876	-1 550 889		0	-1 156 729	52 094 258

O valor de € 1.156.729, que consta de transferências nas amortizações, deve-se à transferência de amortizações futuras que estavam registadas no passivo da empresa e que são transferidas para o ativo sempre que se verifique aumento do investimento em firme (ver nota 1.2.3.5).

Os investimentos realizados no ano de 2016 constam do ponto 4.4 – Atividade Operacional.

Relatório e Contas 2016_ Página 143 de 179

1.7. Investimentos financeiros

Quadro 39 - Investimentos financeiros

	31.12.2016	31,12,2015
Fundo de renovação	0	0
Fundo de reconstituição	388 969	380 356
	388 969	380 356

Ao abrigo do Contrato de Concessão, a Águas de Santo André, S.A. ficou obrigada a entregar em cada ano, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um fundo de reconstituição de capital.

1.8. Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos podem ser analisados como se segue:

Quadro 40 - Impostos diferidos

	31.12.2015	Correções	Dotação	Utilização	31.12.2016
Taxa de IRC	21%	0%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	4%	0%	4%	4%	4%
Activos por Impostos Diferidos					
Provisões					
Provisões - riscos e encargos	296 849	0	13 980 233	0	14 277 082
Prejuízos					
IFRIC 12					
IFRIC 12- (transição) - Investimento futuro	9 195 856	0	0	-357 816	8 838 040
IFRIC 12- (transição) - amortização contabilistica vs fiscal					
IFRIC 12- (exercicio) - amortização contabilistica vs fiscal	298 606	0	0	-18 663	279 9 43
IFRIC 12- (exercicio) - Investimento contratual	6 203 000	0	763 807	0	6 966 806
Base de incidência	15 994 312	0	14 744 039	-376 479	30 361 872
IRC	3 358 805	0	3 096 248	-79 061	6 375 993
Derrama	617 380	0	569 120	-14 532	1 171 968
Imposto diferido ativo reconhecido	3 976 185	0	3 665 368	-93 593	7 547 961
Taxa de IRC	21%	0%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	4%	0%	4%	4%	4%
Passivos por impostos diferidos					
IFRIC 12					
IFRIC 12- (transição) - Investimento futuro	7 351 231	0	0	-459 452	6 891 779
IFRIC 12- (transição) - amortização contabilistica vs fiscal	0	0	0	0	0
Base de incidência	7 351 231	0	0	-459 452	6 891 779
IRC	I 543 758	0	0	-96 485	I 447 274
Derrama	283 758	0	0	-17 735	266 023
Imposto diferido passivo reconhecido	1 827 516	0	0	-114 220	1 713 296

A Águas de Santo André, S.A. procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos resultantes da provisão para outros riscos e encargos para suprir os riscos inerentes à atividade da empresa e de

processos judiciais em curso. Também são reconhecidos impostos diferidos ativos relativos aos acréscimos de gastos para Investimentos Contratuais. Por outro lado, a AdSA reconhece como diferenças temporárias os valores relativos a amortizações e acréscimos de gastos de investimentos contratuais não realizados, cujo critério de reconhecimento de gastos e rendimentos é distinto do aceite fiscalmente. No exercício de 2016, os movimentos reportam-se essencialmente ao reconhecimento do imposto diferido ativo, relativo ao investimento contratual previsto e não realizado, ao desreconhecimento dos ativos e passivos relacionados com o ajustamento da transição de amortizações.

1.9. Inventários

Quadro 41 - Inventários

	31.12.2016	31.12.2015
Matérias-primas	0	0
Materiais diversos	11	273 880
Perdas por Imparidade	0	-50 000
	- 11	223 880

A variação verificada deve-se à alteração contabilística dos bens que se encontram em armazém e à reversão da perda de imparidade (ver nota 1.28).

1.10. Clientes

Ouadro 42 - Clientes

	31.12.2016	31.12.2015	
Clientes municípios	2 572 025	156 595	
Clientes outros	2 320 422	2 729 957	
	4 892 447	2 886 552	

Atendendo ao prazo de vencimento das dívidas (2 anos) a Águas de Santo André, S.A. tem vindo a desencadear os mecanismos legais que asseguram a recuperabilidade dos valores em causa, nomeadamente através da interposição de ações judiciais contra os respetivos clientes.

1.10.1. Clientes - municípios

Quadro 43 - Clientes - municípios

	31.12.2016	31.12.2015
Clientes municípios	3 996 310	3 126 170
Clientes municípios TRH	46 708	8 925
Clientes municípios injunções	5 403 515	5 404 459
Clientes municípios acordos	0	0
Perdas por imparidade	-6 874 507	-8 382 960
	2 572 025	156 595

Aguas de santo André, S.A. tem vindo a cuperabilidade dos valores em causa,
Relatório e Contas 2016_ Página 145 de 179 Atendendo ao prazo de vencimento das dívidas (2 anos) a Águas de santo André, S.A. tem vindo a desencadear os mecanismos legais que asseguram a recuperabilidade dos valores em causa,

nomeadamente através da interposição de ações judiciais contra os respetivos clientes.

Atendendo ao facto de alguns clientes Municípios não se encontrarem a aceitar a faturação emitida pela AdSA no âmbito da prestação de serviços realizada, têm vindo a ser acionados pela empresa os mecanismos legais que visam assegurar a recuperabilidade dos montantes faturados, nomeadamente através dos respetivos processos de injunção e/ou Ações Administrativas Comuns em Processo Ordinário que se encontram divulgados na nota 1.35. Ainda que atendendo às ações interpostas, o Conselho de Administração entendeu, à semelhança de anos anteriores, reconhecer perdas por imparidade sobre alguns dos saldos a receber dos Municípios.

1.10.2. Clientes - municípios - total da dívida (corrente e não corrente)

Quadro 44 - Clientes - município - total da dívida

	31.12.2016	31.12.2015
Clientes municípios correntes	9 446 533	8 539 555
Perdas por imparidade	-6 874 507	-8 382 960
	2 572 025	156 595

O Conselho de Administração entendeu, à semelhança de anos anteriores, reconhecer perdas por imparidade sobre alguns dos saldos a receber dos Municípios (ver nota 1.28).

1.10.3. Clientes - municípios - total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Quadro 45 - Total da divida por vencimento dos municípios

	Vencido até 2014	Vencido até 2015	Vencido até 2016	Total vencido	Não vencido	Total
Município de Santiago do Cacém	I 853 288	256 474	341 987	2 451 750	115 706	2 567 455
Município de Sines	576 999	347 064	420 075	1 344 138	84 717	1 428 854
	2 430 287	603 538	762 062	3 795 887	200 423	3 996 310

1.10.4. Clientes - outros - total da dívida (corrente e não corrente)

Quadro 46 - Clientes - outros - total da dívida

	31.12.2016	31.12.2015
Clientes Outros	!5 444 611	2 794 927
Perdas por imparidade	-13 124 189	-64 970
	2 320 422	2 729 957

Devido a um conjunto diversificado de riscos empresariais, inerentes da sua atividade, designadamente os relacionados com os aspetos ambientais, a sua forte dependência de um número reduzido de clientes não (municipais e a própria dinamização da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), o Conselho de

i), o Conselho de 29 de março de 2017

Administração efetuou uma análise ao risco de incobrabilidade e entendeu, reconhecer perdas por imparidade sobre alguns dos saldos a receber de clientes (ver nota 1.28).

1.10.5. Clientes – outros – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Quadro 47 - Total da dívida por vencimento (outros)

	Vencido até 2014		Vencido até 2016	Total vencido	Não vencido	Total
Clientes Outros	-1 815	434 718	822 861	1 255 764	1 064 658	2 320 422
	-1 815	434 718	822 861	1 255 764	1 064 658	2 320 422

I.II. Estado e outros entes públicos

Quadro 48 - Estado e outros entes públicos

	31.12.2016	31.12.2015
IVA	3 999	62 072
Outros	0	0
EOEP ativos	3 999	62 072
IVA	0	0
Retenções	-20 310	-17 841
Retenções - Segurança social	-35 179	-34 670
Outras tributações - TRH	-588 881	-361 962
EOEP passivos	-644 370	-414 474
	-640 372	-352 402

1.12. Outros ativos correntes

Quadro 49 - Outros ativos correntes

1 2.2016 (851 720	31.12.2015
	0 0
1 851 720	
	3 677
400 31	I 0
1 133 482	9 585 933
435 609	9 143 537
-1 100 630	0 0
2 720 49	2 9 733 147
	435 609 -1 100 630 2 720 493

A variação em "Outros devedores" deve-se à aprovação da operação n.º POSEUR-03-2012-FC- 00018, com a denominação de "Subsistema de Água Residual – ETAR de Ribeira dos Moinhos", aprovada em 14 de abril de 2016, por deliberação da Comissão Diretiva do Programa Operacional temático de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), no valor total de € 1.622.551, com uma taxo de cofinanciamento de 85%.

Relatório e Contas 2016_ Página 147 de 179

A rubrica "Acréscimos de rendimentos" apresenta uma diminuição devido à faturação a clientes do valor em acréscimo de rendimentos.

A rubrica "Gastos a reconhecer" aumenta devido à reclassificação dos materiais em armazém, de existências para gastos.

Em 31 de dezembro de 2016 foram reconhecidas perdas por imparidade, no montante de 1.100.630 Euros, relativas a faturação ainda não emitida registada na rubrica de "Acréscimos de rendimentos", as quais foram reconhecidas na Demonstração de Resultados como dedução ao Rédito reconhecido no decurso do período findo naquela data.

1.13. Caixa e bancos

Quadro 50 - Caixa e bancos

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	2 065	4019
Depósitos à ordem	7 761 441	8 715 029
Depósitos a prazo	0	0
	7 763 505	8 719 048

1.14. Capital

Quadro 51 - Capital Social

		Capital subscrito	Capital realizado
		31.12.2016	31.12.2015
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	100%	1 000 000	1 000 000
	100%	1 000 000	1 000 000

O capital social da empresa é composto por 200.000 ações da classe A, com o valor nominal de 5 Euros cada.

I.14.1. Resultado por ação

Quadro 52 - Resultado por ação

	31.12.2016	31.12.2015
Resultado líquido	-3 612 359	5 116 688
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	200 000	200 000
Resultado por ação	-18	26

29 de março de 2017

Relatório e Contas 2016_Página 148 de 179

1.14.2. Movimento do período

Quadro 53 - Movimentos por período do capital social

	31.12.2015	Afect. Res. Liquido	Dividendos	Res. Liquido	31.12.2016
Reservas e outros ajustamentos	271 578	-71 578	-	-	200 000
Resultados transitados	17 557 109	5 118 456		-	22 675 564
Resultado líquido do exercício	5 116 688	-5 046 878	-69 810	-3 612 359	-3 612 358
	22 945 374	0	-69 810	-3 612 359	19 263 206

A Assembleia Geral de acionistas de 17 de março de 2016 aprovou as contas da empresa tendo deliberado a aplicação do RLE em resultados transitados (€ 5.046.878,40) e a distribuição de dividendos (€ 69.809,62).

1.15. Provisões

Quadro 54 - Provisões

	31.12.2016	31.12.2015
Provisões - outros - Contigências Fiscais	0	30 000
Provisões - outros - Fornecedores	108 110	108 110
Provisões - outros - Clientes	188 739	188 739
	296 849	326 849

1.15.1. Movimentos por período

Quadro 55 - Movimentos por periodo das provisões

	31.12.2015	Aumentos	Diminuições	Reversões	31.12.2016
Provisões - outros - Contigências Fiscais	30 000	0	-30 000	0	0
Provisões - outros - Fornecedores	108 110	0	0	0	108 110
Provisões - outros - Clientes	188 739	0	0	0	188 739
	326 849	0	-30 000	0	296 849

1.16. Fornecedores e outros passivos não correntes

Quadro 56 - Fornecedores e outros passivos não correntes

	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores de investimentos	5 237 586	5 535 987
	5 237 586	5 535 987

A Águas de Santo André, S.A. ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, tem a obrigação de efetuar um pagamento mensal ao INAG/APA, de € 39.903, durante o prazo da concessão. A 31 de dezembro de 2016, encontra-se registado em passivo não corrente o montante de € 5.237.586, o qual se encontra mensurado pelo método do custo amortizado.

Relatório e Contas 2016_ Página 149 de 179

1.17. Acréscimos de gastos de investimento contratual

Quadro 57 - Acréscimos de gastos de investimento contratual

	31.12.2015	Aumentos	Diminuições	Transferências	31.12.2016
Acréscimos de gastos de investimento contratual	10 795 194	763 807	0	-1 156 729	10 402 271
	10 795 194	763 807	0	-1 156 729	10 402 271

O valor desta rubrica corresponde à aplicação da taxa de amortização sobre o investimento da concessão previsto mas ainda não realizado. Para além do acréscimo de gastos para investimento futuro reconhecido no exercício de 2016, pelo valor de € 763.807, o valor de € 1.156.729, deve-se à transferência de amortizações futuras que estavam registadas no passivo da empresa e que foram transferidas para o ativo, devido ao aumento do investimento em firme.

1.18. Subsídio ao investimento

Quadro 58 - Subsídio ao Investimento

	31.12.2016	31.12.2015
Integração de património	30 995 225	33 061 574
Outros subsídios - POSEUR	1 514 384	0
Total	32 509 609	33 061 574

1.18.1. Movimentos do período

Quadro 59 - Movimentos do período de integração de património

	31.12.2015	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2016
Integração de património	33 061 574	-2 066 350	0	0	30 995 225
Outros subsídios - POSEUR	0	-108 167	1 622 551	0	1 514 384
Total	33 061 574	-2 174 517	0	0	32 509 609

O montante de € 2.066.350 diz respeito ao reconhecimento em rendimentos do exercício dos valores associados à integração de património e o montante de € 1.622.551, diz respeito à aprovação da candidatura ao Programa Operacional Temático de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), com o código de operação n.º POSEUR-03-2012-FC-000018, para intervenções no subsistema de Águas Residuais, na ETAR de Ribeira dos Moinhos.

1.19. Fornecedores correntes

Quadro 60 - Fornecedores Correntes

	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores de investimentos	203 675	419 905
Fornecedores gerais	785 845	910 447
Fornecedores empresas do Grupo	151 576	92 074
Fornecedores faturas em receção e conferência	2 618	2 480
	1 143 714	1 424 907

29 de março de 2017

Relatório e Contas 2016_Página 150 de 179

1.20. Outros passivos correntes

Ouadro 61 - Outros passivos correntes

	31.12.2016	31.12.2015
Acréscimos com férias e subsídio de férias	220 782	211 538
Empresas do Grupo	400 311	308 655
Outros acréscimos e diferimentos	2 434 902	2 437 673
Outros credores	144 746	493 376
	3 200 740	3 451 241

A variação verificada na rúbrica Empresas do Grupo, deve-se à estimativa de imposto a pagar, uma vez que a AdSA integra o regime especial de tributação do grupo de sociedades da AdP, SGPS.

1.21. Imposto sobre o rendimento

Quadro 62 - Imposto sobre o rendimento

31.12.2016	31.12.2015	
2 107 278	I 955 083	
I 704 078	1 510 205	
0	133 215	
2 890	3 008	
400 311	308 655	
	2 107 278 1 704 078 0 2 890	

A estimativa de imposto a pagar de 2016, não consta no balanço na rubrica de imposto sobre o rendimento do exercício mas sim na rubrica de outros passivos correntes uma vez que a AdSA faz parte do grupo de sociedades da AdP. SGPS. SA.

1.21.1. Imposto do exercício - corrente e diferido

Quadro 63 - Imposto do Exercício

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto corrente	-2 107 278	-1 955 083
Imposto diferido	3 685 995	-50 299
	1 578 717	-2 005 382

Relatório e Contas 2016_ Página 151 de 179

1.21.2. Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

Quadro 64 - Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

		31.12.2016	31.12.2015
Resultado antes de impostos		-5 191 076	7 22 070
Variações patrimoniais positivas		459 452	459 452
	1)	-4 731 624	7 581 522
Acréscimos			
Amortização exercicio investimento futur	то	763 807	883 846
Provisões		0	0
Perdas por imparidade		14 849 790	897 001
outros		38 767	19 670
Deduções			
Reversão de provisões e perdas por impa	ridade	2 556 211	I 526 965
Outros		18 663	63 413
	2)	13 077 490	210 140
Lucro Tributável	1) + 2)	8 345 866	7 791 662
Imposto à taxa normal + derrama: 22,5%		I 877 820	753 24
Derrama estadual		222 293	194 583
Tributação autónoma		7 165	7 376
Total do imposto		2 107 278	I 955 083
Total do imposto IFRS		2 107 278	I 955 083
Taxa efetiva de imposto		26,86%	26,86%

As variações patrimoniais positivas resultam essencialmente da não-aceitação pela administração fiscal dos acréscimos de gastos para investimentos contratuais não realizados à data de 31 de dezembro de 2010, cujo reconhecimento se encontra a ser diferido pelo número de anos remanescente da concessão.

Relativamente aos outros acréscimos e deduções estão consideradas as provisões não dedutíveis relativas às dívidas dos Municípios e ao facto da empresa estar sujeita a um conjunto diversificado de riscos empresariais, inerentes da sua atividade, designadamente os relacionados com os aspetos ambientais, a sua forte dependência de um número reduzido de clientes não municipais e a própria dinamização da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) no montante total de € 14.849.790, à reversão de provisões e perdas por imparidade no valor de € 2.556.211 e aos acréscimos de gastos do investimento contratual não realizado no valor de € 763.807.

Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

No dia 31 de dezembro de 2012 foi aprovada a Lei n° 66-B/2012, onde no seu artigo 255.°, onde se introduziu um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas Multimunicipais, aditando para o efeito ao Decreto-Lei n°159/2009, de 13 de julho, o artigo 5.°-A.

De acordo com o disposto neste artigo 5.º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de

Relatório e Contas 2016_Página 152 de 179

abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios decorrentes na adoção pela primeira vez da NCRF, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no n.º 2 do artigo 5.º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

1.21.3. Prejuízos fiscais

Não existem perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados, existem diferenças temporárias dedutíveis relativamente as quais existem ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço.

1.22. Vendas e prestação de serviços

1.22.1. **Vendas**

Quadro 65 - Vendas

	31.12.2016	31.12.2015
Vendas	8 023 941	9 068 449
	8 023 941	9 068 449

A variação deve-se essencialmente à diminuição do fornecimento de água industrial na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

1.22.2. Prestação de serviços

Quadro 66 - Prestações de serviços

	31.12.2016	31.12.2015
Prestação de serviços a municípios	503 922	503 096
Prestação de serviços a particulares	4 954 215	4 786 547
	5 458 137	5 289 643

A variação é justificada fundamentalmente pela qualidade do efluente recebido com a consequente faturação em classes mais elevadas e faturação dos agravamentos/penalizações.

Relatório e Contas 2016_ Página 153 de 179

1.23. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Quadro 67 - Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	31.12.2016	31.12.2015
CMVMC - Mercadorias		-
CMVMC – Matérias-primas	54 298	135 350
CMVMC - Matérias subsidiárias	43 632	6 022
CMVMC - Diversos	1 613	72 902
	99 544	214 275

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas compreende todos os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e sua condição, designadamente contadores, material hidráulico, tubagem e outros.

A variação deve-se ao projeto central de reclassificação contabilística dos materiais existentes em armazém que originaram o lançamento a contas da classe 62 e não 61.

1.24. Fornecimentos e serviços externos

Quadro 68 - Forneceimentos e serviços externos

	31.12.2016	31.12.2015
Trabalhos especializados	2 202 626	1 787 091
Energia	882 241	693 453
Comunicação	174 659	198 452
Outros FSE's	525 544	943 192
Correções relativas a exercícios anteriores	26 625	30 059
	3 811 696	3 652 247

Relativamente à variação das rubricas "Trabalhos especializados" e "Outros FSE", deve-se fundamentalmente à reclassificação dos gastos com apoio jurídico de FSE (honorários) para Trabalhos especializados (Assessoria Jurídica).

Verifica-se também um aumento de gastos em energia, motivado pelo aumento do caudal captado no Rio Sado, para reposição dos níveis da albufeira de Morgavel.

1.25. Gastos com pessoal

Quadro 69 - Gastos com pessoal

31.12.2016	31.12.2015
1 365 330	1 411 484
306 266	323 973
114 865	91 572
4 330	-17 988
l 790 792	1 809 041
	306 266 114 865 4 330

29 de março de 2017 & - he

Relatório e Contas 2016_Página 154 de 179

1.25.1. Quadro de pessoal

Quadro 70 - Quadro de pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	31,12,2016	31.12.2015
	31.112.2010	51.12.2015
Órgãos sociais		
Trabalhadores efetivos e outros	61	62
	62	63
Número de colaboradores a 31 de Dezembro	21 12 2016	
Numero de colaboradores a 31 de Dezembro	31.12.2010	31.12.2015
Órgãos sociais	31.12.2010	31.12.2015
	1 61	31.12.2015

1.26. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

Quadro 71 - Depreciações, amortizações e reversões do exercício

31.12.2016	31.12.2015
17 128	17 128
3 283 955	3 162 344
763 807	883 846
4 064 889	4 063 318
	17 128 3 283 955 763 807

1.27. Provisões e reversões do exercício

Quadro 72 - Provisões e reversões do exercício

	31.12.2016	31.12.2015
Provisões para riscos e encargos		-
Provisões Outras	(0
	(0
Reversões de provisões para processos judiciais	30 000	
Reversões de provisões para riscos e encargos	(1 241 444
	30 000	1 241 444

Perdas por imparidade e reversões do exercício 1.28.

Quadro 73 - Perdas por imparidade e reversões do exercício

	31.12.2016	31.12.2015
Perdas por imparidade de clientes	13 749 160	1 216 579
	13 749 160	1 216 579
Reversões de perdas por imparidade de existências	50 000	
Reversões de perdas por imparidade de clientes	2 198 394	_
	2 248 394	-
	11 500 766	1 216 579

Relatório e Contas 2016_ Página 155 de 179 2-12

A variação verificada deve-se aos riscos empresariais, inerentes da atividade da AdSA, designadamente os relacionados com os aspetos ambientais, a sua forte dependência de um número reduzido de clientes não municipais e a própria dinamização da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS). O Conselho de Administração efetuou uma análise ao risco de incobrabilidade e entendeu, reconhecer perdas por imparidade sobre alguns dos saldos a receber de clientes.

1.29. Outros gastos operacionais

Quadro 74 - Outros gastos operacionais

	31.12.2016	31.12.2015
Impostos	68 106	63 875
Perdas em inventários	105	6 463
Donativos	4 000	7 500
Outros gastos operacionais	49 132	143 312
	121 343	221 151

1.30. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Quadro 75 - Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31.12.2016	31.12.2015
Rendimentos suplementares	150 684	161 183
Outros rendimentos e ganhos operacionais	139 712	145 027
Correções relativas a exercícios anteriores	0	44 525
	290 396	350 735

Os rendimentos suplementares dizem respeito à receção de lixiviados.

1.31. Gastos financeiros

Quadro 76 - Gastos Financeiros

	31.12.2016	31.12.2015
Juros suportados	180 455	189 410
Comissões bancárias	302	302
Outros gastos financeiros	0	0
	180 757	189 711

1.32. Rendimentos financeiros

Ouadro 77 - Rendimentos Financeiros

	31.12.2016	31.12.2015
Juros de mora - Atraso de pagamento de clientes	396 294	371 149
Juros obtidos - Depósitos bancários	5 426	11 536
	401 720	382 685

29 de março de 2017 C. Line

Saldos e transações com entidades relacionadas 1.33.

Ouadro 78 - Saldos e transações com entidades relacionadas 2015

Ano 20 (5	AdP	Amuncia SA	Simarsul, SA	EDAL SA	EGE SA	Águas Públicas do	AdP	Empresa mãe	Municipios	Órgãos
Aug Toka	Serviços, SA	Aquasis, or	Jilliarsu, JA	EFAL, VA	LOI, JA	Alentejo, SA	Energias, SA	AdP SGPS, SA	accionista	Gestão
Rendimentos					- 12	124 643	-17 413		-	
Rédito					- %	124 643	-17413	3 677		
Dividendos atribuídos	-				- 03	-				
Gastos	-341 314	0	0	-23 696	0			-441 047	-	
Gastos com pessoal				-130		ei .		-11 704	-	
Outros gastos	-341 314		. 3	-23 566	7.6	E		-429 343	-	
Balanço			S3			3				
Ativos	123 829					32 167	· .			
Clientes	-				2.5	32 167	·		-	
Ativos intangíveis	123 829				5.5					
Empréstimos			0 0		100					
Gastos a Reconhecer					- 3	e .				
Outros devedores								3 677		
Passivos	-93 429	- ,		-3 742	. 0		-1 025	-359 862		
Fornecedores	-54 779			-2 33			1 025	-51 309	-	
Acrescimos de Gastos	-38 65	9		-1 609				102		
Outros credores		9						-308 655		

Ouadro 79 - Saldos e transações com entidades relacionadas 2016

Ano 2016	AdP	Aminala SA	Simarstif, SA	EDAL SA	EGE (s A	Águas Públicas do	AdP	Empresa mãe	Municipios	Órgão :
Ano ZUIO	Serviços, SA	Aquasis, SA	Simarsui, SA	EFAL, 3A	EGF,	om.	Alentejo, SA	Energias, SA	AdP SGPS, SA	accionista	Gestão
Rendimentos			-			-	177 308	-4 467			
Rédito			-				177 308	-4 467	0		
Dividendos atribuídos				-		-				-	
Gastos	-306 910	0	0	-26 422		0			-444 921		
Gastos com pessoal	-1 697	-	-	-6 298		-			0		
Outros gastos	-305 212	-		-20 124					-444 921		
Balanço					1					-	
Ativos	105 681					-	40 642			-	
Clientes	-				5		40 642				
Ativos intangiveis	105 681					-		-			
Empréstimos				19	ĕ	-					
Gastos a Reconhecer					E.	-				W.	
Outros devedores				- 6	_	-	2		0	- 4	
Passivos	-94 775		-	-11 905		0		-641	-481 432	- +	
Fornecedores	-67 942			-10 284		-		-641	-89 986		
Acrescimos de Gastos	-26 833			-1 622					-215	1907	
Outros credores				10	Q.	-			-391 230	< 0.0	

Compromissos 1.34.

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem € 35.180.215, que atualizados à taxa de inflação perfazem € 43.962.525, dos quais € 24.712.055 já se encontram realizados (DUI € 22.044.036 e em curso € 2.668.019).

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, que ascende a € 3.745.131 destacam-se os seguintes:

Relatório e Contas 2016_ Página 157 de 1792-67

Quadro 80 - Principais Compromissos Assumidos

Fornecedor	Descrição	Valores Por Faturar (€)
CTT - CORREIOS DE PORTUGAL	Pick&Go	44 000
PERENE, SA	Prestação de Serviços de Desmatações Gerais	44 116
M.SANTOS & IRMÃO - LIMPEZAS, LDA.	Prestação de serviços de impezas de diversas instalações da AdSA	156 736
RIVAZ QUIMÍCA, S.A.	POLIMERO PO RIFLOC 6027	164 617
LIMPERSADO, S.A.	Prestação de serviços de limpezas industriais	205 773
OLIVEIRAS, S.A.	Empreitada na Adutora entre o Nó da Petrogal e a ZILS Norte	682 763
ECODEAL-GESTÃO RESÍDUOS INDUSTRIAIS, S.A.	Gestão de Resíduos	840 075
		2 138 080

1.35. Ativos e passivos contingentes

1.35.1. Garantias prestadas

Garantia bancária n.º 0731.005245.193, sobre o Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 10.000 a favor da SPER — Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A. para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes do contrato da empreitada "Remodelação da capacidade de transporte de efluentes industriais entre a EE ZIP3 e a ETAR de Ribeira de Moinhos";

Garantia bancária n.º 0731.005246.993, sobre o Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 10.000 a favor da SPER — Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes do contrato da empreitada "Abastecimento de água industrial à Refinaria da Petrogal — Lanço F/Sines-Santo André";

Garantia bancária n.º 9140.042006.993, sobre o Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 10.000 a favor da SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes do contrato da empreitada "Travessia Adutora no IP8 entre o Nó da Petrogal e a ZILS Norte";

Garantia bancária n.º 288-43.000040-7, sobre a Caixa Económica Montepio Geral, no valor de € 238.770 a favor da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, para o cumprimento das condições impostas na licença da operação de deposição de resíduos no Aterro de resíduos não perigosos (Resíduos industriais) de Santo André.

29 de março de 2011

Relatório e Contas 2016_Página 158 de 179

1.35.2. Processos Judiciais

A Empresa tem ações a correr em tribunal já devidamente contestadas:

Quadro 81 - Ações a correr em tribunal

mark landa	Volendo Asão	A favor da	Contra a
Entidade	Valor da Ação	empresa	empresa
Câmara Municipal de Santiago do Cacém	3 116 022,91	×	
Câmara Municipal de Sines	4 938 892,79	×	
Medoc - Sociedade de Construções, LDA	5 319,42	×	
Massa Insolvente da Aquino Construções, SA	118 206,94		×
Ministério Público	I)		×
Queixa-crime intentada contra a ex-colaboradora Cátia Coelho e Alberto Pais	2)	×	
Processo Especial de Revitalização (CIRE) da ARTLANT PTA., S.A.	1 737 888,52	×	
Just Energy - Soluções Energéticas, Lda	22 519,18		×
ISS Facility Services - Gestão e Manutenção de Edificios, Lda	69 027,03		×

Notas:

1.36. Informações exigidas por diplomas legais

Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade AdSA, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade AdSA não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2016, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Relatório e Contas 2016_ Página 159 de 179

i) e 2) Nesta fase deste processo, não é possivel determinar o valor da ação.

1.37. Rendimento garantido

Quadro 82 - Rendimento garantido

	31.12.2016	31.12.2015
Capital social realizado	1 000 000	1 000 000
Reserva legal	200 000	271 578
Base de incidência	1 200 000	1 271 578
Taxa de juro OT	3,74%	2,49%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
	6,74%	5,49%
Remuneração acionista do ano	80 880	69 810

Quadro 83 - Remuneração em dívida

Remuneração em dívida			
Ano 2014	86 976		
Dividendos pagos	-86 976		
Ano 2015	69 810		
Dividendos pagos	-69 810		
Ano 2016	80 880		
Proposta de dividendos 2016	0		
Dividendos em divida	0		

1.38. Eventos subsequentes

A AdP SGPS, na sua qualidade de acionista única, a 11 de janeiro de 2017, procedeu a uma Deliberação Social Unânime por Escrito, onde determinou a distribuição de dividendos intercalares, suportada por uma Declaração emitida pelo Fiscal Único da AdSA, a Ernst & Young Audit & Associados SROC, S.A., datada de 7 de janeiro de 2017, que conclui que no cumprimento do previsto no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), não existem factos à data que obstem à distribuição de lucros de exercícios anteriores, no montante de 5.000.000 Euros, por ser respeitado o preconizado no artigo 33.º e não serem ultrapassados os limites previstos no artigo 32.º, ambos do CSC, não existindo assim qualquer limitação legal, estatutária ou de natureza contratual que possa impedir a distribuição de dividendos intercolares.

Pelo exposto, a AdSA procedeu à distribuição de dividendos intercalares, no montante de 5.000.000 Euros no primeiro trimestre de 2017.

29 de marco de 2017 /

Relatório e Contas 2016 Página 160 de 179

O Conselho de Administração,

Joaquim Marques Ferreira

(Presidente)

ca weldh

Jaime António Pires Gabriel Silva

(Vice-Presidente Executivo)

Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra

Alexande (YI Ra d Cal Sa

(Vogal)

O Contabilista Certificada

Branca Gabriela Malho Lima

Franca Gaberela Palholima

Vila Nova de Santo André, 13 de março de 2017

2. Relatório e Parecer do Fiscal Único



Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. Avenida da República, 90-6º 1600-206 Lisboa Portugal

Tel: +351 217 912 000 Fax: +351 217 957 586 www.ev.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhor Acionista,

Em cumprimento do disposto na al. g) do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras, a proposta de aplicação de resultados, e o relato sobre as práticas de governo societário, apresentados pelo Conselho de Administração de Águas de Santo André, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;

Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;

Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;

Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício:

Aferimos sobre o cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, na Lei n.º 5/2010, de 14 de dezembro, e na Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado de 2014) e extinção da redução remuneratória na Administração Pública prevista na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;

Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Sociedade Anónima · Capital Social 1.335.000 euros · Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas · Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Modificiais

Contribuínte N.º 505 988 283 · C. R. Comercial de Lisboa sab o mesmo número Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número

A member firm of Ernst & Young Global Limited



Parecer do Fiscal Único

Senhor Acionista.

Procedemos à ação de fiscalização da Águas de Santo André, S.A., nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2016 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2016 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2016, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis; e
- (d) A avaliação do nivel de cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado divulgada no Relatório de Gestão merece a nossa concordância.

Lisboa, 28 de março de 2017

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira ROC n.º 1154 Registado na CMVM com o n.º 20160766

Ja- Fil p

3. Certificação Legal de Contas



Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. Fax: +351 217 957 586 Avenida da República, 90-6º 1600-206 Lisboa Portugal

Tel: +351 217 912 000 www.ev.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas de Santo André, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 75.411.641 euros e um total de capital próprio de 20.263.206 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.612.359 euros), a Demonstração de Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas de Santo André, S.A. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
 - criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avallação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem tel origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

Sociedade Andrilma · Capital Social 1.335.000 euros · Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficials de Contas · Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valorios Mo Amenher II no el Social & Valorios i la Comissão do Mercado de Valorios Mo Amenher II no el Social & Valorios i la cultura de Contas de Comissão do Mercado de Valorios Mo A member firm of Erest & Young Globa: Limited



identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa oplnião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

comunicamos com os encarregados da governação o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154 Registado na CMVM com o n.º 20160766

Bl











Águas de Santo André, S.A.

Cerca da Água - Rua dos Cravos | 7500-130 Vila Nova de Santo André Tel: + 351 269 708 240 | Piquete: 934 564 484 (24h) | Apoio ao Cliente: 808 101 005 E-mail: geral.adsa@adp.pt • contabilidade.adsa@adp.pt • dientes.adsa@adp.pt • etica.adsa@adp.pt www.adsa.pt